




A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ISSN 0011-7641

 Ano CVI – Nº 837 – 3º quadrimestre de 2018



A história de um voluntário brasileiro na Guerra do Chaco p.4

RENATO JAVIER ANGULO APONTE

Lend-Lease: a tábua de salvação dos Aliados na II GM p.88

REIS FRIEDE

A Intervenção Federal no Rio de Janeiro p.95

CARLOS FREDERICO GOMES CINELLI E ANDRÉ LUIZ DE SOUZA DIAS



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

**Diretoria do Patrimônio
Histórico e Cultural do Exército**
Gen Div Riyuzo IKEDA

Editor
Ten Cel Cav Marco André Leite Ferreira
Diretor da BIBLIEx

Corpo Redatorial
Edson Diehl Ripoli (presidente)
Carlos Eduardo De Francis Ramos
José Maria da Mota Ferreira
Ricardo Ribeiro Cavalcanti Baptista
Fernando Velôzo Gomes Pedrosa (editor executivo)
Carlos Eduardo de Moura Neves
Túlio Endres da Silva Gomes

Composição
ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Praça Gen. Tibúrcio, 125
Praia Vermelha – Rio de Janeiro-RJ – CEP 22.290-270
Tel.: (21) 3873-3868

Revisão
Jorge Rodrigues Lobato

Diagramação
Vladson Santos
vladsonbibliex@gmail.com

Impressão
Hellograf

Direção, edição e distribuição
BIBLIEx
Palácio Duque de Caxias
Praça D. de Caxias, 25 – 3º andar – Ala Marçílio Dias
Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20.221-260
Tel.: (21) 2519-5711 – Fax: (21) 2519-5569
www.bibliex.eb.mil.br

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro. A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio

com publicações nacionais ou estrangeiras. Os originais deverão ser **enviados para a ECEME** (adefesanacional@gmail.com) e serão apreciados para publicação, sempre que atenderem os seguintes requisitos: documento digital compatível com o programa Microsoft Word®, formato A4, fonte Arial 12, margens de 3cm (Esq. e Dir.) e 2,5cm (Sup. e Inf.), entrelinhamento 1,5.

As figuras deverão ser fornecidas em separado, com resolução mínima de 300dpi.

As referências, **sob exclusiva responsabilidade dos autores**, devem ser elaboradas de acordo com as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

A venda de números avulsos
será feita na Administração:
Tel.: (21) 2519-5715

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Redatores — Primeiros Tenentes: BERTHOLDO REJINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I

SUMMARIO Editorial. PARTE JORNALÍSTICA: O Efectivo e a organização do Exército. Subsidios táticos. — A instrução de nossa infantaria em face dos actuaes effectivos. Carros de munição para a infantaria e metragadoras. — Comandante do grupo de artilharia em combate. — A machina automática de carregar cartuchos. — Correntes táticas na artilharia franceza. NOTICIÁRIO: A parada de 7 de Setembro. Mude hipico. — O desenvolvimento progressivo do exercito allemão. Reorganização da Guarda Nacional. Equipamento alligerado pelo abandono da mochila. Stereophotogrametria. — Arreiaemento para a cavallaria. O abalroamento do "Guarany". Questões à margem. — A Defesa Nacional: O ensinamento da guerra dos Dshans sobre artilharia. A infantaria japoneza. Colaboração. BIBLIOGRAPHIA: Os intermediarios elasticos e a tracção animal. Exercicios de quadros e sobre a carta para a arma de infantaria. — Livros francezes e allemães.

Fac-Símile da portada do Nº 1, Ano I – 10/10/1913 de **A DEFESA NACIONAL**



Nossa Capa

Homenagem ao patrono do Serviço Militar, o jornalista e escritor, Príncipe dos Poetas, Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac, pela passagem dos 100 anos de sua morte, em 28 de dezembro de 1918, aos 53 anos, na cidade do Rio de Janeiro-RJ.

O Dia do Reservista é comemorado na data de seu nascimento, em 16 de dezembro.

Arte sobre imagem obtida na Internet (domínio público).

Concepção e tratamento de imagem: Jorge Lobato
Diagramação: Vladson Santos

EDITORIAL

Prezados Leitores,

A década de 1930 foi um período conturbado na História mundial. No Brasil, a Primeira República foi derrubada pela Revolução de 1930, e São Paulo, em 1932, se levantou contra o governo provisório de Vargas, dando início a uma guerra civil, que matou mais de duas mil pessoas. Nesse mesmo ano, enfrentamentos entre forças bolivianas e paraguaias deram início à Guerra do Chaco, o maior conflito armado entre estados sul-americanos do século XX. O primeiro artigo desta edição, *A história de um voluntário brasileiro na Guerra do Chaco*, de autoria do historiador paraguaio Renato Angulo Aponte, traça o percurso do tenente brasileiro Nemo Canabarro Lucas em sua participação na Guerra do Chaco, nas fileiras do Exército Paraguai.

O século XXI assiste à emergência da China como um ator global no campo militar. Sobre este tema, o tenente-coronel Jackson Thein de Souza Wong traz aos nossos leitores o artigo *A Base Naval Chinesa no Chifre da África como fator de segurança do Projeto da Nova Rota da Seda*. O autor analisa a relação entre a abertura de uma base militar chinesa na África e o projeto de expansão comercial da chamada “nova rota da seda”, também conhecido pela expressão em inglês, *One Belt, One Road*, mas também avalia a possibilidade de que esta ação estratégica chinesa seja um reflexo da intenção chinesa de desafiar a supremacia militar global dos Estados Unidos.

A partir de sua experiência como integrante da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), o tenente-coronel Julio Cezar Fidalgo Zary contribui nesta edição com o artigo *A participação do Exército Brasileiro em Força de Paz no Oriente Médio*. O autor apresenta as origens da missão em 1978 e analisa suas atuais condições, concluindo pelas vantagens que o Brasil obterá em participar dela com tropas no valor de um batalhão, mesmo que reduzido.

O artigo *A integração entre a inteligência de imagens e a consciência situacional: alguns produtos*, do tenente-coronel Dick Estevam Luconi Marques, apresenta as inúmeras possibilidades oferecidas pela tecnologia da informação para garantir aos comandantes militares maior capacidade de comando e controle das tropas em operações. Têm destaque as ferramentas de inteligência de imagens por meio de satélites ou de veículos aéreos não tripulados, bem como os sistemas de informações geográficas.

Esta edição também traz a seus leitores um estudo elaborado por um grupo de oficiais alunos da Escola de Comando e Estado-Maior, com o propósito de oferecer ao Comando de Operações Terrestres propostas para a flexibilização do preparo das forças terrestres, a fim de atender as demandas concretas de cada comando militar de área. O trabalho, cuja elaboração foi coordenada pelo major Leonardo de Andrade Alves, é apresentado com o título *O sistema de preparo como ferramenta de transformação: uma análise dos ensinamentos colhidos para o Exército Brasileiro*. Trata-se de um estudo comparativo dos sistemas de preparo dos exércitos dos Estados Unidos, Espanha, Chile, México e Colômbia, em busca de ensinamentos que possam ser adotados pelo Exército Brasileiro.

O desembargador federal Dr. Reis Friede contribui nesta edição com o artigo *Lend-Lease: a tábua de salvação dos Aliados na Segunda Guerra Mundial*, no qual avalia o papel decisivo representado pelo sistema de empréstimo e arrendamento adotado pelo governo dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, para apoiar o esforço de guerra dos Aliados naquele conflito. O autor destaca o valor dos equipamentos militares, alimentos e recursos financeiros enviados à União Soviética a partir do segundo semestre de 1941, permitindo aos russos resistir à invasão alemã e eventualmente iniciar a derrocada nazista no Leste Europeu a partir de 1943.

Fecha esta edição o artigo *A Intervenção Federal no Rio de Janeiro*, no qual o coronel Carlos Frederico Gomes Cinelli e o tenente-coronel André Luiz de Souza Dias — ambos integrantes do Gabinete de Intervenção Federal — analisam as ações desenvolvidas no bojo da Intervenção Federal nos órgãos de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro desde sua decretação, em fevereiro de 2018, até setembro deste ano, quando o artigo foi elaborado. Com grande oportunidade, tendo em vista que se aproxima seu encerramento, os autores destacam os evidentes resultados alcançados pela Intervenção, em termos de melhoras nos índices de criminalidade e na reestruturação e capacitação dos órgãos de segurança pública estaduais. Estes resultados permitirão que o novo governo possa oferecer melhores condições de vida às populações carioca e fluminense, a partir de sua posse em janeiro de 2019.

Tenham todos uma excelente leitura!

SUMÁRIO

A história de um voluntário brasileiro na Guerra do Chaco	4
<i>Renato Javier Angulo Aponte</i>	
A Base Naval Chinesa no Chifre da África como fator de segurança do Projeto da Nova Rota da Seda	20
<i>Jackson Thein de Souza Wong</i>	
A participação do Exército Brasileiro em Força de Paz no Oriente Médio	35
<i>Julio Cezar Fidalgo Zary</i>	
A integração entre a inteligência de imagens e a consciência situacional: alguns produtos	48
<i>Dick Estevam Luconi Marques</i>	
O sistema de preparo como ferramenta de transformação: uma análise dos ensinamentos colhidos para o Exército Brasileiro	69
<i>Leonardo de Andrade Alves</i>	
<i>Carlos Otávio Macedo de Sousa</i>	
<i>Eric Carlos Correa da Cruz</i>	
<i>Walker Lopes Lima</i>	
<i>Douglas dos Santos Leite</i>	
<i>Valmar Barbosa Catunda Junior</i>	
Lend-Lease: a tábua de salvação dos Aliados na Segunda Guerra Mundial	88
<i>Reis Friede</i>	
A Intervenção Federal no Rio de Janeiro	95
<i>Carlos Frederico Gomes Cinelli</i>	
<i>André Luiz de Souza Dias</i>	

A história de um voluntário brasileiro na Guerra do Chaco¹

Renato Javier Angulo Aponte*

Antecedentes e contexto histórico

A Guerra do Chaco foi o conflito bélico de maior duração no continente americano durante o século XX e teve como protagonistas a República do Paraguai e da Bolívia. A guerra transcorreu desde meados de 1932 até 14 de junho de 1935. Ambos os países disputavam a posse de uma vasta região, que vai desde as primeiras encostas andinas, descendo até o rio Paraguai, no coração da América do Sul. O território tem seus limites a Oeste no corte do rio Pilcomayo e, a Nordeste, na selva e banhados do grande Pantanal do estado brasileiro de Mato Grosso. É uma região quente e árida, com setores muito pantanosos nas proximidades dos principais rios, que formam vastos charcos e banhados.

No início do século XX, enquanto os futuros beligerantes tentavam solucionar a questão de limites pela via diplomática, procediam à ocupação paulatina da zona disputada. Era questão de tempo para que as guarnições dos *fortins* — nome que se dava às pequenas colônias militares ou postos de ob-

servação — se vissem envolvidas em escaramuças de menor ou maior intensidade. Uma delas foi em 25 de fevereiro de 1927, quando um oficial paraguaio chamado Adolfo Rojas Silva foi morto no fortim boliviano Sorpresa, na beira do rio Pilcomayo, quando intimou seus ocupantes a desocupá-lo. Posteriormente, em dezembro de 1928, o capitão paraguaio Rafael Franco, comandante do fortim Galpón, ao tomar conhecimento da presença de uma guarnição boliviana muito próxima e em pleno território paraguaio, ordenou seu assalto e destruição. Este ato provocou a reação do exército boliviano, que ocupou três fortins no Chaco central, obrigando o Paraguai a decretar a mobilização geral e o envio de tropas ao teatro de operações. Uma saída diplomática pôs fim ao prematuro início da guerra, mas foi o prelúdio de ações maiores. A diplomacia necessariamente iria fracassar diante da política boliviana de “Pisar forte no Chaco”, decretada no ano de 1931 pelo presidente boliviano Daniel Salamanca.

A fagulha que incendiaria o barril de pólvora do Chaco acendeu-se quando o

* Advogado, bacharel em Direito (Universidade Nacional de Assunção), pós-graduado em História Militar (Instituto de Altos Estudos Estratégicos do Ministério da Defesa do Paraguai). Foi vice-presidente da Associação Cultural Mandu'arã, do Paraguai, membro honorário do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e do Instituto de Investigações Históricas e Culturais de Corrientes, Argentina. Realiza pesquisas sobre o material bélico utilizado na Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança e na Guerra do Chaco. Também investiga a história da aviação paraguaia desde seu início até a atualidade.

comandante boliviano Oscar Moscoso, do 5º Regimento de Cavalaria “Lanza”, em um voo de reconhecimento, detectou a presença de uma enorme lagoa de água doce a noroeste das colônias Menonitas² instaladas pelo governo paraguaio, em uma posição privilegiada. O Alto-Comando boliviano ordenou a Moscoso a ocupação do grande lago, mas o oficial boliviano topou com uma pequena guarnição paraguaia que guarnecia o lugar, ao qual denominavam Fortim Carlos Antonio López, enquanto a aguada era conhecida com o nome indígena de *Pitiantula*. Após uma curta refrega, os bolivianos se apossaram do lugar, mas não conseguiram deter as sentinelas paraguaias que depois de três dias de marcha, lograram chegar ao Posto de Comando da 1ª Divisão de Infantaria sobre o rio Paraguai, em uma localidade chamada Puerto Casado, a comando do tenente-coronel José Félix Estigarribia. Este solicitou instruções ao governo, que lhe ordenou a recaptura do Fortim.

Um voluntário brasileiro na Guerra do Chaco

A Guerra do Chaco contou com a presença de voluntários estrangeiros em ambos os lados. No Exército Paraguaio, destacou-se a presença de voluntários argentinos, que inclusive chegaram a formar um regimento de cavalaria, que foi denominado “San Martín”, em honra ao grande herói e libertador de seu país, sendo designado como o 7º Regimento de Cavalaria do Exército Paraguaio. Outros estrangeiros que se somaram em grande

número ao esforço bélico do país foram os russos, denominados “brancos”. Com este nome, eram conhecidos aqueles habitantes da terra dos tzares que haviam sido exilados ou fugido das perseguições comunistas durante e após a Revolução Bolchevique de 1917 e a Guerra Civil que se lhe seguiu até o ano de 1922. Foram ao redor de 50 os ex-oficiais do velho exército imperial russo que se juntaram à causa paraguaia, sendo todos eles assimilados como oficiais nos batalhões e regimentos paraguaios.



Figura 1 – Croqui do Chaco Paraguaio

Fonte: JOY, 1988, p. 25

Também houve voluntários uruguaios, dos quais os mais famosos foram os pilotos Benito Sánchez Leyton e Luis Tuya, que voaram várias vezes para a Arma Aérea paraguaia. Também se apresentaram oito oficiais alemães; sete italianos, dos quais vários estiveram na aviação militar como mecânicos ou técnicos; dois oficiais franceses, entre eles o capitão León Fragnaud, célebre pela construção de poços de águas, tão necessários no deserto chaquenho.

Neste artigo, relataremos a história pouco conhecida de um dos voluntários brasileiros, que também se fizeram presentes no Comando paraguaio, para defender uma causa que consideravam justa, como os direitos reais deste país sobre o território chaquenho. Relataremos brevemente a atuação do então tenente brasileiro Nemo Canabarro Lucas. O inquieto e valoroso oficial não só participaria nesta contenda, mas antes se vira envolvido na Revolução Constitucionalista do Estado de São Paulo do ano de 1932, lutando no lado sublevado. Ao terminar esta revolução, teve que emigrar, para evitar cair prisioneiro nas mãos do governo, temendo ser vítima de represálias.

Posteriormente combateria no lado republicano na Guerra Civil Espanhola até finalmente voltar ao Brasil, participando da Segunda Guerra Mundial como correspondente de guerra.

O 1º Regimento de Cavalaria “Valois Rivarola”

O 1º Regimento de Cavalaria (1º RC), é um dos mais antigos do Exército Paraguaio. Foi organizado com base nos esquadrões de cavalaria sediados na cidade de Paraguari, a 60 quilômetros da capital Assunção — atual-

mente, o quartel é ocupado pelo Comando da Artilharia do Exército Paraguaio. A unidade foi criada pelo Decreto Presidencial Nº 22.970, de 10 de fevereiro de 1926.

Sua primeira organização foi dada pelo Decreto Presidencial No. 25.211, datado de 18 de outubro de 1926, estabelecendo como estrutura de tempo de paz um estado-maior e três esquadrões, cada um deles com cinco oficiais, oito sargentos e 99 soldados de tropa. A unidade também foi dotada de um esquadrão de metralhadoras, que seriam transportadas a cavalo. Quatro anos depois, pelo Decreto Presidencial nº 37.592, de 30 de julho de 1930, as unidades do Exército paraguaio evocariam as grandes batalhas da Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança e seus protagonistas, recebendo o 1º Regimento de Cavalaria o nome do lendário cavaleiro Valois Rivarola, que foi um dos soldados mais corajosos do exército paraguaio na terrível campanha do Pykysyry do ano de 1868.

Sendo parte do exército em tempo de paz, o Regimento foi mobilizado após os acontecimentos da tomada da Lagoa Pitiantuta em junho de 1932. Naquela época, apenas o Primeiro Esquadrão do Regimento estava ativo na cidade de Puerto Pinasco no Chaco, quase em frente à cidade de Concepción, que está localizada na margem oposta do rio Paraguai. Os oficiais que iriam completar o quadro seriam transferidos para a cidade de Paraguari, antiga sede regimental, e, de lá, levados de trem para Assunção, onde as tropas seriam enquadradas na unidade. Os mobilizados se concentraram no estádio de futebol do distrito de Saxônia da capital — atual Estádio Defensores del Chaco, onde atualmente a Seleção Paraguaia de futebol compete com as representações de outros países. Durante este tempo, como o

exército não dispunha de cavalos, os primeiros equinos do Regimento foram requisitados do hipódromo de Assunção, situação que trouxe alguns inconvenientes aos cavaleiros, uma vez que os velozes animais não estavam acostumados ao ritmo marcial.

O major Siegfried Melgarejo foi nomeado comandante do Regimento. As tropas e os cavalos foram transportados em navios em 3 de agosto de 1932, com destino a Puerto Pinasco. Três dias depois, desembarcaram no Chaco. No dia 11 do mesmo mês, o Regimento chegou ao Fortim Rojas Silva, onde recebeu o resto da cavalaria e foi reorganizado com quatro esquadrões, totalizando cerca de 500 homens entre oficiais, suboficiais, tropa e pessoal de serviços. A unidade também contava com o Esquadrão de Metralhadoras, equipado com seis metralhadoras leves Madsen de procedência dinamarquesa, equipadas com reparos para tiro rasante, quando na verdade devia ser dotado com metralhadoras pesadas, como a Vickers ou a Colt, que na época eram escassas no exército paraguaio. Novamente o comandante do Regimento foi substituído, passando um antigo oficial a ocupar a posição — era o tenente-coronel Manuel García de Zúñiga.

Naquela época, o “Valois Rivarola” contava entre seus homens com oficiais que tinham feito seu serviço militar anos atrás, outros com educação superior, pelo menos 150 soldados treinados, que estavam em serviço antes da guerra, e os demais eram membros da reserva geral, que haviam sido mobilizados por ordem do presidente da República. Esta seria a unidade mais famosa da guerra, mais tarde conhecida como “Os Diabos Verdes”, mas o início de sua participação em operações deixou muito a desejar. Foi a dedicação dos oficiais e comandantes posteriores

que formou a lenda e o espírito de corpo do Regimento, fazendo dele a unidade de elite do Exército Paraguaio durante a contenda.

O “Valois” não participou da primeira grande batalha da guerra, conhecida com o nome de Fortín Boquerón, que aconteceu de 7 a 29 de setembro de 1932, na qual o Primeiro Corpo de Exército Paraguaio, com cerca de 7.000 soldados, recuperou, após duros combates, o reduto fortificado do Fortim Boquerón. Esta posição havia sido anteriormente capturada pelos bolivianos, que defenderam o posto até a sua rendição com mais de 2.500 soldados, contando-se entre estes os que estavam dentro do recinto fortificado e os reforços que tentavam romper o cerco paraguaio.

A futura unidade de Nemo Canabarro estava acampada na colônia Filadélfia, uma aldeia de estrangeiros da religião Menonita que haviam migrado para o Paraguai no ano de 1927 e que, no início da Guerra do Chaco, contava com três importantes povoados no atual Chaco central. Em 25 de setembro de 1932, uma pequena patrulha sondava ao redor do Fortim Toledo, que fora ocupado pelos Bolivianos em agosto do mesmo ano, recuperando o fortim depois que este fora abandonado pelos Bolivianos no dia 28 de setembro, ficando, assim, contida a ameaça contra as colônias menonitas. Nas mesmas circunstâncias, o regimento retomaria o Fortim “Corrales”, que também havia sido ocupado ao mesmo tempo em que os outros durante a eclosão das hostilidades.

A recaptura boliviana do Fortim “Platanillos” e a debandada do 1º RC

Finalmente, a falta de poços de água atingiu seu ápice, tendo a unidade, bem como as outras de cavalaria, que abandonar

suas montarias no dia 6 de outubro de 1932, quando foram pastar pela última vez nas proximidades das colônias. Sobraram apenas alguns exemplares para os oficiais e o serviço mensagem.

Nesse mesmo dia, incumbiu-lhe ocupar, depois de uma curta batalha, o fortim Loa e, mais tarde, ocuparam o Bolívar e o Jayucubas, sem encontrar muita resistência. O exército boliviano estava concentrado a Leste, no fortim Muñoz, nas proximidades do rio Pilcomayo, tendo ao sul uma barreira intransponível de massa de água conhecida como Estero Patiño, um lugar alagado e pantanoso percorrido apenas por patrulhas de observação. Nesse ínterim, a 1ª Divisão de Infantaria ocupou o Fortim Platanillos, que ficou, então, a cargo do 2º Regimento de Cavalaria. O referido Fortim Muñoz é o atual “General Díaz”, que foi durante um longo período sede de grandes unidades do exército

paraguaio, estando muito próximo à fronteira com a Argentina.

No dia 12 de outubro, o Regimento recebeu a ordem de substituir o 2º Regimento de Cavalaria, com a responsabilidade de cobrir a retaguarda e o flanco direito do grosso do exército paraguaio, que marchava para a posição de Saavedra, a qual fazia parte do sistema defensivo do Fortim Muñoz. O Regimento se desdobrou nas seguintes posições: Guajhó, Toledo, Puesto Betty, Corrales, Loa, Bolívar, e Jayucubá e Platanillos, estabelecendo bloqueios na estrada que ia do Fortim boliviano de “China-Ballivián” a “Camacho” (atualmente cidade de Mariscal Estigarribia).

A partir de novembro, o Regimento começou a ceder vários de seus oficiais a outras unidades, incluindo o recém-criado 7º Regimento de Cavalaria San Martín. Em seguida, criou-se a 1ª Divisão de Cavalaria com ambos os regimentos. De fato, vários dos oficiais mais antigos deixaram o regimento, tendo os seus postos sido ocupados por sargentos. Posteriormente, a 12 de novembro, recebeu a ordem do coronel José Félix Estigarribia, comandante das tropas paraguaias no Chaco, para concentrar seus esquadrões em Platanillos, destacando dois pelotões de bloqueio ao antigo fortim boliviano “Loa”, uma missão que foi cumprida com 50 soldados. Posteriormente, um pelotão do 3º Esquadrão foi estacionado nas proximidades do fortim boliviano “La China”, que se encontrava abandonado, mas não dispunha de boas posições para estabelecer a defesa.

O antigo combatente e, mais tarde, biógrafo do regimento relata-nos, no seu livro *Mis Memorias* (SILVA, 1989, p. 49), que o 1º

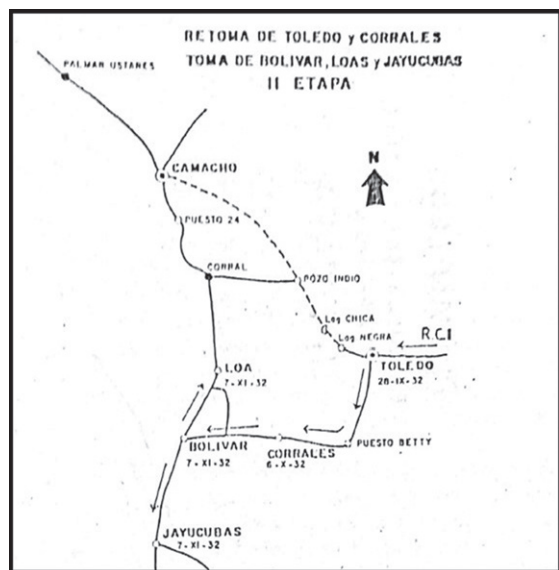


Figura 2 – Mapa do setor em que se deram os fatos relatados neste artigo

Fonte: SILVA, 1989, p. 51

Tenente Nemo Canabarro foi incluído no efetivo do regimento no dia 30 de novembro de 1932, sendo destacado no mesmo dia para o Estado-Maior da unidade, quando solicitou ser enviado imediatamente à primeira linha com a tropa. No dia seguinte, já era parte das patrulhas que percorriam todo o Fortim Platanillos, sendo-lhe solicitado, no dia 4 de dezembro, pelo capitão Medardo Castagnino, novo oficial a cargo da unidade, o seu parecer sobre o sistema defensivo, ao que o tenente brasileiro respondeu:

Que lhe parecia lógico avançar a linha a 200 metros acima de uma ravina, para ocupar uma posição mais favorável para a defesa, deixando a pequena lagoa para trás, e reforçar a ligação das duas unidades, pois este é frequentemente o ponto crítico de toda posição defensiva. (SILVA, 1989, p. 50)

O capitão Castagnino não modificou as posições, apesar das advertências.

O dispositivo estava distribuído da seguinte forma: o 1º Esquadrão cobria o Norte do caminho que levava ao fortim boliviano “La China”, tendo sob seu encargo o Norte do aeródromo que estava fora do posto, a Oeste do mesmo, estendendo suas linhas ao Norte em direção ao fortim “Jayucubas”, que se encontrava desocupado, tendo um pelotão sobre a continuação desse caminho em “Loa” sob o comando do tenente Ceferino Vega Gaona a 47 quilômetros de Platanillos. Em seu setor, o 2º Esquadrão contava com um pelotão de bloqueio no caminho que levava a “La China”, dois quilômetros a Oeste de Platanillos, e o restante de seus pelotões, ao Sul, cobrindo o caminho que levava a “Muñoz”. Por sua vez, o 3º Esquadrão tinha

a responsabilidade de cobrir o caminho para “La China”, fazendo um arco pelo campo até se unir às tropas que cobriam o caminho para “Muñoz”, deixando a lagoa mencionada à sua retaguarda. Finalmente, o 4º Esquadrão e o Esquadrão de Metralhadoras se encontravam a Leste, em um capão de mata na retaguarda do contingente.

Dois dias depois, o tenente Nemo foi transferido para o 3º Esquadrão do Regimento, atendendo seu pedido de passar à tropa. Ao chegar ao seu novo posto, novamente alertou o comandante do regimento de que havia uma brecha de 400 metros entre os pelotões do 3º Esquadrão ao sul da pequena lagoa e os pelotões do 2º Esquadrão que estavam no caminho para o Fortim “Munoz”, como se pode observar no mapa da **Figura 4** deste trabalho.

Tudo estava pronto para o desastre: os bolivianos enviaram sua 8ª Divisão composta por quatro regimentos de infantaria, um esquadrão de cavalaria e uma bateria de artilharia leve de quatro canhões, com um total de cerca de 1.200 homens, que avançaram a partir de “La China”; por sua vez, a partir de Camacho, se aproximou de um regimento com 200 soldados e dois canhões, pertencentes à 2ª Divisão de Infantaria Boliviana; para enfrentar toda esta força, o Valois só podia contar com 440 soldados. A 12 de dezembro de 1932, começou o ataque, sendo os primeiros a enfrentar-se com os bolivianos o pelotão do 3º Esquadrão perto de “La China”, que recuou para Platanillos. Em seguida, foi a vez dos homens do regimento em Loa, que enfrentaram uma patrulha boliviana a quatro quilômetros do fortim e, posteriormente, foram atacados com fogo de artilharia.

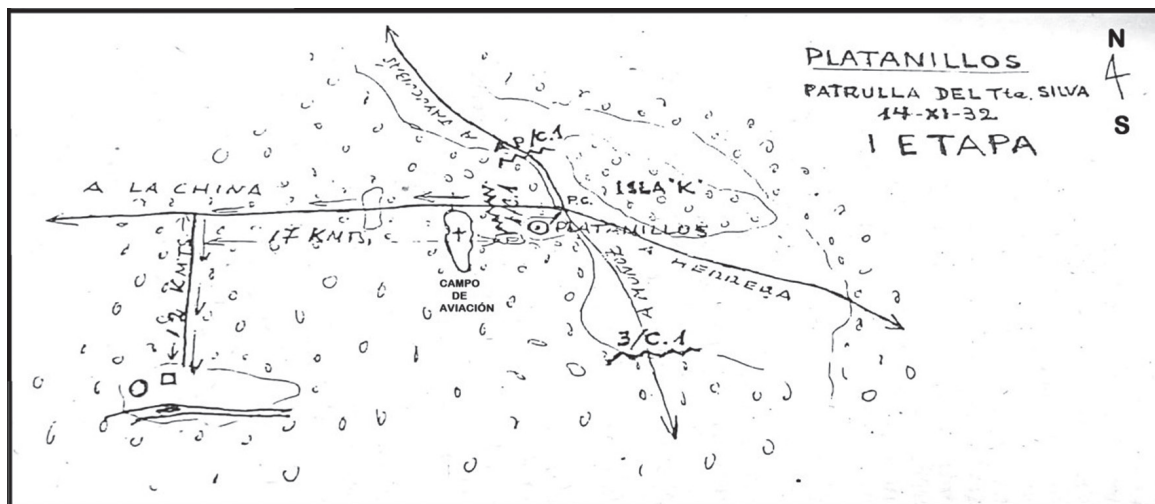


Figura 3 – Dispositivo do Regimento Valois na defesa do fortim “Platanillos” (novembro de 1932)

Fonte: SILVA, 1989, p. 52

Os canhões bolivianos também troaram sobre o pequeno pelotão do 2º Esquadrão, que se encontrava a Oeste do contingente, recuando este até o fortim. Diante de tal situação, o agora major Castagnino relatou o ocorrido ao comandante da 1ª Divisão de Cavalaria, que lhe ordenou que, no caso de a posição ser insustentável, retrocedesse com o regimento de forma ordenada ao Fortim “Herrera”, localizado a Sudoeste. Na tarde do mesmo dia, os canhões bolivianos já disparavam suas granadas sobre Platanillos. Os postos avançados do 1º Esquadrão no aeródromo foram abandonados ante a pressão inimiga.

À noite, foi destruído o telefone do comandante da unidade. Mas, antes, ele recebera uma contraordem do próprio Estigarribia, que revogava a ordem de retirada e pedia uma defesa tenaz a qualquer custo. A ordem teve de ser transmitida aos esquadrões de forma verbal por intermédio de estafetas durante a noite, não sendo recebida de bom grado, por conta do caráter que o combate ia tomando ao redor do fortim.

No dia 13, o fortim foi atacado pelo caminho que levava a “La China”, depois de um breve ataque da artilharia, conseguindo o 1º Esquadrão repelir o primeiro embate. Em seguida, chegou uma confirmação da ordem de manter a posição a qualquer custo. No meio da manhã, chegou a notícia de que o tenente Vega desocupara “Loa” e retirava-se para o Sul, razão pela qual recebeu ordens de reinstalar-se no Fortim “Corrales”, onde deveria unir-se às tropas do 7º Regimento de Cavalaria, que, em teoria, avançava em reforço ao Valois, a partir de “Toledo”, uma situação que nunca se concretizaria. Ao mesmo tempo, foram atacados os 1º e 3º Esquadrões, conseguindo um regimento boliviano colocar-se entre este último e a retaguarda do 2º, no caminho para “Munoz”, desbordando a ala esquerda do dispositivo. Desta forma, o 2º Esquadrão teve de recuar para Leste, enquanto o tenente Canabarro cavalgou até o Posto de Comando do regimento para avisar da ocorrência, a fim de pedir reforços ao major Castagnino, que se encontrava na retaguarda. Tal

medida foi impossível porque, logo depois, lhes chegavam os soldados do 3º Esquadrão, que recuavam em desordem de suas posições para não serem feitos prisioneiros, arrastando irremediavelmente os homens do 1º Esquadrão, forçando os oficiais e o próprio Nemo a tentar deter a debandada de revólver em punho (LÓPEZ MARTÍNEZ, 1984, p. 53).

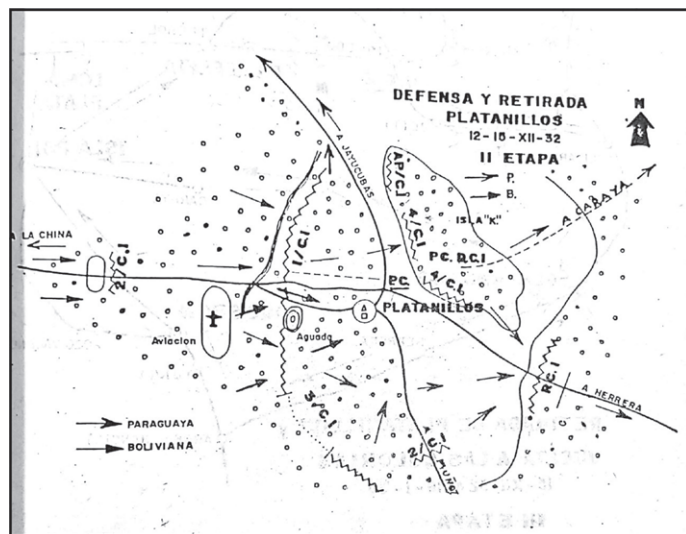


Figura 4 – Dispositivo do Regimento Valois em defesa do fortim “Platanillos” (dezembro de 1932)

Fonte: SILVA, 1989, p. 65

Novamente, o capitão Fernando Silva (1989, p. 59) nos conta que foi o tenente Canabarro quem organizou, com 26 soldados, uma nova linha de defesa para evitar o colapso de todo o fortim, repelindo os bolivianos antes que estes ocupassem a estrada que levava a “Herrera”. Nesse ínterim, antes do meio-dia, aviões Vicker Vespa bolivianos apareceram no céu, metralhando e bombardeando as tropas paraguaias. Nesta situação, a confusão se tornou tão grande que era difícil localizar o major Castagnino e, portanto, não era possível tomar decisões mais enérgicas e concretas. Apesar de haver sido es-

tabelecida uma segunda linha defensiva no capão de mata, vários oficiais, na ausência do comandante, decidiram retirar-se com parte do 1º Esquadrão, todo o 4º e o que restava do esquadrão de metralhadoras na direção do Fortim “Carayá”, também chamado de “Coronel Hermosa”, distante 80 quilômetros de Platanillos, aí chegando no dia seguinte.

Por outro lado, o resto do regimento, sem notícias dos outros esquadrões, trocou tiros com os bolivianos durante todo o dia 13, recuando três quilômetros do Fortim na direção de “Herrera”, em uma linha de defesa mais bem organizada, estando Nemo Canabarro entre os oficiais que formavam este grupo. No fim do dia, os bolivianos se haviam retirado a Oeste de Platanillos, sem ocupá-lo, razão pela qual, no dia 14, este grupo o ocupou brevemente com pelotões de observação. Um dia depois, chegou a ordem do comandante Estigarribia de recuar até “Herrera”, cientes do deslocamento do Regimento. Os soldados do Valois chegaram à nova

posição ao meio-dia. Nesse mesmo dia, o major Castagnino foi destituído, sendo nomeado comandante do Regimento em seu lugar o capitão Alfredo Ramos, que se encarregaria de lhe restaurar o moral perdido após a derrota sofrida recentemente.

A ofensiva boliviana do primeiro semestre de 1933

Em janeiro do ano de 1933, o Regimento foi mandado retroceder para a colônia menonita de “Filadélfia”. Posteriormente, a unidade passou a integrar o recém-criado 2º

Corpo de Exército paraguaio, sendo o 1º Ten Canabarro nomeado comandante de um Esquadrão avulso que era usado como reserva.

No dia 28 de janeiro, começou a batalha pelo fortim “Corrales”, da qual o Regimento não participou, apesar de estar destacado à retaguarda do mesmo, na qualidade de reserva do corpo que defendia a posição. Após a queda de “Corrales”, passou a ocupar a posição do “Puesto Betty” em fevereiro e, mais tarde, no dia 10 do mesmo mês, retirou-se para a retaguarda de “Toledo”, constituindo novamente a reserva Corpo de Exército, enquanto os bolivianos, imersos em uma ofensiva geral, se estraçalhavam diante das trincheiras paraguaias dos fortins “Nanawa” e “Toledo”.

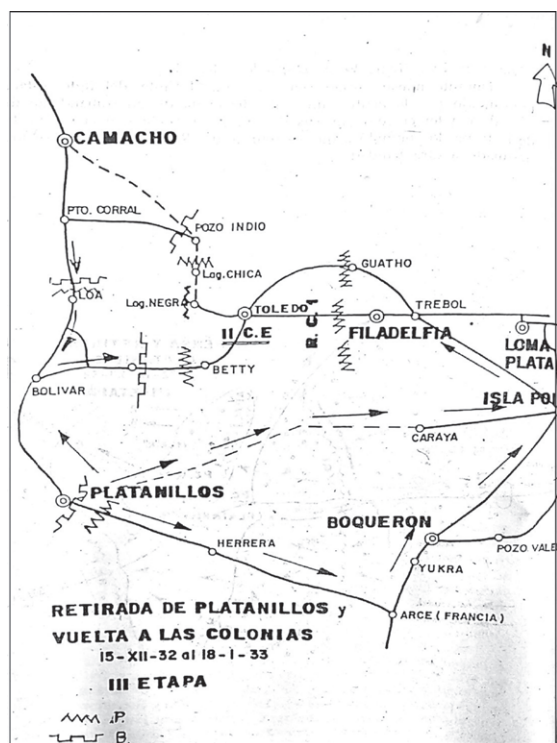


Figura 5 – Retirada do Regimento Valois após a batalha de Platanillos

Fonte: SILVA, 1989, p. 66

No dia 25 de fevereiro, deu-se início ao principal ataque contra “Toledo” com o apoio da aviação e da artilharia, tendo o 2º Corpo de enfrentar 5.000 soldados da Bolívia com uns poucos soldados paraguaios. No dia 27, dois esquadrões do Regimento Valois, juntos com dois outros do Regimento San Martín, atacaram as tropas bolivianas que se haviam infiltrado no dispositivo paraguaio a Sudoeste de “Toledo”. No dia 10 de março, o esquadrão de metralhadoras do Valois despedaçou um destacamento de soldados que havia atacado as suas posições.

Nesta fase de organização do Regimento e de movimentações, Nemo Canabarro foi promovido a capitão no dia 11 de março de 1933, tendo participado nos combates citados acima. O Regimento também recebeu uma seção de morteiros para acompanhamento da infantaria, suprimindo a completa carência desse tipo de armas até aquela data.

No dia 3 de maio do ano de 1933, o Esquadrão do capitão Canabarro recebeu a ordem de cobrir o posto Nery Huerta na linha de trincheiras pertencentes ao reduto do fortim “Toledo”, enquanto que os 2º e 3º Esquadrões ocuparam posições na Laguna Negra para uma manobra contra o inimigo, fazendo contato com eles no dia 5 e, em seguida, retornando para ocupar as posições na Lagoa Negra enquanto aguardava novas ordens.

A 20 de junho, voltamos a ter notícias de nosso novel capitão, quando o Regimento foi reorganizado após a partida dos comandantes do 2º e 3º Esquadrões, que haviam ido, em licenças, à capital, depois de um ano de guerra. Nemo foi nomeado comandante do 1º Grupo de Esquadrões do Regimento, tendo sob o seu comando os 3º e 4º Esquadrões, sendo o seu esquadrão avulso unificado entre os demais.

Finalmente, no mês de agosto, a ofensiva geral boliviana foi totalmente paralisada, havendo perdido mais de 10.000 homens, entre mortos e feridos, e sido derrotada nos fortins “Nanawa”, “Gondra”, “Toledo” e “Herrera”. A partir desse momento, começou a concentração de tropas paraguaias para lançar uma ofensiva em toda a frente de batalha.

Começa a ofensiva paraguaia do ano 1933

O comandante José Félix Estigarribia tentava realizar uma manobra de duplo envolvimento das tropas bolivianas estacionadas no Fortim “Campo Vía”, enquanto se aferrava em Saavedra com o 3º Corpo de Exército contra o Grupo de Divisões bolivianas no setor de Pilcomayo, procurando, dessa forma, com a queda da primeira posição, comprometer a retaguarda destas divisões, que poderiam cair prisioneiras ou deveriam recuar inevitavelmente ao sistema defensivo de Ballivián, muito mais ao Norte sobre o rio Pilcomayo.



Figura 6 – 1º Ten Canabarro nas trincheiras do fortim “Toledo” (de pé, com chapéu, à esquerda da fotografia)

Fonte: LOPEZ, 1984, p. 73

O primeiro triunfo paraguaio foi obtido na batalha de “Pampa Grande” no dia 16 de setembro de 1933, onde se renderam mais de 500 soldados pertencentes à 9ª Divisão Boliviana, que foi forçada a recuar para os fortins “Charata” e “Alihuata”.

No dia 19 de outubro, o 1º Regimento de Cavalaria foi novamente reorganizado, ocasião na qual vemos o capitão Canabarro mais uma vez como comandante do 1º Grupo de Esquadrões. O Valois passa agora a fazer parte do 1º Corpo de Exército, com a missão de operar no setor dos fortins “Falcón” e “Rancho Quemado”, combatendo nesta última posição no dia 20 do mês e rompendo as linhas de bloqueio para, posteriormente, ser substituído ao Norte do fortim. Três dias depois, o Regimento atacou os postos avançados do fortim “Charcas”, obrigando os bolivianos a recuar ao fortim.

Em 30 de outubro, os dois esquadrões do capitão Nemo Canabarro assaltaram as posições do fortim “Pozo Favorito”, apoiados por uma companhia do 3º Regimento de Sapadores e uma bateria de artilharia, além de alguns morteiros. O fortim contava com três linhas de trincheiras separadas, cada uma delas. A artilharia cobriu o lento, mas contínuo avanço dos soldados do Valois, que progrediram rastejando sob as rajadas das metralhadoras bolivianas até que se posicionassem nas proximidades da trincheira, para, finalmente, atacá-la com granadas de mão e armas brancas (fâcoes e baionetas). Em seguida, foi atacada a segunda linha de defesa, onde algumas granadas da própria artilharia que haviam caído curtas acertaram as tropas paraguaias. Os

esquadrões de Nemo conseguiram abrir uma brecha de 600 metros de largura nas posições boliviana, para logo se chocarem com uma terceira linha, que não foram capazes de romper nesse dia. Durante os três dias seguintes, suportaram o ataque constante dos bolivianos, que pretendiam recuperar a posição, sendo o 1º Grupo de Esquadrões substituído depois do ataque pelo 2º Grupo, com os 1º e 2º Esquadrões. O total de baixas foi de 7 soldados mortos, 71 feridos e 40 contusos. Os bolivianos tiveram 32 mortos e um número similar de feridos no ataque.

No dia 3 de novembro, foi incorporado ao Regimento o primeiro-tenente brasileiro Álvaro Pessoa, que foi nomeado ajudante principal do capitão Canabarro no 1º Grupo de Esquadrões. Tendo em vista as perdas sofridas, o Regimento foi substituído na missão de romper a terceira linha de defesa pelo 16º Regimento de Infantaria “Mariscal Lopez” e o 3º Regimento de Infantaria “Corrales”, que romperam a linha boliviana. Os esquadrões de Canabarro receberam a ordem de aproveitar o êxito da infantaria e, em seguida, apoiar com sucesso o “Corrales” na ampliação da brecha na linha boliviana. Em seguida, ocupou o caminho “Charcas-Pozo Favorito”, chegando até uma Ravina conhecida como nº 13, onde manteve contato com as tropas bolivianas, perdendo um total de três soldados e ficando com 19 feridos. Mais tarde, passou para a retaguarda da infantaria, reunindo-se com o 2º Grupo de Esquadrões.

No dia 8 de novembro de 1933 o Regimento foi incorporado à 7ª Divisão paraguaia, com a missão de ocupar o posto “J” da linha de defesa. Seis dias depois, recebeu a missão de romper a linha no Posto “J” e “Charata”, apoderando-se desta importante linha de comu-

nicacões. Coube ao 2º Grupo romper a linha, e, a Canabarro, com suas tropas, explorar o êxito, cortando o caminho para o fortim. Diante deste novo sucesso e para continuar a manobra de envolvimento, no dia 15 do mês, foi criado um grupamento de combate composto pelo Regimento Valois, o “Corrales”, o 10º Regimento de Infantaria “Sauce” e um batalhão avulso, nomeando-se como comandante do grupamento o major Alfredo Ramos, que foi substituído no comando do Regimento pelo capitão de Artilharia Hermes Saguier. O Valois foi, desta maneira, liberado da 7ª Divisão.

O capitão Nemo Canabarro é nomeado comandante de regimento

O major Ramos nomeou interinamente o capitão Canabarro comandante do 3º Regimento de Infantaria “Corrales”, na ausência de seu chefe. Canabarro levou consigo o tenente Álvaro Pessoa. Durante o pouco tempo em que comandou a unidade de infantaria, incumbiu-lhe ocupar as posições para a próxima manobra sobre Campo Vía, entregando o comando do Regimento, no dia 28 de novembro, ao capitão Heriberto Florentin, passando novamente a comandar o 1º Grupo de Esquadrões do Regimento Valois Rivarola.

O capitão Canabarro dedicou-se a fazer avançar os seus esquadrões, pressionando o inimigo na direção do fortim “Vera”, em conjunto com o Regimento San Martín, construindo picadas na mata e caminho para as manobras das outras unidades. Em face destas manobras, no dia 5 de dezembro, o exército boliviano começou uma retirada lenta e até mesmo perdeu o caminho que conecta os fortins “Saavedra” e “Zenteno”, que estava localizado perto do for-

tim paraguaio “Gondra”. Coube às tropas de Nemo substituir o 10º Regimento de Infantaria Paraguaia no setor do fortim “Charata”, conseguindo uma retirada ordenada ante a pressão do inimigo, evitando infiltrações. No dia 7, com a ajuda do Grupo de Esquadrões, capturaram o fortim “Zenteno”.

A Batalha de Campo Via

Durante a manobra sobre o acampamento boliviano de “Campo Vía”, o Regimento Valois acompanhou o “Corrales” em suas ações. Mas o avanço não era lento o suficiente para realizar o envolvimento das tropas sem evitar a retirada inimiga sem baixas. Por esta razão, no dia 3 de dezembro, o comandante Estigarribia removeu o tenente-coronel Juan Bautista Ayala do posto de comandante do 1º Corpo de Exército, a fim de assumir o comando direto das tropas. O Valois passou a fazer parte de um novo Grupamento de Combate com os regimentos Corrales, Felipe Toledo, San Martín, Capitán Bado, um batalhão do Regimento Ytororó e o Destacamento de Exploração Irala Fernández, todos por ordem do tenente-coronel José A. Ortiz.

No dia 8 do mês, coube ao capitão Canabarro entregar à Polícia Militar um soldado do Regimento que se havia infligido um ferimento, a fim de colocá-lo à disposição das autoridades competentes. No dia seguinte, o Valois foi designado como a ponta de lança do Grupamento de Combate do tenente-coronel Ortiz. Sendo o capitão Saguier chamado ao posto de comando do Grupamento, nomeou a Nemo como encarregado interino do Regimento durante sua ausência nas reuniões do Estado-Maior, demonstrando a confiança que os oficiais paraguaios tinham nas capacidades

do oficial brasileiro. A fim de executar a manobra, ordenou que seu Grupo de Esquadrões marchasse na vanguarda, apoiado pelo esquadrão de metralhadoras e morteiros, com o 2º Grupo de Esquadrões cobrindo a retaguarda. O avanço se realizava em plena mata, abrindo picadas com grupos de 20 homens que cortavam a vegetação com facões, em turnos de uma hora de rotação, a fim de não reduzir o avanço para o Sul. No dia 10 de dezembro, após haver avançado toda a noite cerca de cinco quilômetros e meio, chegaram à planície da “Ravina 31”, onde esperaram a chegada do resto da unidade e o Destacamento de Exploração de Irala. Depois de certificar-se da ausência de observadores inimigos, o Regimento avançou até a mata seguinte, onde voltou a abrir novos caminhos. Naquele dia, cortaram novamente o caminho Saavedra-Zenteno, muito mais ao Sul do que anteriormente, posicionando nele fortes bloqueios. Naquela noite, as tropas do Regimento escondidas ao longo do caminho, havendo removido os bloqueios, a fim de evitar que os bolivianos descobrissem o cerco antes da chegada das outras unidades às suas posições, puderam observar vários caminhões bolivianos que vinham de Zenteno na direção de Saavedra e, inclusive, observaram dois tanques Vickers de seis toneladas avançando nessa direção, sem descobrir as tropas paraguaias escondidas.

A 11 de dezembro de 1933, o comandante do Regimento, Hermes Saguier, caiu gravemente enfermo, com febre, vítima de uma malária reiterada. Chamou à sua barraca o capitão Canabarro, a quem nomeou como seu substituto no comando da unidade, informando ao major Alfredo Ramos, que confirmou a nomeação de Nemo. Perto do meio-dia, o 3º Esquadrão voltou a instalar os bloqueios, e o Regimento avançou tropas para

CRÓQUI DE SITUACIÓN
ESC. 1 : 300000
CARTA: D

Map showing the situation of the area around TTE. Meladillo, including locations like Boqueron, Cap. Rivas, TTE. Arias, Herrera, Arce, Pampa Grande, Falcon, RCJ Puesto, Pozo Priovito, Charata, Encanto, Alhuata, Pozo Negro, Campo Via, Gondra, Rancho 8, Pirizal, A. Saavedra, and RC.1. The map also shows the Rio Negro and Rio Colorado, and the location of the 'Cuartel de la Pampa Grande'.

REFERENCIAS:
 ~~~~~: PARAGUAIROS  
 ~~~~~: BOLIVIANOS

Fonte: LÓPEZ, 1984, p. 69

o 3º Esquadrão dispersando as patrulhas bolivianas que haviam sido deixadas pelos dois batalhões que haviam tentado romper o cerco, conseguindo chegar à encruzilhada Saavedra-Gondra-Zenteno, tomando cinco prisioneiros e a intendência boliviana, capturando, ainda, víveres para um regimento, medicamentos em abundância, seis barracas grandes, várias camas e 16 caminhões, embora danificados. O próprio capitão Canabarro se encarregou da divisão dos despojos.

Totalmente cercados, os bolivianos optaram por se render por falta de água e de esperanças, conseguindo salvar-se por uma pequena clareira o general Enrique Peñaranda e cerca de mil soldados das 4^a e 7^a Divisões bolivianas. No entanto, além de cerca de 8.000 soldados pertencentes às 9^a e 4^a Divisões bolivianas, também foram tomados 14 canhões, 60 morteiros, 60 caminhões e mais de 1.000 metralhadoras, entre leves e pesadas. As baixas por mortes são calculadas em cerca de 850 soldados e 10 oficiais, e mais de 9.000 soldados feridos foram evacuados para hospitais de retaguarda. Por seu lado, as tropas paraguaias lamentaram 270 soldados mortos e mais de 8.500 soldados feridos e evacuados de outubro a dezembro de 1933.

ADN | 3º QUADRIMESTRE DE 2018



Figura 8 – Homenagem ao Cap Nemo Canabarro na Imprensa paraguaia

Fonte: Jornal “El Diario”, 27 de fevereiro de 1934

Em 16 de dezembro, o capitão Canabarro entregou o comando do Valois ao major Alfredo Ramos, emitindo um relatório extremamente detalhado das ações do Regimento desde o início da manobra ofensiva, que é um dos documentos mais detalhados da história da unidade. Posteriormente, o Paraguai ofereceu um armistício à Bolívia, que entrou em vigor no dia 20 de dezembro, a fim de novamente levar o conflito à mesa de negociação.

O Valois foi destinado ao Fortim Carayá, também conhecido como “Coronel Belo”, como parte da Divisão de Reserva Geral, sob o comando do tenente-coronel Eduardo Torreani Viera. Nos primeiros dias do ano de 1934, Torreani Viera chamou o capitão Canabarro para informá-lo que o Governo do Brasil concedera uma anistia geral a todos os oficiais que haviam participado no movimento revolucionário de 1932 nos estados de São Paulo e Mato Grosso e

lhes dava a todos um prazo de 30 dias para se apresentar às autoridades militares competentes, visto que, uma vez que esse prazo houvesse expirado, todos seriam excluídos do Exército de forma definitiva.

A mencionada obra do capitão Fernando Silva (1889, p. 132) resgata as palavras do tenente-coronel Torreani Viera e a reação do nosso capitão:

Ele disse que o General Estigarribia (José Félix) que o fazia dizer: “As portas do Exército Paraguaio estavam abertas para o senhor... mais do que nunca, mas sendo o senhor, neste momento, um Oficial fora da Lei em seu país, o seu dever de Oficial é colocar-se dentro dela”. Surpreendido com esta situação, pediu 24 horas para refletir e poder responder conscientemente. No dia seguinte, depois de uma longa meditação, optou por regressar ao seu país, pensando que o desenvolvimento da luta no Chaco iria durar e que a sua presença em sua pátria seria mais útil para o Paraguai, dando a conhecer aos seus camaradas a realidade da justiça da causa paraguaia e o esforço que empreendia este pequeno país para superar os seus problemas. Além disso, não queria perder o seu *status* militar. Comunicada esta decisão ao Comandante do Regimento Major Ramos e camaradas e antes de sua retirada, solicitou ao Comando do Regimento que o 1º Sargento Alberto Bogado e 10 outros soldados o acompanhassem até Assunção com 15 dias de licença, em reconhecimento por seu comportamento durante a presente campanha, pedido que lhe foi concedido.

Com este episódio, termina a participação do capitão Nemo Canabarro Lucas no Exército Paraguaio durante a Guerra do Chaco, tendo participado diretamente em várias das principais batalhas do conflito com profissionalismo e valentia.

Epílogo


O capitão Canabarro não foi o único oficial do Exército Brasileiro que combateu como voluntário junto ao exército paraguaio. O jornal *El Liberal*, no dia 1º de fevereiro de 1934, publicou uma entrevista com o já citado 1º Ten Álvaro Pessoa, oriundo do Rio de Janeiro, que lutou na batalha de Zenteno e de Campo Vía, sob o comando de Nemo, sendo partícipe da vitória guarani.

Ambos os oficiais se retiraram do exército paraguaio no início do ano de 1934 e, no dia 18 de fevereiro, empreenderam a viagem de regresso ao seu país, conforme relatado pelos jornais da época, a fim de beneficiar-se de uma anistia geral declarada em favor dos oficiais que tinham participado no exército paulista durante a revolução de 1932. Também soubemos, pelos mesmos meios, que não conseguiram chegar a tempo de voltar a ser incorporados ao Exército Brasileiro, passando a trabalhar para jornais locais, onde defendiam a causa do Paraguai no conflito com a Bolívia.

A Guerra do Chaco continuaria com novo vigor após o armistício, logrando as forças paraguaias, após um ano e meio de guerra, fazer retroceder o exército boliviano até as primeiras encostas andinas, quando se assinou um armistício com um cessar-fogo, no dia 12 de junho de 1935, que entrou em pleno vigor dois dias depois. O tratado de paz definitivo foi assinado três anos mais tarde, permanecendo dessa forma os limites atuais entre os dois países, tendo custado ao

Paraguai mais de 30.000 vidas e um número similar de feridos. Entretanto, a Bolívia teve 60.000 soldados mortos e pelo menos 30.000 aprisionados, que foram libertados vários meses após o cessar-fogo.

O capitão Nemo Canabarro ficou profundamente apaixonado pelo Paraguai, e é inegável que a sua contribuição para as armas paraguaias em defesa do direito justo sobre o território do Chaco deixou uma marca indelével em seus companheiros e na história deste conflito armado. Entre os testemunhos de afeto e respeito, lemos:

- Major Tomás Romero Pereira, membro do Estado-Maior Geral: “Capitão Canabarro, o senhor pode dizer que fez uma campanha e a fez de maneira que um paraguaio não faria melhor”.
- Capitão Fernando Silva, oficial do Regimento Valois que esteve sob seu comando no ano de 1932/1933: “Obrigado, capitão Canabarro Lucas, em nome dos seus camaradas do Valois, pela sua colaboração generosa, leal, corajosa e altruísta, expondo sua vida sem constrangimento em inúmeras batalhas em defesa da nossa causa!”.
- O jornal paraguaio *El Liberal*, com data de 1º de fevereiro de 1934, resgata a opinião de um de seus soldados, que o acompanhou até Assunção: “Todos nós gostamos muito dele porque se preocupa mais com as nossas vidas do que com a sua própria e, com uma doçura bondosa, é de uma energia ilimitada”. 

Referências

CASABIANCA, Ange François. **Una Guerra desconocida**: La campaña del Chaco Boreal (1932-1935), Vols. III, IV, V. Asunción, Paraguay: Editorial “El Lector”, 2000.

ESTIGARRIBIA, José Félix. **Memorias del Mariscal José Félix Estigarribia**: Guerra del Chaco, 1932-1935. Asunción, Paraguay: Editorial “Parroquia San Rafael”, 2011.

JOY, Juan Carlos, **Fortines de la Guerra del Chaco**. Asunción, Paraguay: Editorial Ateneo, 1988.

LÓPEZ MARTINEZ, Esteban. **Listo Valois**: intimidades de un regimiento en campaña. Asunción, Paraguay: Dirección de Publicaciones, Fuerzas Armadas, 1984.

MINISTÉRIO DA GUERRA DO BRASIL. **Almanaque** (1934).

SILVA, Fernando. **Mis memorias**: Regimiento de Caballería no. 1 “Valois Rivarola” “Listo, Adelante Valois”: Guerra del Chaco, 1932-1935. Asunción, Paraguay: Criterios Ediciones, 1989.

Sitio Web: <www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lucas-nemo-canabarro>.

Jornal paraguaio, “El Liberal”, em sua edição de 1º de fevereiro de 1934.

Jornal paraguaio, “El Diario”, em sua edição de 17 de fevereiro de 1934.

Jornal paraguaio, “El Orden”, em sua edição de 17 de fevereiro de 1934.

Jornal paraguaio, “La Tribuna”, em sua edição de 23 de fevereiro de 1934.

Jornal paraguaio, “El Liberal”, em sua edição de 14 de março de 1934.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Tradução de Fernando Velôzo Gomes Pedrosa.

² Grupo de denominações cristãs que descende diretamente do movimento anabatista que surgiu na Europa no século XVI, durante a Reforma Protestante, valorizando a vida em comunidade e baseando suas práticas apenas nos preceitos da Bíblia. Os menonitas tiveram origem na Alemanha e nos Países Baixos, mas muitos migraram para o Sul da Rússia no século XVIII, estabelecendo colônias agrícolas na Crimeia. A Revolução Comunista de 1917 destruiu as colônias menonitas, e muitos colonos perderam suas terras, foram perseguidos e morreram de fome. Em busca de novas terras e liberdade de culto, muitos menonitas russos migraram para os Estados Unidos, Canadá e também para o Paraguai, cujo governo lhes ofereceu terras no Chaco. Os primeiros menonitas da Rússia chegaram ao Paraguai em 1927. No ano anterior, havia chegado um contingente do Canadá, formado por descendentes dos que haviam emigrado da Rússia para o Canadá em 1877 (Nota do Tradutor).

A Base Naval Chinesa no Chifre da África como fator de segurança do Projeto da Nova Rota da Seda

Jackson Thein de Souza Wong*

Introdução

Em junho de 2017, a China anunciou a ativação de sua primeira base militar fora do país, localizada no Djibuti, pequeno Estado situado no nordeste da África, junto ao Estreito de Bab el Mandeb, porta de acesso ao Mar Vermelho e ao Canal de Suez, importantes ligações entre o Mar Mediterrâneo e os Oceanos Índico e Pacífico. Esse fato vem acompanhado de outros recentes, tais como o lançamento do projeto da Nova Rota da Seda, o aumento da tensão no Mar do Sul da China e a ampliação do poderio naval chinês, diretamente relacionados às necessidades de segurança daquele país.

Essa temática desperta interesse proporcional ao próprio tamanho da China, país entre os com maiores territórios, população, economia e poder, capaz de desestabilizar o equilíbrio mundial. Tal capacidade inspirou o presente ensaio, que procura expor o papel assumido pela primeira base naval fora do território chinês, para a segurança do “Império do Meio”, seja de seu entorno estratégico, seja de lo-

cais mais distantes geograficamente, mas com importância estratégica essencial.

Este ensaio estrutura-se, além da presente parte introdutória, no corpo, contendo partes conceituais sobre a estratégia chinesa e segurança, além da conclusão e referências bibliográficas.

A China possui um dos maiores territórios do mundo, situado no extremo leste do continente asiático. A inauguração da base naval chinesa representa uma inovação estratégica, na medida em que, até então, suas estruturas militares concentravam-se todas no território chinês.

Tal acontecimento coincide com o lançamento de outro grande projeto, a Nova Rota da Seda, em inglês, *One Belt, One Road* (OBOR). Em linhas gerais, esse projeto pretende conectar o território da China, e suas infraestruturas, em especial, de transporte, à Europa, passando por áreas complexas, como a Ásia Central, o Cáucaso e o Leste Europeu.

A inauguração da base no Djibuti causou inquietação na conturbada geopolítica asiática, em que outras nações concorrem pelo *status* de potência regional. Índia, Japão

* Ten Cel Com (AMAN/95, EsAO/03). Atualmente, é aluno da ECEME.

e países do Mar do Sul da China acompanham atentamente os movimentos da política externa chinesa, mesmo os dados a distância.

Segurança e suprimento de energia

O conceito de segurança, embora seja amplamente aplicado, não possui uma definição única e estática, como constata Guilherme Thudium *et al* (2017). Os autores prosseguem, afirmando que a definição de segurança internacional se trata de um conceito inevitavelmente político, já que possui um papel vital sobre a alocação de recursos no sistema interestatal. Assim sendo, baseiam-se em Barry Buzan e Lene Hansen (2012) para afirmar que segurança, portanto, diz respeito a temas políticos cruciais, como estado, autoridade, legitimidade, política e soberania.

Conforme Caroline Viana e Silva (2016), o fim da Guerra Fria e seu impacto no sistema internacional trouxeram à tona a necessidade de novos estudos de segurança internacional, principalmente por questionarem a teoria clássica das relações internacionais até então predominante: o Realismo, que tem como premissas principais a centralidade do Estado.

Para os teóricos Barry Buzan e Lene Hasen (2009), ocorreu uma evolução nos estudos de segurança internacional. Estudos de segurança deixaram de pensá-la apenas como uma questão de defesa ou guerra, afirmando que a agenda internacional de segurança abrangeria não apenas o setor militar, mas, também, questões dos setores político, econômico, *societal* e ambiental (SILVA, 2016).

Atendo-se ao setor econômico, observa-se que um fator essencial para a segurança de um Estado é a garantia de suprimento de fontes de energia. Paulo Duarte (2015), ao recorrer a Waco Worley (2006), expõe que “a insegurança energética diminui o poder e a influência de um Estado no sistema internacional”, sendo que “sem os recursos energéticos apropriados (domésticos ou não), os Estados não se podem tornar potências regionais e, muito menos, mundiais”.

Ainda conforme Duarte (2015), no caso da China, país emergente que abriga cerca de um quinto da população mundial, a questão da segurança energética é ainda mais premente, à medida que o Governo caminha rumo à concretização dos seus objetivos de modernização e de prosperidade coletiva. Para Duarte (2015), a questão da segurança energética assume tamanha relevância para a China a ponto de ser securitizada. Conforme Duarte (2015, p. 459),

No seu esforço de securitização energética, a China de Xi Jinping possui uma visão de caráter universal, alicerçada na promoção do comércio enquanto fonte de paz entre os povos bem como na revitalização de vários elos logísticos ao nível terrestre e marítimo.

A afirmação de Duarte, porém, vai de encontro ao que Silva (2016, p.1) afirma sobre o conceito de securitização.

Por securitização entende-se a transferência da ameaça da esfera da política à da segurança. Ou seja, securitização refere-se ao assunto que deixa de fazer parte da esfera padrão política para ser necessária uma ação pontual, imediata, que extrapola a política comum.

Silva (2016), apoiando-se em Barry Buzan, Ole Waever e Jaap Wilde, esclarece que o processo de securitização é o movimento que leva ameaças além das regras preestabelecidas pela política e enquadra um determinado assunto, seja como tipo especial de política — assunto politizado —, seja como acima da política — securitizado.

Assim sendo, a securitização pode ser vista como uma versão extremada da politização; dessa forma, uma questão pode ser enquadrada como não politizada, politizada ou securitizada. Não politizada se refere a quando o Estado não está relacionado à questão e sobre ela não envolverá um debate ou decisão pública. Politizada, quando a questão requisita uma decisão governamental e faz parte da política pública. E uma questão é securitizada quando apresenta uma ameaça existencial, requisitando medidas urgentes e justificando ações fora do processo político normal (SILVA, 2016).

O que se observa na atitude da China é que o Estado tem implementado diversas políticas para garantir sua segurança energética, principalmente a manutenção do fluxo marítimo de importação de petróleo e derivados. Essas políticas vão desde o estabelecimento de parcerias estratégicas com países fornecedores de fontes energéticas, passando pelo lançamento de grandes projetos de infraestrutura, como a Nova Rota da Seda, até o aumento de gastos com as forças armadas.

Além disso, observa-se que a China tem buscado observar o ordenamento jurídico internacional para guiar suas ações nesse campo. Assim sendo, a questão da segurança energética na China se classifica como politizada.

O Complexo Regional do Sudeste Asiático: politização e securitização

A definição de um complexo regional de segurança é, conforme Buzan e Waever (2003, p. 44),

um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados uns dos outros.

Ou, ainda, segundo Alexandre Fuccille e Lucas Pereira Rezende (2013, p. 78),

os complexos regionais de segurança são uma teoria desenvolvida dentro da chamada Escola de Copenhague, e que busca entender as questões de segurança internacional a partir de um enfoque regionalista.

RSCs, da sigla em inglês de regional *security complex*, são definidos por padrões de amizade e inimizade na forma de padrões subglobais de interdependência de segurança, conforme a geografia, já que a proximidade física tende a gerar maiores interações de segurança (BUZAN; WEAVER, 2003, p.45).

Ao se focar o entorno estratégico da China, que inclui boa parte do Sudeste Asiático, e se buscar enquadrá-lo na definição de RSC de Buzan e Weaver (2003), chamam a atenção termos como “padrões de inimizades” e “proximidade física”, em especial quanto ao Mar do Sul da China.

A região do Mar do Sul da China, por muito tempo, tem-se caracterizado como uma área de disputas fronteiriças. Diversas nações do Sudeste Asiático têm reivindicado soberania e certas porções da zona

marítima daquela região. A situação tem-se tornado um palco de conflitos políticos (EIRIZ, 2017, p.20).

Já quanto à proximidade física, Rodrigo Fracalossi de Moraes (2015, p.24) argumenta que

o principal ator nestas disputas é a China, cujo interesse por controlar territórios insulares no Mar da China Oriental e no Mar do Sul da China tem origem em fatores de cunho tanto geopolítico quanto econômico. Do ponto de vista geopolítico, o interesse é fruto de uma situação marítima desfavorável, oriunda de dois fatores interligados. O primeiro é a existência de diversas ilhas e arquipélagos em áreas muito próximas à costa chinesa, úteis para a imposição de um bloqueio naval à China. Estes territórios fazem parte da chamada “primeira cadeia de ilhas”, conforme termo utilizado pelo governo da China, estendendo-se desde o sul do Japão até a ilha de Bornéu, passando pelas Filipinas.

O Mar do Sul da China possui enorme importância geopolítica já que abriga algumas das principais linhas de comunicação marítimas e infraestruturas portuárias do globo e que por ele circulam, diariamente, cerca de 14 milhões de barris de petróleo (um terço do fluxo marítimo internacional) e 16 bilhões de pés cúbicos de gás natural (EIRIZ, 2017, p.21).

A **Figura 1** apresenta a importância do fluxo do comércio de petróleo oriundo principalmente do Golfo Pérsico e da África para a economia da China, Japão e Coreia do Sul. A ilustração pontua a importância geopolítica do Estreito de Málaca como ponto de estrangulamento das principais rotas comerciais que trafegam pelo Mar da China Meridional.

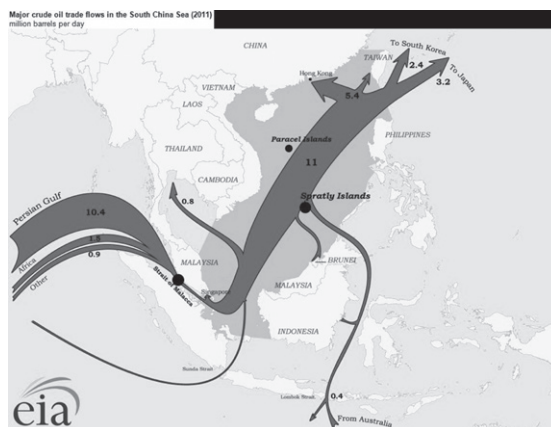


Figura 1 – Fluxo de petróleo com destino ao Leste Asiático

Fonte: Eiriz, 2017, p.22

Atentando para a **Figura 1**, nota-se que cerca de 11,9 milhões de barris de petróleo passam por dia pelo Estreito de Málaca e são oriundos ou do Oriente Médio, ou da África. Quanto à categoria “outros”, esses representam menos de um milhão de barris. Essa questão, somada a outras, como a segurança energética e outras, remete ao foco deste ensaio, que é a abertura da primeira base naval chinesa em território estrangeiro.

A Base Naval Chinesa no Djibuti: símbolo do poder naval da China

O intenso desenvolvimento econômico das últimas décadas permitiu à China acumular grande volume de reservas financeiras. O acelerado desenvolvimento econômico tem impulsionado o fortalecimento das capacidades estatais da China e, com efeito, ampliado seu peso nos assuntos internacionais (PAUTASSO; UNGARETTI, 2017). Tal condição leva a China a exercer um papel mais relevante no nível global, ainda que haja prioridades no âmbito doméstico. Como observam Diego Pautasso e Carlos Ungaretti (2017, p.27),

se é possível reconhecer que há uma simbiose entre desenvolvimento e aumento de influência global, a China busca um equilíbrio entre assumir a responsabilidade de grande poder, por um lado, e se concentrar em seu núcleo estreitamente definido de “interesses fundamentais”, tais como o desenvolvimento e a integridade territorial.

O grande volume de recursos financeiros acumulados na China, somado ao aumento do seu protagonismo internacional, favoreceu a ampliação crescente dos gastos militares, desde a modernização de material e pessoal até a abertura de bases militares no exterior.

Pautasso e Ungaretti (2017, p. 28) apresentam a descrição oficial da Iniciativa OBOR, ou projeto da Nova Rota da Seda, como a materialização do referido desenvolvimento econômico da China e do seu peso nos assuntos internacionais:

O cinturão e a Rota perpassam a Ásia, a Europa e a África, conectando o vibrante eixo econômico da Ásia Oriental com a Europa, englobando diversos países com enorme potencial de desenvolvimento econômico. O Cinturão Econômico tem como foco trazer junto China, Ásia Central, Rússia e Europa (Báltico); ligando a China com o Golfo Pérsico e o Mar Mediterrâneo através da Ásia Central e Ásia Ocidental; e conectando a China com o Sudeste Asiático, Ásia Meridional e Oceano Índico. A Rota da Seda Marítima está desenhada para ir da costa chinesa à Europa através do Mar do Sul da China e do Oceano Índico em uma rota, e do Mar do Sul da China para o Sul do Pacífico em outra rota.

O local escolhido pela China para receber sua base naval internacional foi o Djibuti, pequeno país situado no Chifre da

África, com cerca de 23.000km², pouco maior que o Estado de Sergipe. Conforme dados da Presidência, no seu sítio oficial na internet, o Djibuti abrange uma área de 23.200km², é delimitado no Norte pela Eritreia, no Oeste e no Sul pela Etiópia e no Sudeste pela Somália. Tem um litoral de 370km de comprimento, banhado pelo Mar Vermelho e pelo Golfo de Aden. A moeda do país é o Franco de Djibouti (RÉPUBLIQUE DE DJIBOUTI, 2017).



Figura 2 – Localização do Djibuti no Chifre da África
Fonte: Ryan, 2015

A chegada da base chinesa ao Djibuti despertou o interesse internacional, porém o país é apenas o quinto país a se instalar nessa região da África. Conforme Joseph Braude e Tyler Jiang (2016):

Desde novembro de 2002, o país abriga Camp Lemonnier, uma base expedicionária dos EUA — a única base americana no continente africano — juntamente com outras bases pertencentes aos seus aliados franceses, italianos, espanhóis e japoneses. (Os Estados Unidos mantêm numerosos pequenos postos avançados e aeródromos na África, mas considera oficialmente Lemonnier como sua única base militar em grande escala no continente).

A sua localização é importante para o comércio e a energia mundiais, devido à sua proximidade com o Estreito de Mandeb e o Canal de Suez-Aden, onde transitam anualmente dez por cento das exportações mundiais de petróleo e vinte por cento das exportações comerciais (BRAUDE; JIANG, 2016).

Com poucos recursos naturais, indústrias e serviços, como turismo, para sustentar a economia, o Djibuti optou por tirar proveito de sua localização estratégica, alugando seu território para países com interesses vitais na região, como a China e outros países. Conforme Moraes (2017), a República

Popular da China (RPC) estaria pagando 20 milhões de dólares, enquanto que os Estados Unidos (EUA) pagam mais de 60 milhões de dólares por ano pela base de Camp Lemounier, que é também a maior no Djibuti, e a única permanente dos EUA na África.

A perenização da presença chinesa no Chifre da África é vista como emprego do *hard power*, já que se trata da construção de uma base de uma força naval de guerra, apesar de o governo afirmar que as atividades a serem exercidas serão de cunho logístico e humanitário. O que se percebe na afirmação de Braude e Jiang (2017) é que o custo para desempenhar essas atividades no Djibuti vai além do aluguel de terras no país:

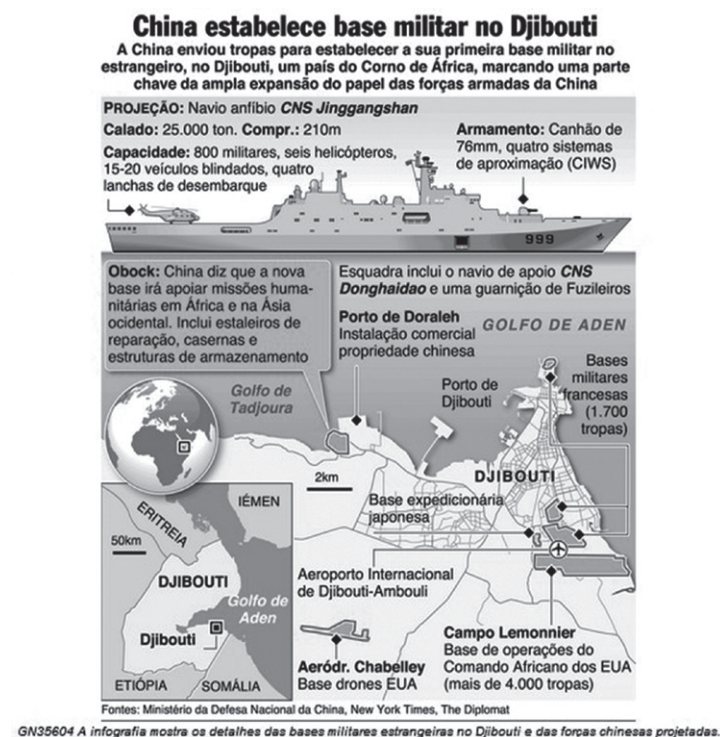


Figura 3 – Localização das bases dos EUA, China, Japão e França no Djibuti
Fonte: China envia tropas para abrir (sic) primeira base militar no estrangeiro, 2017

Abel Coelho de Moraes (2017) se alinha com Braude e Jiang (2016) e acrescenta a Arábia Saudita como mais uma nação com interesse em fixar uma base no Djibuti. E pontua quanto à posição estratégica desse pequeno país cujo litoral, em um plano geoestratégico mais vasto, permite a ligação entre a Europa e a Ásia, fundamentando assim a escolha chinesa.

A iniciativa de poder duro de Pequim em Djibuti está, entretanto, acompanhada por suas iniciativas de *soft power* para construir laços com Estado e sociedade. Os US\$ 14 bilhões em apoio chinês para o desenvolvimento de infraestrutura, amplamente divulgado no Djibuti, geraram enorme boa vontade junto à população. Muito além dos gastos dos EUA, a injeção também é um investimento no governo do presidente Ismael Omar Guelleh. Existem também

empreendimentos culturais, como o novo Instituto Confúcio na Cidade de Djibuti, que Pequim normalmente usa para cultivar laços pessoais e “ativos” dentro da sociedade. Adicionem-se a tudo isso os US \$ 1,1 bilhão da China no comércio em 2014 – cerca de dez vezes o dos Estados Unidos. Como a influência chinesa cresce no Djibuti, sua capacidade de influenciar a política externa e as estratégias de segurança do governo prometem crescer junto.

Oficialmente, a China declara que a base naval no Djibuti se destina a prestar apoio logístico às suas embarcações em missões pacíficas na região do nordeste da África.

O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Geng Shuang, declarou, em uma conferência de imprensa diária, que, de acordo com as resoluções do Conselho de Segurança da ONU, a China desdobrou navios para o Golfo de Aden e as águas da costa somali em missões de escolta em 2008. Durante o processo de escolta, oficiais e subordinados chineses encontraram dificuldades em reabastecer de alimentos e de combustível, e o Djibuti ofereceu suporte logístico em múltiplas instâncias (XINHUA, 2017).



Figura 4 – Partida da frota da Marinha chinesa para a base do Djibuti
Fonte: China's Djibouti Base, 2017

Conforme a agência de notícias Xinhua (2017), Geng disse ainda que a base de apoio servirá melhor às tropas chinesas quando escoltam navios no Golfo de Aden e nas águas da costa da Somália, realizam resgate humanitário e cumprem outras obrigações internacionais. A China, pois, se junta a um grupo de países que alegam questões de segurança para ocupar um posto avançado no Chifre da África, não sendo o primeiro e possivelmente também não o último.

Morais (2017) afirma que, além dos países já instalados ou em vias de o fazer, “desde 2014 se fala na possibilidade de a Rússia ter instalações militares no Djibuti, e o Irão teria sondado as autoridades djibutianas, sem sucesso”. O país persa provavelmente buscou rivalizar com a Arábia Saudita, mas sua orientação muçulmana xiita dificultou o diálogo com o pequeno país sunita.

O fato de a RPC instalar sua base no Djibuti tem, pois, ligação direta tanto com o seu projeto Nova Rotas da Seda como com o conceito de complexos regionais de segurança de Buzan e Weaver, especificamente no que tange a “inimizades”, no caso, com o Japão, rival histórico.

Mais de vinte mil navios passaram, em 2016 pela costa do Djibuti, assim como 10% do total dos hidrocarbonetos, sendo que 10% do tráfego naval têm o Japão como destino. Além disso, a maior parte do comércio da China com a União Europeia, estimado em 870 milhões de euros por dia no ano, transita pelo golfo de Áden e

pelo mar Vermelho, além de mais de 60% do petróleo do Médio Oriente para os chineses.

Estes dados auxiliam a explicar o forte envolvimento dos dois países nas missões de patrulhamento ao largo da vizinha Somália contra os piratas — menos ativos nos últimos tempos — e o fato de as suas únicas bases militares no exterior se situarem no Djibuti (MORAIS, 2017).

Por sua vez, David Rothkopf (2017) afirma que não apenas a base do Djibuti se insere na estratégia político-econômica chinesa como faz parte de um contexto perene de sua política de segurança:

É claro que iniciativas como a iniciativa “One Belt, One Road” da China não têm apenas objetivos econômicos ou culturais. A China busca fortalecer os laços com parceiros comerciais vitais e fontes de recursos vitais por todos os meios possíveis — e isso inclui a capacidade de proteger esses laços. Enquanto a base de Djibouti é o primeiro *site* estrangeiro da China, quase certamente não será o último. Na verdade, o governo da China prometeu construir outras bases desse tipo “quando necessário”.

O Japão, por sua vez, reagiu com preocupação ao movimento chinês em sua direção, já que, desde 2011, ocupa uma base no Djibuti, vizinha à dos EUA em Camp Lemonier. Segundo Nobuhiro Kubo (2016), “a China está colocando dinheiro em novas infraestruturas e aumentando a sua presença no Djibouti, e é necessário que o Japão ganhe mais influência”.

Crédito: Kyodo/via REUTERS



Figura 5 – Ministra da Defesa do Japão Tomomi Inada no Djibuti, em 15 de agosto de 2016, é informada pelo pessoal das Forças de Autodefesa sobre a missão antipirataria na Somália

Fonte: Kubo, 2016

Ainda segundo Kubo (2016), “além da terra que o Japão tomou emprestado, (no Djibuti) está considerando alugar as terras vizinhas a leste”. O Japão está agora em negociações com o governo de Djibouti. Ao passo que o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Geng Shuang, afirmou: “Esperamos que o Japão possa tirar lições da história, estar em conformidade com os tempos e realmente seguir o caminho do desenvolvimento pacífico”.

Não obstante o antagonismo entre China e Japão, ambos os países invocam a questão comum da segurança nacional para sua presença no Chifre da África, tendo inclusivamente atuado em conjunto no combate à pirataria promovida por milícias da Somália.

Conforme Kubo (2016), o Self Defense Force (SDF) japonês (uma vez que o país não possui forças armadas) operou aeronaves de patrulha marítima como parte de uma força internacional, incluindo a China, que caça

piratas nos mares do Golfo de Aden e ao largo da costa da Somália.

A questão da pirataria marítima contemporânea se enquadra assim no que preconizam Barry Buzan & Ole Waever (2003) na obra *Regions and Powers: The Structure of International Security*, no leque de novas ameaças à segurança, uma vez que o fim da GF tem três grandes impactos na história da segurança regional (p.17-18): desmonta o cenário bipolar; muda profundamente a natureza e intensidade da penetração nas redes de segurança regionais do terceiro mundo e marca a mudança e a inclusão de causas e assuntos não militares na agenda de segurança internacional.

A decisão da China, do Japão e outras nações de projetarem-se para fora de seus territórios para combater a pirataria, tanto na costa africana como na região do estreito de Málaca, no RSC do sudeste asiático, além de garantir a manutenção de sua segurança energética, suas rotas marítimas de comércio e o consequente equilíbrio econômico, também se alinha com Buzan e Waever (2003).

Considera-se que ameaças se movem mais facilmente entre curtas distâncias, formando uma interdependência estrutural no nível regional, conhecida como complexos de segurança. E isso pode ser modificado quando o movimento deixa de ser territorializado, assumindo um caráter mais desterritorializado, como o econômico. Ou, quando o nível de poder absoluto aumenta tão significativamente a ponto de ignorar as limitações da distância.

O enfrentamento da pirataria como ameaça à segurança tem como base o fato de tal atividade ser considerada crime em muitos países, a despeito de em outros, como o Brasil, a considerarem uma prática do passado histórico.

Para Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth e Rafaela Corrêa (2015, p.290),

a questão assume grande importância para o Direito Internacional, uma vez que tal conduta criminosa é praticada em números consideráveis, colocando em xeque a segurança da navegação e sendo responsável por incalculáveis danos à vida humana bem como ao comércio e à economia. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 estabelece parâmetros para perseguir e punir os piratas. O fato é que, devido à compreensão de que a pirataria em alto-mar constitui “crime do passado”, muitos ordenamentos jurídicos nacionais, a exemplo do brasileiro, não possuem uma tipificação penal adequada da conduta. Assim, em que se pese tratar a pirataria de um dos poucos crimes que se submetem à chamada “jurisdição universal”, o que significa dizer que qualquer país pode capturar piratas em alto-mar, a ausência de tipificação da conduta nos ordenamentos jurídicos internos dificulta a sua persecução.

Assim, Wermuth e Corrêa (2015, p.291) trabalham com a seguinte definição de pirataria:

Com base no Art. 15 da Convenção de Genebra sobre o Alto-Mar de 1958, são abrangidos pelo conceito os seguintes atos: violência, detenção ou depredação ilegítimas cometidas para fins pessoais pela tripulação ou passageiros de um navio privado ou de uma aeronave privada, e dirigidos, no alto mar, contra outro navio ou aeronave, ou contra pessoas e bens a seu bordo, ou, ainda, contra um navio ou aeronave, pessoas ou bens, em local fora da jurisdição de qualquer Estado. Também se enquadram no conceito todos os demais atos de participação voluntária para utilização de um navio ou de uma aeronave, quando aquele

que os comete tem conhecimento de fatos que conferem a esse navio ou a essa aeronave o caráter de navio ou aeronave pirata.

A China é afetada diretamente pela pirataria marítima contemporânea pelo menos em duas regiões de seu interesse. No RSC do Sudeste Asiático, com o Estreito de Malaca, e na área entre o nordeste da África e a península arábica.

Atualmente, a pirataria revela-se mais incidente no Sudeste Asiático, nas Caraíbas, e no Chifre da África, tendo como principais locais de ataque os espaços entre as ilhas, onde os piratas atacam de surpresa com lanchas muito rápidas. Não é privilégio de locais sem movimento, uma vez que

um dos estreitos mais movimentados do mundo, com média de 50.000 navios por ano — o estreito de Malaca —, é um dos principais em ataques piratas, junto com o Mar do Sul da China, Golfo da Guiné e a Indonésia. (WERMUTH; CORRÊA, 2015, p.293)

Assim, confirmam-se as alegações de autoridades chinesas de que as missões de combate à pirataria são fruto de uma preocupação com sua segurança já há quase uma década, ao se constatar que, no ano de 2008, a parte do mundo que foi considerada mais perigosa foi o Chifre da África, ou seja, a região nordeste do continente africano, onde está localizada a Somália, o Djibuti e a Eritreia (WERMUTH; CORRÊA, 2015).

Sob o aspecto econômico, a busca pela proteção de suas rotas de navegação e das estruturas do projeto OBOR é justificada com base em relatórios do Banco Mundial, em que a pirataria na costa da Somália aumenta significativamente as despesas do comércio

mundial em US\$ 18 bilhões por ano. A violência causada por ações de piratas gera grande preocupação pública e um “imposto oculto” nas exportações e importações do mundo inteiro (WERMUTH; CORRÊA, 2015).

Sob o aspecto humanitário, a pirataria é vista como ameaça. A International Maritime Bureau contabiliza cerca de 3.200 pessoas tomadas como reféns de piratas na última década, sendo que 150 delas perderam a vida. Em 2007, por sua vez, foram registrados 263 incidentes em todo o mundo, com um crescimento de ataques piratas, em 2007, superior a 10%. (WERMUTH; CORRÊA, 2015, p.294).

Assim sendo, tanto a China como outras nações encontram no arcabouço jurídico internacional o amparo para empreenderem o combate ao crime da pirataria, que lhe ameaça a segurança. Por se tratar de uma questão delicada e preocupante, que tem aterrorizado os mares, principalmente no Chifre da África, a Lei Internacional sobre a pirataria considera que cada Estado deve assumir responsabilidade própria no policiamento e patrulha das suas águas territoriais, assim como no combate a atos de pirataria cometidos nas suas zonas marítimas (WERMUTH; CORRÊA, 2015).

Outra alegação chinesa para a instalação de sua base naval no Djibuti é a garantia de segurança de cidadãos chineses residentes na região do Oriente Médio, um efetivo na casa dos milhões de pessoas.

Cabe ressaltar a diversidade de definições que o termo segurança nacional possui, com base em alguns exemplos da Organização das Nações Unidas e da Escola Superior de Guerra, reunidos pelo general Rui Monarca da Silveira, chefe do Estado-Maior do Exército em 2004, e elencados por Frederico Carlos de Sá (2010, p.133):

a) ONU: Segurança é uma condição na qual os Estados consideram que não há perigo de ataque militar, pressão política e coerção econômica, de modo que possam, livremente, buscar o seu próprio desenvolvimento e progresso. A segurança dos indivíduos e das comunidades que compõem os Estados é assegurada pela garantia do exercício da liberdade e dos direitos políticos, sociais e econômicos individuais bem como pela preservação ou restauração de um meio ambiente saudável para as gerações presentes e futuras.

b) ESG: O estado de garantia da sobrevivência e estabilidade dos indivíduos, comunidades, nações e grupos de nações, em clima que permita o seu desenvolvimento e a realização do seu potencial, em um ambiente saudável para as gerações presentes e futuras.

Sobre o conceito de segurança nacional na Europa, interessa observar que, no Velho Continente, também se inserem os indivíduos que constituem o Estado, definindo-se como a capacidade sistêmica de proteção dos cidadãos, incluindo os seus direitos e liberdades bem como a integridade do território, dos nossos interesses vitais, das instituições democráticas e da nossa posição estratégica na comunidade das nações (Vitor Ângelo, 2013, p.4).

Assim, considerando que o projeto da Nova Rota da Seda, em especial no seu eixo marítimo, vai desencadear uma série de obras de infraestrutura portuária e outras, nessa região, pode-se considerar que o número de trabalhadores chineses vivendo nessa região deve aumentar.

E em caso de necessidade de evacuação de seus cidadãos, a China espera que possa cumprir seu papel de forma satisfatória, o que não ocorreu em casos anteriores,

como na Líbia, na crise que se seguiu após a queda do presidente. Nesse contexto, a base chinesa também permitiria a evacuação rápida para qualquer um dos milhões de cidadãos chineses que agora vivem no Oriente Médio e na África se eles o exigirem.

A necessidade de se preparar para tais eventualidades tornou-se clara para a China nas consequências da Primavera árabe, quando evacuou 35.680 nacionais, empregados principalmente na indústria petrolífera da Líbia e mais 629 do Iêmen logo após. E, durante a evacuação da Líbia, a China tinha apenas uma fragata disponível nas proximidades. Com isso, a maioria dos evacuados teve de ser evacuada do país em aviões comerciais fretados (Braude e Jiang 2016).

Nesse sentido, para a China, a preocupação com o bem-estar de seus cidadãos enquadra-se claramente na definição de Segurança de Nacional adotada por grande parte de organismos internacionais. Entretanto, o aspecto mais destacado no empreendimento naval militar chinês no Djibuti é o seu alinhamento com a estratégia político-econômica nacional, com destaque para o projeto da Nova Rota da Seda.

De acordo com o mais recente documento de política de defesa de Pequim, divulgado em maio de 2015,

as forças armadas da China irão trabalhar intensamente para criar uma postura estratégica favorável com maior ênfase no emprego de forças militares e meios. Esta formulação é amplamente acreditada para aludir às iniciativas chinesas “String of Pearls” e “One Belt, One Road”. (BRAUDE; JIANG, 2016)

String of Pearls, ou Colar de Pérolas, conforme Braude e Jiang (2016), é uma metáfora para uma rede de portos de escala para navios, predominantemente ao longo do Oceano Índico, para assegurar linhas de trânsito marítimo de comércio e comunicação da China continental para o Sudão. Já a iniciativa *One Belt, One Road*, lembram os autores, busca fortalecer as exportações chinesas através de estradas comerciais terrestres e marítimas, em grande parte ao longo da histórica “Rota da seda”, que atravessa a Europa e o Oriente Médio.

Assim, a base de Djibuti seria vital para garantir o sucesso do último objetivo, a Iniciativa OBOR, uma vez que a maioria dos US\$ 1 bilhão de exportações diárias da China para a Europa atravessam o Golfo de Aden e do Canal de Suez. Braude e Jiang (2016) acrescentam ainda, acerca do *String Pearls*:

Com respeito ao plano anterior, Toshi Yoshihara, presidente dos estudos da Ásia-Pacífico no US Naval War College, tem mapeado a interseção de empreendimentos navais e comerciais chineses em toda a região do Pacífico. Agrupados, ele nos disse, “certamente parecem uma série de pérolas”. O Djibouti, que abriga tanto a base nascente quanto o extenso investimento econômico chinês, equivaleria a uma nova pérola no colar.

Analisando-se a **Figura 6**, notam-se, na posição do Djibuti junto ao *String Pearls*, os portos utilizados pela força de combate à pirataria da Marinha do Exército Popular de Libertação da China (PLA):



Figura 6 – Portos de apoio no Oceano Índico usados pela força contra-pirataria da Marinha chinesa

Fonte: Braude e Jiang, 2016, Fig. 1

Considerações finais

Sobre a instalação da base naval da China no Djibuti, as afirmações dos órgãos oficiais chineses e de setores da comunidade internacional são divergentes.

A China, por meio de seus canais oficiais de informação, alega que a base tem, e permanecerá tendo, apenas emprego humanitário e de apoio logístico à sua frota em operações de não guerra na região do Chifre da África.

O receio internacional de tensões militares baseia-se no crescimento econômico e militar daquele país, agora projetando poder em áreas distantes do seu território, porém de grande interesse também para outras potências mundiais.

Identifica-se no presente artigo uma grande afinidade entre o projeto da Nova

Rota da Seda e as atividades navais na região, em execução atual, permitindo fazer uma relação entre esses dois grandes passos estratégicos dado pela China.

Quanto à evolução da situação, atualmente construída pelos chineses no Djibuti, da retórica pacifista para uma atuação militar mais incisiva, capaz de desafiar outras potências, cabe expor duas visões distintas.

A cultura da China manteve princípios herdados de sua milenar história imperial, que colocam a autoridade central chinesa no epicentro de um sistema tributário de dominância sobre os poderes menores. Alguns analistas chineses veem na recente instalação pela China de mísseis terra-ar e aviões de combate em Woody Island, no Mar do Sul da China, como uma manifestação dessa tendência supremacista.

Na visão de June Teufel Dreyer, pode-se perguntar se a construção de uma base de Djibuti reflete a extensão desses princípios para além da órbita tradicional chinesa. Em um momento de rápida construção de aviões e porta-aviões pela China e uma concorrência mais séria com as indústrias militares americanas, a base no Djibuti poderia, de fato, refletir uma aspiração chinesa para eventualmente alcançar e superar a Estados

Unidos como o poder militar e econômico na área (BRAUDE; JIANG, 2016).

Uma atitude mais cautelosa, porém firme, pode ser, na visão de Rothkopf (2016), o posicionamento da China ao avaliar a lista de potências estrangeiras que estão em condições de exercer influência no Oriente Médio nos próximos anos. Embora os EUA possam estar mais relutantes em termos militares e menos dependentes de energia, seu papel pode ser assumido, pelo menos em parte, pela China.

Isso não quer dizer que a China irá replicar as abordagens americanas. Será menos aventureira e menos inclinada a projetar seus valores ou convicções políticas sobre os parceiros regionais. Em vez disso, será como foi no passado, certamente guiada por interesses próprios bastante estreitos, com a diferença de que, se esses interesses forem desafiados, a China terá o poder militar e a alavanca econômica para defendê-los (ROTHKOPF, 2017).

O que se pode esperar de toda essa nova conformação é que ela será distinta da que até o momento vigorou na história contemporânea. O que se deseja é que essa nova conformação não deixe de incluir a paz e a segurança necessárias para manter o uso da força apenas como o seguro das nações. 🌐

Referências

ÂNGELO, Vitor. O Conceito Segurança Nacional na Europa. In: Seminário Os desafios da Segurança em Portugal. 2013, Lisboa. **Conclusões Finais**. Disponível em: <www.iscpsi.pt/Inicio/Documents/desafiosSeguranca/Vctor%20Angelo.pdf>. Acesso em 24/11/2017.

BUZAN, Barry, HANSEN, Lene. **A evolução de segurança internacional**. Tradução Flávio Lira. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. 576p.

BUZAN, Barry; WAEVER, Olever. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge University Press, 2003, pp. 1-89; 304-339.

BRAUDE, Joseph, JIANG, Tyler. Djibouti is jumping. **Foreign Policy Research Institute**. Philadelphia, 31 março 2016. Disponível em: <www.fpri.org/article/2016/03/djibouti-is-jumping/>. Acesso em: 10 outubro 2017.

CHINA'S DJIBOUTI BASE not for military expansion. **China Radio International**. Beijing, 17 julho 2017. Disponível em: <[//chinaplus.cri.cn/opinion/opedblog/23/20170713/8642.html](http://chinaplus.cri.cn/opinion/opedblog/23/20170713/8642.html)>. Acesso em 03 novembro 2017.

CHINA ENVIA TROPAS para abri (sic) primeira base militar no estrangeiro. **Graphic News**, July 13, 2017. Disponível em: <www.graphicnews.com/pt/pages/35604/DEFESA-Base-naval-da-China-no-Djibouti>. Acesso em 23/06/2018.

CHINA'S DJIBOUTI BASE not for military expansion. **China Plus**. 13/07/2017. Disponível em: <[//chinaplus.cri.cn/opinion/opedblog/23/20170713/8642.html](http://chinaplus.cri.cn/opinion/opedblog/23/20170713/8642.html)>. Acesso em 23/06/2018.

COSTA, Frederico Carlos de Sá. Sobre o Conceito de Segurança Nacional. **Revista Tensões Mundiais**. Fortaleza. v.5, n.9, p.123 – 140, 2009. Disponível em: <www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/article/view/101>. Acesso em: 22/ 11/2017.

DUARTE, Paulo. O Dragão Lança Fogo no Gelo: o Ártico e a Antártida no Quadro da Nova Rota da Seda Chinesa. **Coleção Meira Mattos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 35, p. 457-470.

EIRIZ, George Koppe. **A Estratégia A2/AD chinesa e o jogo de poder no Mar do Sul da China**. 2017. 83 fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2017.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. Complexo de Segurança Regional da América do Sul: Uma Nova Perspectiva. **Contexto Internacional**, v. 35, n. 1, 2013, p. 77-104.

IBGE. **Área Territorial Brasileira**. 2017. Disponível em: <ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm>. Acesso em 14/11/2017.

KUBO, Nobuhiro. Japan to expand Djibouti military base to counter Chinese influence. **Reuters**. Londres, 13 outubro 2016. Disponível em: <www.reuters.com/article/us-japan-military-djibouti/japan-to-expand-djibouti-military-base-to-counter-chinese-influence-idUSKCN12D0C4>. Acesso em 19 novembro 2017.

MORAES, Rodrigo F. **A ascensão naval chinesa e as disputas territoriais marítimas no Leste Asiático**. 2058 Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Brasília: Ipea 2015.

MORAIS, Abel Coelho de. O país africano onde todos querem bases militares. **Diário de Notícias**. Lisboa, 17 julho 2017. Disponível em: <www.dn.pt/mundo/interior/o-pais-africano-onde-todos-querem-bases-militares-8641545.html>. Acesso em 15 Outubro 2017.

PAUTASSO, Diego. UNGARETTI, Carlos. A Nova Rota da Seda e a recriação do sistema sino-cêntrico. **Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais**. Belo Horizonte. v.4, n.3, p.25 – 44, mar. 2017. Disponível em: <//periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/13874>. Acesso em 25 maio 2017.

RÉPUBLIQUE DE DJIBOUTI. Présentation Générale. Disponível em: <www.presidente.dj/sousmenu.php?ID=18>. Acesso em 28/10/2017.

ROTHKOPF, David. China has opened a military base in Djibouti. The geopolitics of the Middle East will never be the same again. **The National**. Abu Dhabi, 16 julho 2017. Disponível em: <www.thenational.ae/opinion/china-has-opened-a-military-base-in-djibouti-the-geopolitics-of-the-middle-east-will-never-be-the-same-again-1.609337>. Acesso em 16/10/2017.

RYAN, Patrick W. The Yemen Crisis and the Bab el-Mandeb Maritime Chokepoint. **Saudi-US Information Service – SUSRIS**. April 14, 2015. Disponível em: <//susris.com/2015/04/14/the-bab-el-mandeb-maritime-chokepoint/>. Acesso em 18/09/2018.

SILVA, Caroline Cordeiro Viana e. Segurança Internacional e Novas Ameaças: A Securitização do Narcotráfico na Fronteira Brasileira. In: **WORKSHOP DE PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFPR, 3., 2016, Curitiba. Resumos**. Disponível em: <www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/workshops/>. Acesso em 15/11/2017.

THUDIUM, Guilherme et al. Os Estudos de Segurança Internacional em Perspectiva Histórica: evolução teórica, regionalismo e a expansão da agenda securitária. In: CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE DEFESA NACIONAL, 13, 2017, Resende. **Resumos**. Disponível em: <www.defesa.gov.br/arquivos/...e.../os_estudos_de_seguranca_internacional.pdf>. Acesso em: 13/ 11/ 2017.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; CORREA, Rafaela. O direito internacional em face da pirataria em alto-mar: uma perspectiva crítica. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 12, n. 1, 2015 p.288-300.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

A participação do Exército Brasileiro em Força de Paz no Oriente Médio

*Julio Cezar Fidalgo Zary**

Introdução

Para o pleno entendimento dos motivos que levaram a ONU a estabelecer a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) bem como da posterior participação do Exército Brasileiro nesta Força, é necessário que se apresente, sumariamente, o desenrolar dos acontecimentos da região, a partir da década de 1920.

Inicialmente, a formação do território libanês, bem como a quase totalidade da atual conformação de suas fronteiras, foi estabelecida de comum acordo entre ingleses e franceses em 1926, momento em que o domínio otomano foi encerrado em favor da França, em face do resultado da Grande Guerra, encerrada em 1918, com a derrota dos Impérios Centrais para os aliados. Porém, a linha fronteiriça foi estabelecida sem se levar em consideração os acidentes naturais do terreno, o que não era um problema naquele momento, pois o Líbano era apenas mais uma colônia gaulesa.

No entanto, em 1943, devido à derrota francesa durante a Segunda Guerra, a

então colônia se tornou independente, sendo seguida pela vizinha Síria, outra colônia francesa, em 1946. Dois anos mais tarde, a ONU reconheceu a criação de Israel, situado ao sul do Líbano e a sudoeste da Síria, adicionando, possivelmente, o maior dos fatores de desestabilização da área, tendo em vista o antagonismo judaico-muçulmano.

Desde então, problemas relacionados às disputas de fronteiras terrestres e às diferenças étnico-religiosas tornaram a região bastante instável, inclusive com a incidência de diversos conflitos bélicos, sendo o último o ocorrido em 2006, findo o qual foi estabelecida a resolução nº 1.701 do Conselho de Segurança da ONU, que ampliava os efetivos da UNIFIL, bem como impunha novas determinações, em substituição às resoluções nº 425 e 426, de 1978, que estabeleceram a Missão.

Atualmente, a situação política do Líbano está em transformação. Em dezembro de 2016, foi formado um novo gabinete de governo, com esforços envidados no sentido de se aprovar uma inédita lei eleitoral, a qual foi apoiada pela maior parte dos partidos. No entanto, a falta de consenso em relação a alguns

* Ten Cel Inf (AMAN/97, EsAO/05, ECEME/12). Possui curso de extensão em História Contemporânea (Universidade da Virgínia, EUA/14) e em Terrorismo e Contra-Terrorismo (Universidade de Leiden, Holanda/13). Foi o comandante do 7º CONTBRAS no Líbano (2017/2018).

detalhes acabou por postergar as eleições. Por outro lado, no campo diplomático, o governo libanês tem lançado uma campanha que pode reatar antigos laços políticos com outros países árabes, como a Arábia Saudita, o que desperta a insatisfação do Irã, que busca ser o líder dos muçulmanos no Oriente Médio, realizando um contraponto em relação aos sauditas.

Ademais, no campo social, o país ainda enfrenta os reflexos da crise dos refugiados originários da guerra civil da Síria, e, apesar das possíveis consequências negativas que podem ser geradas pelo restabelecimento dos laços antigos, o impacto da crise síria ainda tende a ser o principal fator de desestabilização da situação no Líbano e, consequentemente, da área de responsabilidade da UNIFIL. Apesar de quê, no campo militar, há uma tensão crescente no sul do país, tendo em vista a construção do muro israelense na fronteira.

Diante de um dos cenários mais importantes e conturbados da atualidade, muito já foi discutido sobre a relevância da presença da Marinha na UNIFIL, porém pouco sobre a participação do Exército Brasileiro (EB). Tendo em vista a sua intenção de ampliar a participação em missões internacionais – que posteriormente entrou em consonância com o Projeto SETA (Seleção e Emprego de Tropas Adjudicadas),¹ do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) –, o Exército enviou, junto ao Exército da Espanha, um pequeno, mas importante contingente, a partir do final de 2014, o qual foi incorporado ao Estado-Maior da Brigada espanhola no Líbano (BRILIB). Atualmente, o 8º contingente se encontra já em missão no Oriente Médio, tendo sua atuação sido consolidada ao longo dos quatro últimos anos.

UNIFIL – da criação à guerra de 2006

Durante a segunda guerra civil libanesa (1975-1990), desde o princípio, ocorreram ataques militares da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) contra alvos em Israel, os quais não tardaram a ser retaliados, de maneira cada vez mais contundente. Tais respostas culminaram com o desencadeamento da operação Litani, na noite de 14 para 15 de março de 1978, quando as Forças de Defesa de Israel (IDF) atravessaram a linha fronteira e progrediram no interior do território libanês até atingir o rio Litani, ocupando, então, com cerca de 25.000 militares, a faixa de fronteira.

O principal propósito das IDF, naquela operação, era expulsar as forças palestinas de sua fronteira Norte, o que resultou em cerca de 2.000 mortes, em ambos os lados, incluindo civis, bem como 285.000 deslocados libaneses,² ao final do conflito. Em face daquela operação, o Conselho de Segurança da ONU (CSNU) resolveu, por meio das resoluções nº 425 e 426, ambas de 1978, estabelecer a UNIFIL, de forma a pressionar a retirada das IDF do sul do Líbano, manter a paz internacional e, ainda, ajudar o governo local a restabelecer a autoridade na área.³ No mesmo mês, a quase totalidade das forças israelenses se retirou, mas a força interina da ONU foi mantida no terreno, de forma a atingir os demais objetivos a ela propostos.

No entanto, com o passar do tempo, o conceito das operações da UNIFIL teve de ser ajustado, devido ao recomeço dos ataques palestinos ao território israelense, desta vez com a ajuda de elementos sírios, o que acabou iniciando uma nova guerra entre o

Líbano e Israel, em 1982. Naquele momento, a UNIFIL ficou forçosamente limitada a realizar apenas assistência humanitária,⁴ inclusive por acabar auxiliando, involuntariamente, as ações da OLP,⁵ pois acabava evadindo da área em segurança elementos palestinos infiltrados na evacuação de civis, a qual ocorria sob a tutela da ONU.

Em 6 de junho daquele ano, as IDF invadiram o Líbano em uma campanha que, embora inicialmente considerada como limitada em alcance e duração, se tornaria a ação militar mais longa na história de Israel. A Operação Paz para a Galileia foi lançada para atingir metas estratégicas nacionais, entre elas: (1) eliminar a ameaça da OLP à fronteira Norte de Israel; (2) destruir a infraestrutura da OLP no Líbano; e (3) remover a presença militar síria no Vale Bekaa bem como reduzir sua influência no Líbano.⁶ A partir de então, até 1985, a UNIFIL permaneceu em território ocupado pelos israelenses, ao sul do Líbano.

Cabe destacar que a nova intervenção israelense em solo libanês abriu precedentes para que o Irã enviasse cerca de 1.000 soldados de sua Guarda Revolucionária, de forma a, junto com elementos segregados da milícia xiita Amal, constituir o Hezbollah,⁷ que se tornaria um grupo de papel relevante na história recente do país, inclusive no campo político.

Assim, entre os anos de 1985 e 2000, as ações da UNIFIL foram limitadas em termos de capacidades e em face da sua situação no terreno. Por exemplo, pode ser citado que as patrulhas da ONU não podiam adentrar em áreas controladas pelas IDF ou pelas forças do exército Sul-Libanês, o que reduzia sobremaneira a sua eficácia. No en-

tanto, apesar das adversidades, a ONU ainda manteve a atividade de ajuda humanitária à população local.

Porém, a situação passou a evoluir positivamente para o trabalho da UNIFIL, devido à retirada israelense da quase totalidade do território ocupado no ano de 2000. A partir da referida saída, voltou-se à situação de quase normalidade, pois as Forças de Segurança Interna (ISF) libanesas estabeleceram *checkpoints* na área recém-liberada, o que possibilitou o controle de movimentos bem como a manutenção da lei e da ordem.⁸

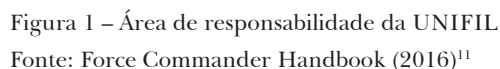
Concomitantemente, a UNIFIL buscou manter o cessar-fogo ao longo da Blue Line (BL), por meio de patrulhas motorizadas, a pé e aéreas, bem como estabelecer pontos estáticos, mantendo cerrado contato com israelenses e libaneses. Na mesma toada, iniciou trabalhos de desminagem na faixa de fronteira, ao passo que implementou operações de cooperação civil-militar (CIMIC), de forma a incrementar o apoio civil às tropas da ONU.

Porém, a situação no sul do Líbano começou a se deteriorar novamente, em face de diversos acontecimentos ao redor do mundo, como o ataque do grupo terrorista Al Qaeda nos Estados Unidos em 2001 e a consequente guerra global ao terror liderada pelos americanos a partir de 2001. O assassinato do primeiro-ministro libanês, Rafiq El-Hariri, em Beirute, no ano de 2005, acabou causando reflexos na presença síria no Líbano, tendo em vista a grande pressão internacional.

Em julho de 2006, uma emboscada do Hezbollah contra uma patrulha das IDF, dentro do território israelense, precipitou um novo conflito na região, que durou

Assim, em 11 de agosto de 2006, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) resolveu, por meio da resolução nº 1.701, ampliar as capacidades da UNIFIL, aumentando os efetivos de 2.000 homens para até 15.000, bem como expandir o mandato original.¹⁰ A partir de então, a Área de Responsabilidade (AR) da UNIFIL passou a ser a compreendida entre o rio Litani ao Norte, a Blue Line ao Sul, e o mar Mediterrâneo a Oeste, permanecendo até a presente data (**Figura 1**).

As guerras ocorridas na região, envolvendo Israel e Líbano, não foram os únicos fatores de desestabilização da área. Ainda há diversos outros, tais como a proximidade da AR da UNIFIL com as colinas de Golã, a Leste, tendo em vista o seu significado no contexto dos interesses regionais opostos de Israel, Irã e Síria. Inclusive, a aproximação ocasional de grupos ligados ao Estado Islâmico do Iraque e Grande Síria (ISIS), junto às fronteiras israelenses no Golã, conturbou a AR até o início de 2018, pois Israel utilizou, na maior parte das vezes, o espaço aéreo libanês para atacar alvos terrestres dentro da Síria.



Ainda, devido à presença de elementos do mesmo grupo ao longo da fronteira norte sírio-libanesa, há o fato de as Forças Armadas libanesas (LAF) terem de reforçar as tropas naquela parte do país, de forma a prevenir a entrada de elementos antigovernistas, que se podem misturar ao fluxo de imigrantes sírios, especialmente os refugiados originários de Aleppo. Isso ficou ainda mais evidente após o anúncio do ISIS do acionamento de células adormecidas em todo o mundo, para que estes pratiquem atentados terroristas estilo lobo solitário, o que muda o seu *modus operandi* e indica que o grupo não está completamente derrotado. Tal fato foi determinante para a diminuição da presença da LAF na área da UNIFIL, o que resultou na sobrecarga de responsabilidade das tropas da ONU, desde 2013.

No entanto, o referido problema começou a ser parcialmente resolvido a partir de novembro de 2017, com a chegada do 5º Regimento de Intervenção Rápida à AR da UNIFIL, sendo empregado entre as zonas de ação da 5ª Bda Inf Mec e da 7ª Bda Inf Mec das LAF. O sobredito reforço, aliado ao fato da possível reestruturação do exército libanês, aos moldes do padrão regimento americano,¹² e também o desarmamento do braço militar do Hezbollah podem, inclusive, acarretar o encerramento da UNIFIL.

Em relação ao grupo Hezbollah, talvez o maior fator de desestabilização existente no país, juntamente com a questão

dos refugiados, que havia enviado milhares de homens para lutar dentro do território sírio a partir de 2013, já se encontra com a quase totalidade de suas forças retraídas para o Líbano. O deslocamento destes combatentes obrigatoriamente passou pelo interior da AR da UNIFIL. Tal fato, aliado aos anúncios do presidente Trump, Macron e Putin, de que o ISIS estaria praticamente derrotado e atualmente confinado em áreas distantes da fronteira libanesa (**Figura 2**), mais próximas ao Iraque, coloca as IDF novamente em estado de alerta elevado, em face de uma maior probabilidade de conflito contra o grupo libanês. Aliado a isto, os combates na Síria ainda não estão resolvidos, pois a Turquia também começou a atacar a região, tendo como alvos os curdos.



Figura 2 – Guerra civil síria (mapa de 13 Feb 2018)

Fonte: Political Geography Now¹³

No campo político, o Hezbollah está participando ativamente, inclusive em conjunto com o grupo Amal, de onde surgiu como dissidência. Ao mesmo tempo, recebe financiamento de potências estrangeiras regionais, como o Irã e o Catar. Por outro lado, está recebendo forte pressão internacional para abandonar o seu braço armado, uma vez que as LAF já teriam condições de representar os interesses do Líbano no campo militar. Se isso acontecer, vultosas somas poderão ser fornecidas por americanos e europeus, de forma a dar continuidade à reestruturação das forças armadas. De fato, atualmente, a ajuda está sendo fornecida por meio de doação de equipamentos militares, tais como helicópteros de ataque leves, carros blindados, Humvees, bem como do fornecimento de treinamento especializado, incluindo de forças especiais americanas.

A tentativa de desarmar o Hezbollah também é uma estratégia de alguns países para diminuir a expansão da influência iraniana no Oriente Médio. Tal estratégia encontra apoio, inclusive, de países árabes, como a Arábia Saudita, maior força árabe em oposição ao crescimento do Irã.

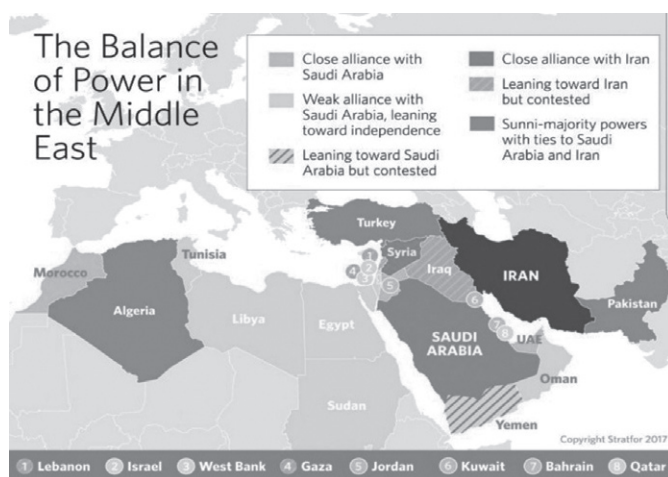


Figura 3 – Equilíbrio de poder no Oriente Médio (2017)

Fonte: Stratfor Worldreview¹⁴

Apesar de todos os fatores acima citados, a AR da UNIFIL encontra-se calma atualmente, embora a ONU seja um alvo em potencial que pode ser usado oportunamente para desestabilizar novamente a região. A UNIFIL dispõe de liberdade de movimento na maior parte da área de atuação, com a ocorrência de incidentes esporádicos envolvendo a população local, mas sem escalada da crise e com total apoio das LAF, em que pese não ser uma avaliação unânime, tendo em vista uma declaração contrária recente, proferida por um oficial francês, ex-integrante da *Force Commander Reserve*, o qual relatou que tanto a população quanto as LAF não apoiam a UNIFIL.¹⁵

Por outro lado, alguns problemas ainda não resolvidos, relacionados ao mandato da missão, permanecem como centro das discussões. Tais problemas incluem: o não retraimento das IDF da parte Norte da vila de Ghajar; a área ocupada por israelenses nas fazendas Sheeba; os sobrevoos israelenses constantes sobre o território libanês, tanto com drones como com aeronaves de caça;

as violações diárias à Blue Line (BL) pelos libaneses e, por fim, a construção do muro israelense na faixa de fronteira, a partir de janeiro deste ano, o que inclui algumas partes do território libanês.

Ainda, os problemas político-econômicos mais recentes referem-se à disputa de áreas marítimas em Zona Econômica Exclusiva, pois as mesmas possuem reservas de petróleo e gás e são reivindicadas por ambos os países. No entanto, mesmo com pequenos incidentes diários, o cenário mais provável é que

a situação permaneça estável ao longo da BL, com instabilidades ocasionais em áreas mais sensíveis.



Figura 4 – Construção do muro na faixa de fronteira

Fonte: UNIFIL

Para se ter uma ideia da quantidade de incidentes na zona fronteiriça observados por tropas da UNIFIL no terreno, somente em 2017, e apenas no Setor Leste, houve 2.833, sendo 887 violações à BL, 783 presenças de caçadores armados (permitidos, mas controlados pela UNIFIL), 372 atividades das IDF nas proximidades da BL (consideradas até 500m da mesma), 189 atividades suspeitas (observação com equipamento óptico ou equipamento profissional de foto e vídeo em direção às posições israelenses), 175 sobrevoos e, por fim, 13 descobertas de algum tipo de munições não deflagradas, que ainda causam baixas à população e criações de ovínos locais, inclusive fatais.

Em relação aos embates bélicos, os últimos entre Israel e o Hezbollah ocorreram entre janeiro e outubro de 2016, e, apesar de terem sido fora da AR da UNIFIL (Síria), acabaram gerando consequências no Setor Leste. Naquele período, o Hezbollah lançou foguetes em direção a Israel bem

como utilizou explosivos improvisados perto de posições defensivas israelenses. Em resposta, Israel retaliou com ataques que passavam por espaço aéreo da AR da UNIFIL, violando a Resolução 1.701 do CSNU. Isso voltou a ocorrer em 2018, quando uma fábrica de mísseis iraniana foi atacada por caças israelenses, nas cercanias de Damasco, que dista apenas cerca de 60km da base onde ficam os brasileiros.

Por outro lado, como dito anteriormente, as LAF reduziram seu poder de combate na área de operações para duas brigadas incompletas, acrescidas de um regimento. Com isso, a UNIFIL preenche os espaços vazios. No entanto, o Hezbollah entende que essa ocupação, mesmo sem as LAF, é benéfica para a “coexistência pacífica” na região. Apesar disso, alguns problemas de reclamações de agricultores libaneses, por supostos sobrevoos de aeronaves das Nações Unidas, podem estar indicando que as relações tendem a se deteriorar novamente.

De forma a atender as demandas fronteiriças diárias, a UNIFIL teve um orçamento de US\$ 488.691.600,00 em 2018.¹⁶ Para cumprir suas mais variadas missões, a Força Interina possui, em seus quadros, cerca de 900 funcionários civis bem como um efetivo de 10.505 militares (entre eles, sete oficiais e sargentos do Exército Brasileiro, todos no Setor Leste), apesar de ter um efetivo autorizado de até 15.000. Ademais, há também brasileiros no QG da UNIFIL em Naqura (oito militares da Marinha) bem como na Maritime Task-Force, sediada em Beirute, com 258 militares, o que torna o Brasil o 13º maior contingente da UNIFIL, entre 41 países.

Os brasileiros no Setor Leste – atualmente e possibilidades

A partir de 2014, o Exército Brasileiro passou a enviar, semestralmente, um pequeno contingente para o Líbano, constituído por sete militares, sendo quatro oficiais (dois deles do QEMA) e três sargentos, os quais são integrados ao Estado-Maior da Brigada espanhola. Cabe salientar que a Marinha do Brasil está presente na Maritime Task-Force (MTF), desde 2011, tendo como objetivos: monitorar as águas territoriais libanesas, prevenir a entrada não autorizada de armas no Líbano e contribuir com o treinamento da Marinha Libanesa.¹⁷

Os contingentes do Exército Brasileiro, por sua vez, antes de chegar à área de operações no Líbano, cumprem um breve período de treinamento junto à Brigada espanhola, na sede da Brigada, ainda na Europa. Isto vem sendo realizado regularmente, tendo uma duração aproximada de seis semanas, com especial relevância pela oportunidade de interação com os militares espanhóis, com os quais travarão contato cerrado durante os seis meses subsequentes.

Neste contexto, a missão da Brigada espanhola no Setor Leste da UNIFIL é a seguinte: em estreita coordenação com as LAF, monitorar o fim das hostilidades, auxiliar as LAF no seu emprego pelo Setor e assessorar ao Governo Local a exercer a sua autoridade. A Brigada também fará todas as ações necessárias, utilizando-se de todos os meios e capacidades, para apoiar a população local, de forma a assegurar que a área não seja utilizada por atividades hostis de nenhum tipo, bem como proteger civis de violência física iminente, tudo para avançar na tarefa da implementação da Resolução 1.701 do CSNU.

Para cumprir o previsto acima, a BRILIB possui, em sua organização para o combate, seis peças de manobra (**Figura 5**), a saber: Batalhão Nepalês (NEPBATT), Batalhão Indonésio (INDOBATT), Batalhão Espanhol (SPANBATT), Batalhão Indiano (INDBATT), Força-Tarefa Alfa e Força-Tarefa Bravo, sendo, as duas últimas unidades (-) de cavalaria mecanizada. No entanto, os brasileiros compõem apenas os quadros do Estado-Maior do QG do Setor Leste, ocupando vagas nas 2ª, 3ª, 4ª e 6ª seções.

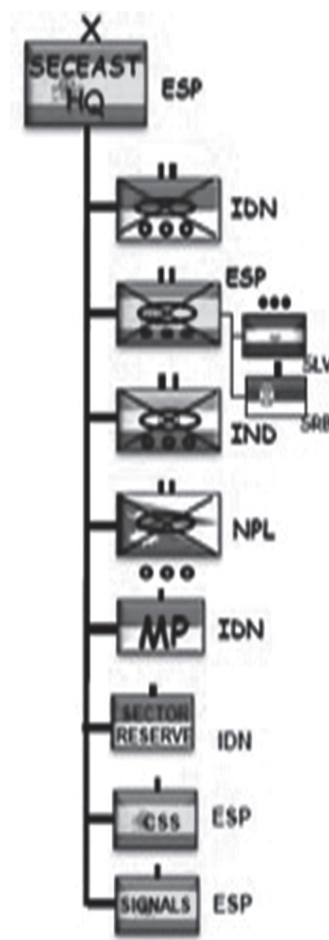


Figura 5 – Organização para o combate da XXVIII BRILIB (2018)

Fonte: Seaceast Oporder 7/2016¹⁸

Apesar de serem poucas vagas, as mesmas são bem distribuídas aos brasileiros, permitindo uma visão do que acontece em todo o setor bem como nas áreas adjacentes. Por exemplo, na 2ª seção, um capitão ocupa o claro da coordenação de busca e gestão de informação. Na 3ª seção, um oficial superior ocupa o claro de *watchkeeper*, o qual acompanha os acontecimentos diários, atualizando tanto a situação geral quanto as específicas. A outra função de oficial superior na 3ª seção é a de *airops*, a qual é uma função inteiramente nova, o que gera novos conhecimentos para futuras missões na ONU. As demais funções têm caráter eminentemente administrativo, mas também contribuem no aprendizado para um eventual aumento de efetivo brasileiro na missão.

É de se notar que a participação de contingentes brasileiros na UNIFIL é pautada pelos princípios regidos na Constituição Brasileira (1988), especialmente no tocante ao Art. 4º, incisos IV ao VII, apesar de não estar em consonância com a Política Nacional de Defesa (2012), pois o Líbano não se encontra no entorno estratégico do Brasil. No entanto, o envio de uma tropa brasileira para o solo libanês estaria perfeitamente de acordo com as diretrizes previstas na Estratégia Nacional de Defesa (2012), especialmente a de se terem responsabilidades crescentes em operações de manutenção da paz, ainda mais em uma área adjacente à Síria, onde ocorrem embates entre os exércitos mais capazes do mundo e forças rebeldes.

Além do mais, no tocante ao aperfeiçoamento da tropa, há a oportunidade de trabalhar com exércitos que estão constantemente em operações reais, como o espanhol

e o francês, pois fazem parte da OTAN, além de estarem participando ativamente de várias missões, além das de paz, como as de combate e as de treinamento, entre elas operações no Iraque, Afeganistão, Mali e Kosovo.

Ainda, o término da missão no Haiti faz necessário que o Exército busque novos horizontes,¹⁹ ainda mais com a notícia de que a próxima missão principal não será mais na República Centro-Africana, mas possivelmente no Congo. No entanto, em face de o ambiente da UNIFIL se tratar de uma das zonas mais militarizadas do mundo, em sua maioria em ambiente urbano, o aperfeiçoamento do militar brasileiro torna-se indubitável. Tal fato vai ao encontro do previsto nos critérios desejáveis para a escolha de novas missões, previstos no Projeto Seta, do Ministério da Defesa.

Desta forma, seria interessante que o Exército fizesse gestões de forma a aumentar seu efetivo na UNIFIL, apesar de quê, segundo o documento *Current and Emerging Uniformed Capability Requirements for UN Peacekeeping*, não há demandas da ONU para esta missão. No entanto, tal fato não impede o Brasil de se candidatar a substituir algum país que tenha o interesse de deixar a missão, seja parcial ou totalmente, como é o caso recente da Finlândia, que deixará de mobiliar o batalhão em conjunto com a Irlanda (IRISHFINNBATT, ver **Figura 1**), a partir de novembro deste ano, não havendo ainda substitutos. Assim, abre-se o claro de cerca de metade de um efetivo de um batalhão, no Setor Oeste.

Outros contingentes também estão sendo substituídos paulatinamente, como é o caso do INDBATT, que terá uma de suas

companhias substituída por uma do Casaquistão, no segundo semestre de 2018. Ademais, a missão no Líbano permite o rodízio de tropas a cada seis meses, o que já acontece com a maioria dos contingentes da UNIFIL. E isso também vai ao encontro das prescrições básicas para o voluntariado do Brasil junto a novas missões da ONU.

Se, por acaso, o aumento do efetivo se concretizasse, no tocante ao apoio logístico, apesar de o projeto Seta descrever como tarefa complexa, seria muito mais simples do que as missões no meio da África, pelos seguintes fatores: o Mar Mediterrâneo banha a costa oeste do Líbano, que poderia ser utilizado para o transporte naval de qualquer tipo de meios através do porto de Beirute. Ainda, a partir de Beirute, o deslocamento rodoviário de cerca de 95km pode ser feito sem problemas em cerca de duas horas, utilizando-se de estradas asfaltadas e sem cruzar grandes centros urbanos, sendo este o fator de maior vantagem em relação aos países africanos, que têm transportes terrestres demorados e perigosos, em face da possibilidade de ação de grupos terroristas.

No mesmo sentido, o transporte aéreo também é factível até o Líbano, pois o aeroporto de Beirute tem as condições necessárias para o apoio às aeronaves de carga da FAB ou contratadas, como Boeings e C-130. O transporte terrestre se daria da forma já citada, a partir do aeroporto. Assim, o apoio logístico não é fator impeditivo nem restritivo para a implantação de uma missão brasileira maior na UNIFIL, muito pelo contrário.

Quanto aos aspectos fisiográficos, há a possibilidade de uma eventual missão brasileira deparar com relevo montanhoso, o que

pode influir negativamente sobre a tropa, por causa do inverno rigoroso. Na área do INDBATT, por exemplo, tendo em vista as elevadas altitudes, há a incidência de neve por, pelo menos, quatro meses ao ano. No caso de uma substituição do FINNBATT, mesmo apesar de ser no Setor Oeste, que possui altitudes mais moderadas, haveria a necessidade de se utilizarem uniformes de frio, gerando uma adaptação dos uniformes brasileiros ou os mesmos teriam que ser comprados de outros exércitos. Atualmente, os contingentes brasileiros de inverno recebem material de frio espanhol, comprado pela Aditância brasileira em Madrid.

Em relação aos aspectos psicossociais, a população é favorável à presença de brasileiros, pois praticamente todas as famílias têm alguém que mora ou já morou no Brasil. Isso é nítido quando os brasileiros aparecem em pontos da cidade onde há cidadãos civis libaneses. Tal fato facilitaria sobremaneira o contato com a população local, apesar de a maioria não falar português, e sim árabe e francês. E o contato certamente seria fortalecido pelos resultados alcançados pelas operações de CIMIC, as quais são realizadas, quase que diariamente, pelos batalhões e também pela unidade de CIMIC da Brigada.

Ademais, muitos libaneses possuem dupla nacionalidade, tendo em vista a diáspora dos anos 80, que faz com que o Brasil tenha uma população libanesa maior do que o próprio Líbano, uma vez que há cerca de 10 milhões de libaneses no Brasil e cerca de seis milhões no Líbano. Isto também é um fator que facilitaria o cumprimento da missão pela tropa brasileira, pois o nível de hostilidade seria muito baixo.

Desta forma, um batalhão brasileiro (-) no Líbano poderia contemplar o emprego dos seguintes elementos:

- 01 Companhia de Fuzileiros (+)
- 01 Pelotão de VBTP Guarani (podendo chegar a uma Cia)
- 01 Pelotão PE
- 01 Pelotão de Engenharia
- 01 Seção CIMIC
- Elm de EM (que completariam o EM do Btl, no caso do IRISHBATT, por exemplo)

O emprego de elementos de infantaria na missão poderia ser, além das vantagens já citadas, uma maneira de demonstrar um dos produtos exclusivos do Exército Brasileiro, o fuzil IA-2. A presença de 41 nacionalidades diferentes na missão oferece uma ampla oportunidade de contato direto com potenciais compradores de tal armamento, uma vez que a grande maioria utiliza armamentos antigos.

Além disto, o mesmo se aplica ao caso da VBTP Guarani, por se tratar de um veículo com tecnologia de ponta e baixo custo, ainda mais quando comparado com outros, como é o caso da VBTP Stryker, de custo muito mais elevado, ou ainda aos outros veículos utilizados na UNIFIL, quase todos com tecnologia ultrapassada. Tal fato possibilitaria o incremento das exportações dos blindados brasileiros, o que daria maiores possibilidades para a Iveco manter as pesquisas para a constante modernização do carro, revertendo em benefícios para o Exército Brasileiro, em longo prazo.

Os demais elementos teriam talvez um aprendizado menor, em relação a novos co-

nhecimentos, porém teriam a oportunidade de interagir em um novo ambiente operacional, com dados do problema deveras diferentes dos encontrados no Haiti.

Conclusão

A UNIFIL é a missão mais antiga da ONU, atualmente, contando com a participação de 41 nações diferentes, e o Brasil participa ativamente desde 2011, especialmente no seu componente naval.

O Exército Brasileiro, desde 2014, vem participando do componente terrestre da missão de forma exemplar, apesar de ainda incipiente. No entanto, a possibilidade de emprego de tropa é desejável bem como se mostra plenamente possível, pelo fato de haver futuros claros na organização para o combate da UNIFIL, além de não haver maiores inconvenientes para sua implantação, sejam de ordem logística, sejam de ordem operacional.

Em primeiro lugar, o aumento de efetivo do EB no Oriente Médio atende claramente à maioria dos documentos que regem esse tipo de emprego de tropa fora do território brasileiro, inclusive a Carta Magna de 1988. Tal fato possibilita, juridicamente, que o Brasil tenha maior representatividade nas operações terrestres naquela porção do globo, apesar de não fazer parte do entorno estratégico brasileiro.

Adicionalmente, o ambiente operacional possibilita aos elementos do Exército o aprendizado de novos conhecimentos, seja pelo dia a dia das operações, seja pelo contato com tropas da OTAN, como é o caso da França e da Espanha. Desta forma,

um dos requerimentos para a busca de novas missões de paz pelo EB pode ser plenamente atendido.

Também, a utilização de armamentos novos, por parte deste batalhão a ser empregado na UNIFIL, possibilitaria uma propaganda *in loco*, para ao menos 40 países, uma vez que o fuzil IA-2 e a VBTP Guarani são desconhecidos no Oriente Médio. Tal fato pode incitar o interesse em aquisição de materiais de emprego militar fabricados no Brasil, o que pode contribuir para que os mesmos sejam atualizados constantemente.

Ademais, os óbices para o desdobramento de uma tropa no valor de um batalhão (-) no Líbano são certamente bem menores do que em qualquer lugar no interior da África, como a República Centro Africana ou o Congo. O transporte rodoviário, a partir de Beirute, seja por meio do porto ou

do aeroporto, facilitaria enormemente qualquer transporte de material até as posições da UNIFIL, em ambos os setores. Tal fato nos permite concluir que, apesar de cara, a logística para atender a UNIFIL seria bem mais simples do que a MINUSCA ou a MONUSCO, por exemplo, apesar de mais complexa do que foi com a MINUSTAH.

Por fim, o Exército Brasileiro já enviou sete contingentes, os quais serviram como esclarecedores da área de operações ao sul do Líbano, tendo plena capacidade operacional e logística para fazer muito mais do que isso. Talvez tenha chegado a hora de dar um passo a mais em direção a novos horizontes, que não sejam somente os do entorno estratégico no Atlântico Sul, ainda mais pela proximidade da guerra que merece ser analisada com mais cuidado, tendo em vista sua grande complexidade: a da Síria. 🌐

-
- ¹ O Projeto SETA representa um estudo continuado acerca de aspectos militares, logísticos, históricos, geográficos, econômicos, culturais, políticos e de relações exteriores de cada país e/ou região suscetíveis ao envio de efetivos nacionais, baseados nos cenários onde já existem missões sob a égide da ONU. Ver FORÇA AÉREA BRASILEIRA, Ministério da Defesa realiza cerimônia de encerramento da missão de paz no Haiti, 2017; disponível em: <www.fab.mil.br/noticias/mostra/31114/>; acesso em 12 de setembro de 2108.
- ² HERRÁEZ, Pedro Sánchez; BARRIGÓN, Juan Manuel Rodriguez. El Conflicto en Libano. España: Ministerio de Defensa, abril 2009, p. 64.
- ³ UNIFIL Mandate. Disponível em: <unifil.unmissions.org/unifil-mandate> Acesso em: 3 de março de 2018.
- ⁴ ARAB, Fawaz. UNIFIL Peacekeeping and Lebanese National Security. United States Army War College: 2002.
- ⁵ LAFFIN, John. The War of Desparation: Lebanon 1982-85. Osprey Publishing: London, 1985, p. 20.
- ⁶ HELMER Daniel Isaac. The Long War - flipside of the coin: Israel's lebanese incursion between 1982-2000. Combat Studies Institute Press: Fort Leavenworth, 2007.
- ⁷ CALDERÓN, H. Conflictos en el siglo XXI: El Caso de Israel-Líbano. Centro Argentino de Estudios Internacionales, 2006, p. 30.
- ⁸ UNIFIL Background. Disponível em: <unifil.unmissions.org/Default.aspx?tabid=1501#Para1>. Acesso em: 17 de março de 2018.
- ⁹ UNIFIL Background. *Ibid.*
- ¹⁰ UNSC Resolution 1701 (2006). Disponível em: <www.un.org/press/en/2006/sc8808.doc.htm>. Acesso em: 17 de março de 2018.
- ¹¹ UNIFIL. Head of Mission/Force Commander Handbook. Oct 2016.

- ¹² UNIFIL Media Summary. UNIFIL Public Information Office. Disponível em: <me.cosmos.dfs.un.org/UNIFIL/Lists/Media%20Summaries/Attachments/1865/UNIFIL%20Media%20Summary%2016%20MARCH%202018.pdf>. Acesso em: 16 de março de 2018.
- ¹³ POLITICAL GEOGRAPHY NOW. Syrian Civil War Map & Timeline – February 2018. Disponível em: <www.polgeonow.com>. Acesso em 21 de fevereiro de 2018.
- ¹⁴ STRATFOR WORLDREVIEW. The Middle East and North Africa is the World's Crossroads. It encompasses the Arabian. 2018 Second Quarter Forecast. Disponível em: <worldview.stratfor.com>. Acesso em 09 de março de 2018.
- ¹⁵ UNIFIL Media Summary. UNIFIL Public Information Office. Disponível em: <me.cosmos.dfs.un.org/UNIFIL/Lists/Media%20Summaries/Attachments/1850/UNIFIL%20Media%20Summary%2023%20February%202018%20.pdf>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2018.
- ¹⁶ UNIFIL. *Ibid.*
- ¹⁷ UNIFIL. UNIFIL Maritime Task-Force. Disponível em: <unifil.unmissions.org/unifil-maritime-task-force>. Acesso em: 18 de abril de 2018.
- ¹⁸ SECTOR EAST HQ. SECEAST OPORDER 7/2016. Marjayoun: May 2017.
- ¹⁹ MINISTÉRIO DA DEFESA. Projeto Seta. Possibilidades de Emprego das Forças Armadas Brasileiras em Missões de Paz da ONU. Chefia de Operações Conjuntas. Subchefia de Operações de Paz, 2016.
- N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

A integração entre a inteligência de imagens e a consciência situacional

Alguns produtos

*Dick Estevam Luconi Marques**

Introdução

As operações militares se revestem de um conjunto de atividades complexas, que exigem, cada vez mais, uma elevada capacidade de planejamento, comando, controle e coordenação para emprego das forças. A Doutrina Militar Terrestre (DMT) enfatiza, entre outros, os seguintes fatores decisivos para a vitória final: a relevância das informações, a rapidez de concepção e de execução das operações terrestres, sincronização das ações no tempo e no espaço e a capacidade de decisão (BRASIL, 2014d, p.1-2).

É correto deduzir que o emprego da força implica a necessidade de o comandante tomar decisões baseadas em informações confiáveis, transmitir suas ordens, acompanhar a execução das mesmas, manter-se informado das atividades do inimigo e voltar a tomar novas decisões em função da evolução da situação.

Seguindo nessa direção, o trabalho de Inteligência Militar em operações é vital para o planejamento e execução, principalmente na sua vertente preditiva, permitindo que os

comandantes possam ter constante consciência situacional (BRASIL, 2015c, p.1.1).

O domínio da situação de um ambiente operacional só pode ser obtido a partir da consciência situacional, um estado mental que aproxima o decisor da situação percebida à situação real (BRASIL, 2015c, p.2.2).

Dentro das diversas ferramentas que podem compor esta consciência (*situational awareness* – SA), o uso da imagem é um importante gerador de informações.

Porém a imagem, sem ser processada, pode desenvolver uma falsa visão da realidade, desde sua origem duvidosa, até a manipulação da mesma.

Nesta lacuna é que age a inteligência de imagens (*imagery intelligence* – IMINT), com a missão de análise de imagens fixas e de vídeo, obtidas pelos mais diferentes meios de captação, sendo um componente fundamental da Inteligência Geográfica (GEOINT) (BRASIL, 2015c, p.3.2).

Identificar como a inteligência de imagens contribui para a formação da consciência situacional do comandante é o principal objetivo deste artigo.

* Ten Cel Cav (AMAN/96, EsAO/04). Coursou a Escola de Inteligência Militar do Exército em 2010. Possui o Curso de Extensão em Sensoriamento Remoto (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/12). Atualmente, é aluno da ECEME.

A importância do estudo se apoia nas operações no amplo espectro, as quais respondem bem à realidade atual. Esta tem como premissa maior a combinação, simultânea ou sucessiva, de operações ofensivas, defensivas, de cooperação e coordenação com agências, ocorrendo em situações de guerra e de não guerra (BRASIL, 2017, p. 2-16).

Destes conceitos e debruçado sobre a nossa realidade, vemos a atuação militar em todos os ambientes operacionais, devendo adotar diversas atitudes, atuando com atores das mais diversas origens, situação em que a Força Terrestre necessita conhecer o momento certo do emprego da força bruta e o de realizar a transição para um aspecto mais de apoio humanitário, dentro de uma mesma situação.

Nesta conjuntura, a velocidade dos acontecimentos tem de ser acompanhada por uma adequada reação do comandante militar (Cmt), ou seja, quanto mais o Cmt souber sobre as atividades que o rodeiam, melhor ele poderá projetar o seu estado no futuro próximo (consciência situacional) e então decidir com assertividade.

Esta percepção atualizada do ambiente operacional é alcançada por intermédio da disponibilidade, ao decisor, de conhecimentos obtidos pela integração das diversas fontes, inclusive de inteligência, que, associados à sua experiência profissional, às suas crenças e valores, bem como à sua habilidade no trato de outras informações disponíveis, lhe proporcionam uma vantagem competitiva em relação ao seu oponente. (BRASIL, 2014c, p.1.3).

O Processo de Condução das Operações Terrestres (PCOT) orienta esta percepção, no desenvolvimento dos planejamentos conceituais e detalhados para que o comandante possa entender, visualizar e descrever o ambiente operacional. Proporciona tam-

bém, ao comandante, além de uma adequada tomada de decisão, dirigir, liderar e avaliar de forma contínua as operações militares (BRASIL, 2014c, p. 2.1).

Para análise e compreensão do ambiente operacional, o Cmt considera fatores operacionais e fatores de decisão. Os fatores operacionais não descrevem só os aspectos militares de um ambiente operacional, mas também a influência da população sobre ela, abrangendo as dimensões humana, física e informacional (BRASIL, 2014c, p. 2.7).

Enquanto os fatores operacionais são estudados para formar uma base de informações relevantes às operações, os fatores da decisão permitem ao comandante e seu estado-maior abordar os aspectos relevantes que alteram o resultado das operações e aprimorar a consciência situacional (BRASIL, 2014c, p. 2.9).

Por fim, demonstrar como a inteligência de imagens pode contribuir para a inter-relação entre os fatores operacionais e de decisão é uma importante contribuição ao cíclico processo de formação e manutenção da consciência situacional.

Consciência situacional

O presente estudo iniciou utilizando os conceitos de consciência situacional (*situational awareness* – SA), desenvolvido pelos estudos do Dr. Mica R. Endsley em *Toward a theory of situation awareness in dynamic systems* (Rumo à teoria da consciência situacional em sistemas dinâmicos) e *Measurement of situation awareness in dynamic systems* (Medição da consciência situacional em sistemas dinâmicos). Nestes artigos, o autor apresenta um modelo teórico e a medição empírica da consciência situacional baseado em seu papel na tomada de decisão humana,

de onde parece terem-se originado os conceitos de consciência situacional utilizados na Doutrina Militar Terrestre e na Inteligência Militar Terrestre do Exército Brasileiro.

Conforme este autor, a Consciência Situacional (SA) é definida como “a percepção dos elementos do ambiente, a compreensão do seu significado e a projeção de seu estado no futuro próximo” (ENDSLEY, 1995, p. 36).

Historicamente, as pesquisas em *situational awareness*, desenvolveram-se muito próximas ao setor aeronáutico — tanto o civil quanto o militar —, uma vez que os pilotos necessitam manter alto grau de interação com o meio onde operam, pois utilizam um sistema que, se falhar, pode ter graves consequências.

Nota-se, já no início da formação conceitual de *situational awareness*, a profunda interdependência desta com os meios tecnológicos e o encadeamento da percepção do indivíduo.

O termo “consciência da situação(al)” (SA) foi adotado para descrever os processos de atenção, percepção e tomada de decisão, que juntos formam um modelo mental do piloto (ADAMS; TENNEY; PEW, 1995). Hoje, SA é um dos tópicos de pesquisa mais proeminentes nos mais diversos campos, desde a inicial aviação até os meios empresariais e militares.

A SA fornece “a base primária para a tomada de decisão e para o desempenho subsequente na operação de sistemas complexos e dinâmicos”. No seu nível mais baixo, o operador precisa perceber informações relevantes (no ambiente, sistema, capacidades etc.), a fim de integrar os dados em conjunto com os objetivos da tarefa e, em seu nível mais alto, prever eventos futuros do sistema com base nesse entendimento (ENDSLEY, 1995, p. 37).

Percebe-se então, a necessidade de se prover a necessária informação do ambien-

te, das capacidades e das tarefas em execução ou futuras, para a perfeita compreensão do momento.

Claramente, SA é um rótulo apropriadamente descritivo para um fenômeno comportamental real e importante. A principal causa do erro humano é a perda da SA (FLACH, 1995, p. 150).

Endsley (1995) afirma que há uma série de fatores que têm demonstrado influenciar o processo de aquisição e manutenção de SA. Em primeiro lugar, os indivíduos podem variar em sua capacidade de adquirir SA em função de suas habilidades cognitivas, o que, por sua vez, pode ser influenciado por habilidades inatas, experiência e treinamento. Além disso, os indivíduos podem possuir certos preconceitos e objetivos que podem influenciar sua percepção e interpretação de seu ambiente. Outras características influenciam também, como estresse, carga de trabalho, complexidade do sistema e assim por diante.

Todos os fatores supracitados são mencionados no manual de Inteligência Militar Terrestre, mesmo que com outra linguagem.

SA exige que um operador

detecte, integre e interprete rapidamente os dados recolhidos do ambiente. Em muitas condições do mundo real, a consciência situacional é dificultada por dois fatores. Primeiro, os dados podem ser espalhados por todo o campo visual. Em segundo lugar, os dados são frequentemente ruidosos. (GREEN; ODOM; YATES, 1995)

E neste ponto destaca-se como é primordial a análise do dado, no caso de imagens, da atuação eficiente do analista de imagens.

O analista de imagens tem a primordial missão de dar confiabilidade ao dado e

de prepará-lo para o perfeito entendimento de seu cliente, neste caso em estudo, do comandante militar em operações.

A consciência situacional também é o conhecimento da disposição atual e de curto prazo das forças amigas e inimigas, dentro da área de operações (HAMILTON, 1987), onde a IMINT, a qual conheceremos no prosseguindo deste estudo, tem seu principal trabalho.

Os autores destilam quatro dimensões SA a partir de uma coleção de definições: onde, o quê, quando e quem — “onde” se refere à consciência espacial, “o quê” caracteriza a consciência de identidade, “quem” está associado com responsabilidade, e “quando” significa consciência temporal (HARWOOD; BARNETT; WICKENS, 1988).

No Processo de Condução das Operações Terrestres, estas mesmas perguntas surgem no levantamento das possibilidades do inimigo, demonstrando assim a relação existente da busca da SA no exame de situação do comandante militar. Esta missão é do oficial de inteligência do seu estado-maior, o qual coordena as atividades da IMINT.

Com base nestas quatro dimensões, a consciência da situação baseia-se na integração de conhecimentos resultantes de avaliações recorrentes da situação (SARTER; WOODS, 1991, p. 50), ou seja, deve ser constantemente atualizada.

Sendo assim, a SA é uma consciência adaptativa, dirigida externamente, que tem como seus produtos o conhecimento sobre um ambiente de tarefas dinâmico e ação dirigida dentro desse ambiente (SMITH; HANCOCK, 1995, p. 146).

Neste caminho, a consciência situacional é provavelmente o estado pré-requisito

do conhecimento para tomar decisões adaptativas em situações envolvendo incerteza.

Já para Taylor (1990), a SA é o conhecimento, cognição e antecipação de eventos, fatores e variáveis que afetam a conduta segura, eficiente e eficaz da missão.

Destaco que SA não é a tomada de decisão. Por exemplo, é possível ter SA elevada e mau desempenho, e ter SA baixa e bom desempenho. Assim, a SA conduz as decisões e respostas que constituem o desempenho, porém muitos outros fatores já citados, por exemplo, vieses emocionais, risco, carga de trabalho influenciam esta mesma decisão. SA não é conhecimento implícito.

Para expandir esta definição, os autores descrevem as três fases hierárquicas de SA: percepção, compreensão e projeção:

Nível 1 SA – Percepção dos elementos no ambiente: “O primeiro passo para alcançar SA envolve a percepção do *status*, atributos e dinâmicas de elementos relevantes no ambiente” (ENDSLEY et al, 1998, p. 1). Transportando para o meio militar, o Cmt deve saber qual sua força, quais meios estão disponíveis bem como a atualização do tempo, os aspectos legais e outros pertinentes.

Por conseguinte, o nível 2 SA — Compreensão da situação atual —

vai além de simplesmente estar ciente dos elementos que estão presentes, para incluir uma compreensão da importância desses elementos à luz dos objetivos. (ENDSLEY et al, 1998, p. 1)

Aqui se podem juntar a importância dos eventos e o grau de prioridade de cada elemento presente na situação, como por exemplo, a legalidade, a imagem da Força, a integridade física da tropa.

Por fim, o nível 3 SA – Projeção de *status* futuro: “É a capacidade de projetar as ações futuras dos elementos no ambiente, pelo menos no curto prazo” (ENDSLEY et al, 1998, p.2). Assim, o Cmt pode melhor determinar a ação imediata da tropa e projetar sua ação futura, assessorado pelas demais funções de combate. Aqui então é o produto final do processo, esta capacidade forma o mais alto nível de conhecimento da situação, é a compreensão total da conjuntura.

DOMINGUEZ (1994, p.11) argumenta que a SA envolve a extração de informações do ambiente e a integração dessas informações com o conhecimento interno relevante para criar uma imagem mental da situação atual, ou seja, é um processo de aquisição e manutenção, é ativo e cíclico. A **Figura 1** representa esse processo cíclico e ativo.

Como já afirmado anteriormente, há uma série de fatores que têm demonstrado influenciar o processo de aquisição e manutenção de SA. Podemos aqui relembrar: habilidades cognitivas, habilidades inatas, experiência, treinamento, certos preconceitos e objetivos que podem influenciar sua percepção, estresse, carga de trabalho, complexidade do sistema e assim por diante.

Conclui-se, parcialmente, que é um primordial aspecto para a aquisição da consciência situacional o grau de confiabilidade que o processo de busca fornece às informações colhidas bem como o formato em que este conhecimento é apresentado.

Esta confiabilidade, agregada à capacidade de compreender o cenário, gera a projeção futura e auxilia a tomada de decisão do comandante. Destaca-se que a principal característica da SA a ser perseguida pela

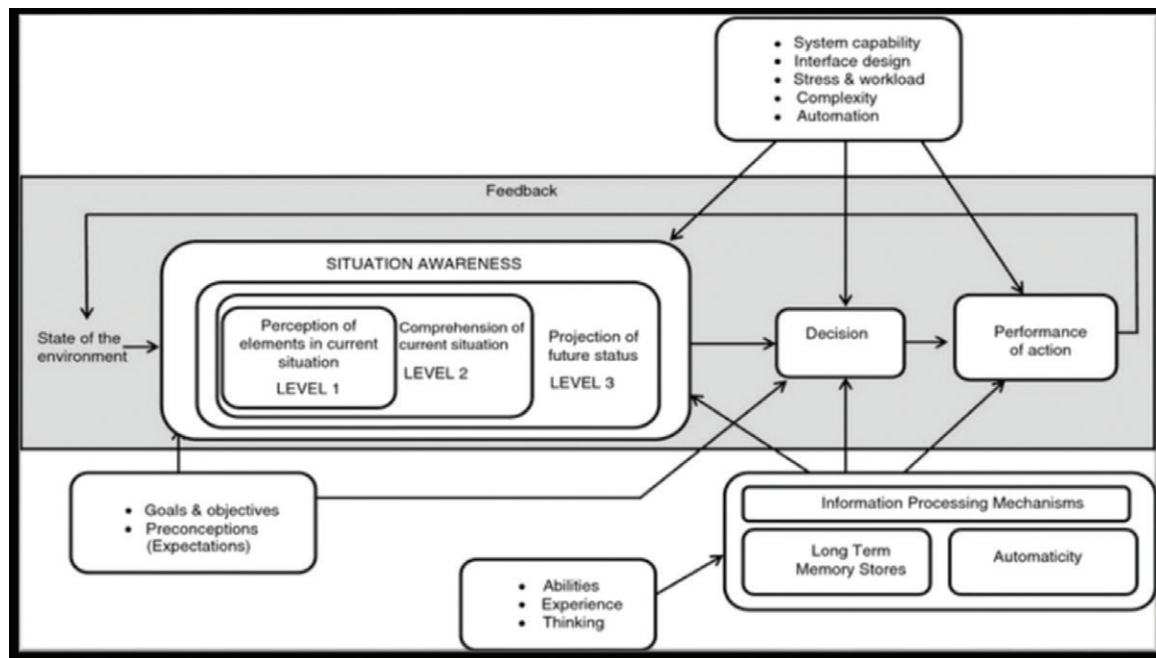


Figura 1 – Modelo de SA de Endsley na tomada de decisão

Fonte: Endsley, 1995, p.35

inteligência de imagens é a manutenção desta confiabilidade e a sua atualização constante.

É exatamente neste ponto que a inteligência de imagens interage com a SA. Ela proporcionará o grau de confiabilidade necessário à imagem fornecida, empregará seus esforços na extração do conhecimento, manterá atualizada e, principalmente, decidirá o melhor *layout* a ser utilizado na apresentação ao comandante, tudo isso de forma oportuna e eficaz.

Inteligência de imagens

Para a Inteligência Militar, conhecimento é o dado que foi processado, analisado e julgado relevante. Ele deve contribuir para o entendimento do terreno, do dispositivo e das intenções do inimigo (forças oponentes, hostis ou adversárias), das condições meteorológicas e das considerações civis (BRASIL, 2015c, p. 2-1).



Figura 2 – Hierarquia cognitiva da consciência situacional
Fonte: Brasil, 2015c, p.2-1

O conhecimento gerado neste processo é que será utilizado e preparado para integrar a consciência situacional do Cmt. A SA será obtida mediante análise e julgamento dos conhecimentos e informações relevantes, com vistas a determinar as relações entre os fatores operacionais e de decisão.

Esta relação entre os fatores é essencial para que o estado-maior (EM) possa elaborar planos eficazes, avaliar as ações com precisão e o Cmt possa decidir adequadamente no curso da operação.

Este estado é atingido por intermédio da disponibilidade de conhecimentos e da habilidade no trato das informações que, associadas à experiência profissional, às crenças e valores de um indivíduo, o colocam em vantagem operacional em relação ao seu oponente (BRASIL, 2015c, p. 2-2).

Para se atingir o conhecimento, a Inteligência trabalha em diversas disciplinas. As disciplinas de Inteligência compreendem os meios, sistemas e procedimentos utilizados para observar, explorar, armazenar e difundir informação referente à situação, ameaças e outros fatores do entorno operativo. As disciplinas clássicas de Inteligência classificam-se de acordo com a natureza da fonte ou do órgão de obtenção que a explora; são elas: inteligência de fontes humanas, inteligência de imagens (IMINT), inteligência geográfica, inteligência por assinatura de alvos, inteligência de fontes abertas, inteligência de sinais, inteligência cibernética, inteligência técnica, inteligência sanitária (BRASIL, 2015c, p. 3-1).

A inteligência de imagem (*imagery intelligence* – IMINT) é proveniente da análise de imagens fixas e de vídeo, obtidas por meio de fotografia, radar e sensor electro-óptico de tipo térmico, infravermelho ou de amplo espectro, que podem estar em terra ou situados em plataformas navais, aéreas ou espaciais. Esta disciplina é uma componente fundamental da Inteligência Geográfica (GEOINT) (BRASIL, 2015c, p. 3-2).

Deduz-se então que, entre todas as disciplinas de inteligência, a IMINT se compara

à observação humana direta, sendo a única que permite a visualização da área de operações em tempo real ou quase real.

Para fins do aprofundamento necessário a esta análise, é preciso citar alguns pontos da doutrina norte-americana que coincidem com a brasileira e confirmam a assertividade da inteligência de imagens na formação da consciência situacional do comandante. Estes pontos servirão para ratificar a intrínseca ligação dos conceitos de SA e IMINT.

Estados Unidos foi escolhido, tendo em vista sua conhecida ação em combates atuais, além de ser um dos poucos que possui doutrina consolidada sobre o assunto de inteligência de imagens, juntamente com a OTAN e o Exército Espanhol.

Analisando a doutrina norte-americana, existem diversos tipos de meios de obtenção de imagens: satelitais (militares e comerciais) e plataformas aéreas (asa fixa, rotatória, ARP etc.) ou terrestres.

Extrai-se do manual MCWP 2-15.4 (2002, p. 1-1) que grande parte das imagens disponíveis para o comandante exige uma análise detalhada por especialistas altamente treinados para explorar plenamente seu valor. Além disso, imagens e informações relacionadas a imagens — quando processadas, exploradas, analisadas e fundidas com outras informações de inteligência — resultam em inteligência de imagens (IMINT).

Ainda do manual extrai-se que se deve ter cuidado para assegurar que o comandante seja informado do forte potencial de informação enganosa quando a inteligência fornecida baseia-se em uma única fonte de inteligência não avaliada (EUA, 2002, p. 1-1). E aqui se destaca a imperiosa ação do analista de imagem.

Sendo este o profissional preparado, com a experiência necessária e integrante da central de inteligência, que proporcionará a confiabilidade necessária ao conhecimento gerado.

A IMINT auxilia comandantes e planejadores principalmente através de duas formas de apoio. Em primeiro lugar, IMINT fornece a consciência situacional para o terreno, tanto natural como artificial, para apoiar a preparação de inteligência do comandante na compreensão do campo de batalha, através dos produtos de IMINT e da inteligência geográfica. Em segundo lugar, o suporte é fornecido através de imagens como fonte confirmadora de inteligência de outra disciplina, como inteligência de sinais (SIGINT) ou inteligência humana (HUMINT) (EUA, 2002, p. 1-2).

Pode-se inferir então que, à medida que a IMINT serve como confirmadora de outras fontes e vice-versa, a consciência situacional já definida, e principalmente no seu aspecto preditivo, é sustentada de forma confiável e eficiente.

Na doutrina dos EUA, são objetivos da IMINT: reduzir a incerteza, apoiar o processo de tomada de decisão do comandante, informar sobre a situação hostil e o ambiente circundante, agir com contrainteligência e na proteção da Força, apoiar a identificação de operações hostis, auxiliar na identificação de vulnerabilidades e auxiliar na avaliação de medidas de segurança para diminuir estas vulnerabilidades. (EUA, 2002, p. 1-3).

Pode-se notar até o momento a profunda inter-relação que o dado de imagem, depois de trabalhado, tem com a formação do ambiente de decisão do comandante. A doutrina norte-americana e a brasileira reforçam a inter-relação entre os dois conceitos em estudo.

Por isso, a capacidade da IMINT é uma parte extremamente valiosa da inteligência. A IMINT fornece informações concretas, detalhadas e precisas sobre a localização e as características físicas da ameaça e do meio ambiente. É a principal fonte de informações sobre as principais características do terreno, instalações e infraestrutura, sobre a ordem de batalha inimiga e de avaliações do curso da ação do inimigo, no desenvolvimento de possíveis alvos, e avaliação de danos de batalha (EUA, 2002, p. 1-3).

A IMINT, em conjunto com as outras disciplinas de inteligência, fornece informações sobre o inimigo e o espaço de batalha (tempo e terreno) que ajudam os comandantes a reduzir a incerteza; identificar oportunidades de sucesso; avaliar o risco; delinear sua intenção; tomar decisões que fornecem foco, geram velocidade e ritmo; e alcançar resultados decisivos (EUA, 2002, p. 1-5).

Nos itens acima, exemplifica-se claramente a ligação entre os fatores operacionais da doutrina brasileira, em especial informação, infraestrutura e tempo, com os fatores da decisão (missão, inimigo, terreno e condições meteorológicas, meios, tempo e considerações civis).

A IMINT fornece aos comandantes suporte operacional e tático e, prosseguindo no estudo da doutrina norte-americana, contribui para todas as cinco funções de inteligência específicas daquele país: apoio à decisão do comandante, desenvolvimento da situação, indicações e aviso da ação inimiga (disposição, localização e força inimiga), proteção da Força, direcionamento e avaliação de combate (eficácia dos ataques sobre o inimigo bem como suas vulnerabilidades). (EUA, 2002, p. 1-5).

Por conseguinte, pode-se notar então a estreita relação das cinco funções norte-americanas com algumas atividades e tarefas funcionais da função de combate *inteligência* do Exército Brasileiro, como por exemplo, a obtenção da consciência situacional e a atividade de produzir continuado conhecimento em apoio ao planejamento da força.

Seguindo no realce das características em comum das doutrinas, retira-se do manual estadunidense que a IMINT fornece informações de localização importantes para interceptar alvos e dados precisos sobre o posicionamento dos emissores de frequência inimigo. O tamanho e a forma das antenas

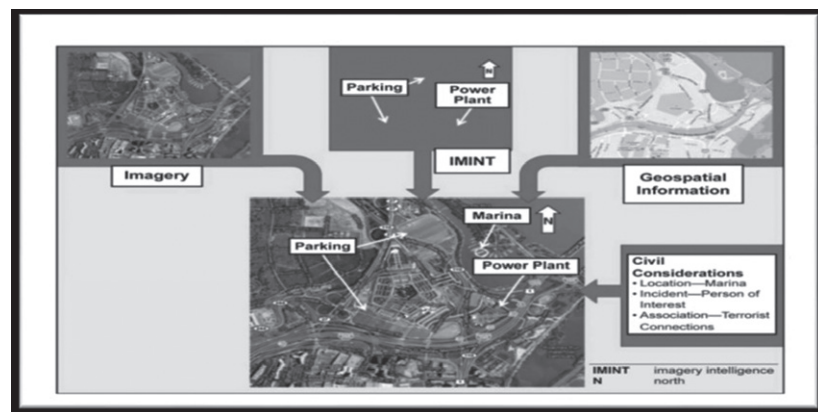


Figura 3 – Produto combinando os ramos da inteligência

Fonte: EUA, 2011, p.1-6

emissoras obtidas a partir de imagens fornecem indicações sobre dados de frequência e outras características técnicas. Uma imagem de um PC inimigo ou de um *site* de armas operacional fornece informações sobre quais tipos de sinais, tanto de comunicações quanto de não comunicações, estão associados entre si e com

implicações específicas sobre o emprego de sistemas de armas (EUA, 1990, p. 8-1).

As capacidades citadas acima são semelhantes à brasileira e contextualizadas na Lista de Tarefas Funcionais do Exército Brasileiro, o manual EB 70-MC-10.341, como, por exemplo, na atividade de apoio à busca de ameaças da função de combate inteligência.

O manual FM 34-3 do Exército Norte-Americano, também prevê missões para uma Contra-IMINT (1990, p. 9-5): análise e avaliação de capacidades de coleta de imagens inimigas e de sistemas de ameaças em plataformas ou fixas, mensurar a capacidade de coleta de imagens do inimigo, explorar e neutralizar a capacidade de coleta de imagens do inimigo. Sendo este ramo específico incluído na contrainteligência na doutrina brasileira.

O aprofundamento comparativo que foi realizado é um conhecimento necessário ao estudioso e profissional de inteligência de qualquer força armada, nacional ou estrangeira, sob o risco de ser superficial em suas conclusões.

Para se conquistar a preciosa superioridade de informações, deve-se obter uma vantagem operativa derivada da habilidade de coletar, processar, disseminar, explorar e proteger um fluxo ininterrupto de informações aos comandantes em todos os níveis, ao mesmo tempo em que se busca tirar proveito das informações do oponente e/ou negar-lhe essas habilidades, logo, é possuir mais e melhores informações do que o adversário sobre o ambiente operacional (BRASIL 2015a, p. 3-9).

Destaca-se então que a IMINT contribui para o controle da dimensão informacional por determinado tempo e lugar, principalmente na habilidade tecnológica de

coletar, processar e explorar dados. Assim como esta mesma capacidade tecnológica intrínseca da IMINT pode negar a capacidade de coleta ou busca do adversário. Lembrando-se que esta dimensão é uma das componentes do ambiente operacional, sendo completada com a dimensão humana e física.

A real capacidade da força empregada na obtenção de dados, no gerenciamento de informações em tempo real e de produção, na gestão e difusão do conhecimento irá permitir a identificação de ameaças (concretas e potenciais) e a melhor compreensão do ambiente operacional, diminuindo o grau de incertezas. A redução significativa no tempo entre a expedição da ordem e a ação efetiva favorece que as decisões sejam tomadas com oportunidade em qualquer situação de emprego (BRASIL, 2015a, p. 4-16).

Esta capacidade de gerenciamento é plenamente atingida na Central de Inteligência, onde todas as disciplinas se encontram reunidas e influenciando umas às outras. O analista integrador, o qual compõe a Central de Inteligência e não é o E2 (oficial de inteligência da operação), é mais um integrante a contribuir na composição da SA do Cmt.

Nestas circunstâncias citadas, os comandantes podem-se antecipar às forças oponentes e decidir pelo emprego de meios adequados, no momento e local decisivos, proporcionalmente à ameaça.

Nas operações no amplo espectro, a superioridade de informações reveste-se de grande importância para o seu êxito. As informações disponíveis, aliadas à capacidade de gerenciá-las, determinam a amplitude e a exatidão da consciência situacional implícita no processo decisório. Significa possuir mais

e melhores informações sobre o ambiente operacional, buscando habilidade de obter, produzir, difundir e proteger um fluxo ininterrupto de informações aos comandantes em todos os níveis (BRASIL, 2015a, p. 4-16).

Além da capacidade gerencial, as capacidades operativas buscam contribuir na superioridade das informações no teatro de operações (TO). Estas estão vinculadas à geoinformação, particularmente no que se refere à integração de comando, controle, computadores, comunicações, inteligência, reconhecimento e aquisição de alvos (C4/IRVA), e auxiliam na obtenção de uma percepção atualizada e que reflita a realidade sobre o ambiente e a situação de forças amigas, oponentes ou potenciais adversários (BRASIL, 2015a, p. 4-17).

Conclui-se parcialmente que a inteligência de imagens é, pelas suas características, possibilidades, princípios e objetivos, o elo entre o comandante e a consciência situacional. Ela agirá com eficácia na busca pela superioridade de informações, ao mesmo tempo em que domina a dimensão informacional do ambiente operacional.

Do estudo se extrai também a IMINT como elo entre os fatores operacionais, espalhado pelas três dimensões, e os fatores da decisão. A IMINT formará a base de conhecimento dentro dos fatores operacionais e o manterá atualizado dentro dos fatores da decisão.

Os produtos de imagem

A inteligência de imagens é produzida dentro de uma estrutura chamada de central de inteligência, a qual não faz parte deste estudo. Dentro da central, a célula de imagens

e informações geográficas é a responsável pela busca ou coleta do dado de imagem e sua transformação em conhecimento.

A estrutura e os meios de uma central de inteligência estão diretamente relacionados à complexidade dos conhecimentos a serem produzidos.

A força militar em operação pode possuir os mais diversos sistemas de imageamento disponíveis no Brasil, tais como, sistemas aéreos remotamente pilotados (SARP), meios aéreos de asa rotativa, acesso a imagens satelitais (devidamente planejadas), vídeos gravados pelas patrulhas no terreno, acesso ao Geoportal do Exército Brasileiro, imagens de sistemas de monitoramento de segurança e de trânsito, além da possibilidade de pedido de imageamento com o vetor R-99 (aeronave de vigilância) e fotografias aéreas, ainda com a utilização de *software* de imagens.

Os principais meios de obtenção e coleta (sensores) são:

- Sensores de GE
- Sistema aéreo remotamente pilotado (SARP)
- Câmeras embarcadas em aeronaves de asa rotativa ou fixa
- Câmeras fotográficas e de filmagem das patrulhas
- Disque-Denúncia
- Fontes abertas em mídias tradicionais
- Acompanhamento das câmeras de vigilância da Companhia de Engenharia de Tráfego ou de sistemas de segurança comerciais

Como exemplificação, destaca-se, na **Figura 4**, a composição de um sistema aéreo remotamente pilotado (SARP).

Tecnologias

- Componentes principais do sistema de VANT



Figura 4 – SARP (exemplo)

Fonte: SlideShare. Disponível em: <www.goo.gl/ZAG9hP>. Acesso em 24 Ago 2017

Com estes meios acima citados, os principais produtos que podem ser gerados pela Célula de Imagens e Informações Geográficas durante uma operação são descritos a seguir.

Mapas temáticos

São utilizados para destacar algum atributo solicitado pelo Cmt e para localização geográfica (Figura 5).

Mancha criminal e roda de análise

A mancha mais escura (Figura 6) representa maior ocorrência de ilícito, e a roda de análise (Figura 7) é medida em horas.

Mapa de situação

É utilizado para auxiliar o Cmt em sua percepção do momento atual e na localização de suas tropas (Figura 8).

Processamento de vídeos

O processamento é feito para extrair

dados e características dos vídeos disponíveis, cena por cena (Figura 9).

Processamento de imagens de satélite

O processamento permite o estudo do terreno quando a imagem aérea não está disponível (Figura 10).

Processamento de fotos aéreas

A imagem aérea evidencia atributos não observados no deslocamento do homem no terreno (Figura 11).

Processamento de imagens radar

A imagem obtida por radares é uma ferramenta de estudo do terreno e de instalações em locais com constante cobertura de nuvens (Figura 12).

Espacialização de manobras

A fim de instruir a tropa e facilitar a visualização do ambiente operacional (Figura 13).

Espacialização de suspeitos

Utilizado para auxiliar na avaliação das áreas de risco e de possíveis locais de mandado de busca (**Figura 14**).

Lista de suspeitos

Utilizado na conscientização da população e para facilitar a identificação pela tropa (**Figura 15**).

Relatórios de interpretação de imagens, a partir de imagens aéreas ou fotografias

Utilizado na produção do conhecimento de inteligência (**Figura 16**).

Dados meteorológicos

Modelo utilizado no planejamento das operações (**Figura 17**).

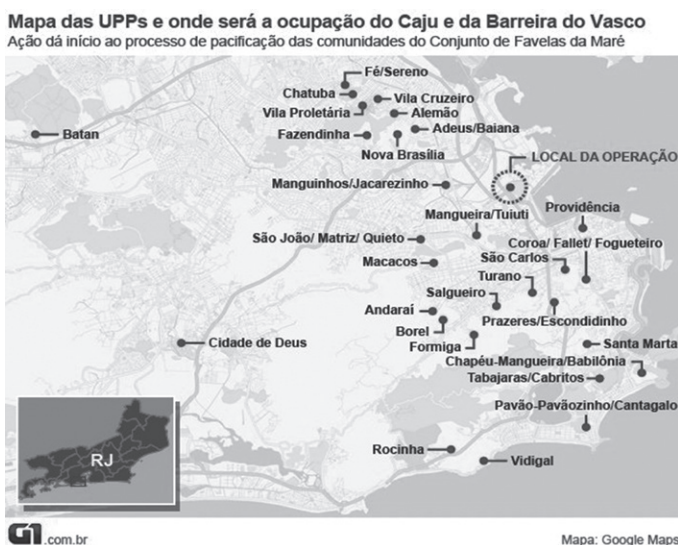


Figura 5 – Marcar locais importantes (exemplo)

Fonte: G1. Disponível em: <www.goo.gl/tDur3t>. Acesso em 24 Ago 17

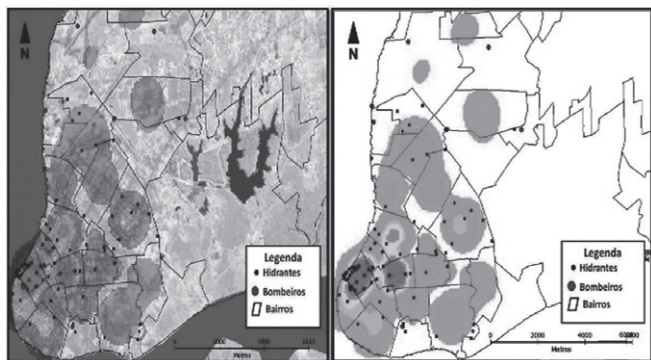


Figura 6 – Mancha criminal

Disponível em: <www.goo.gl/pJq1vJ>. Acesso em 24 Ago 17

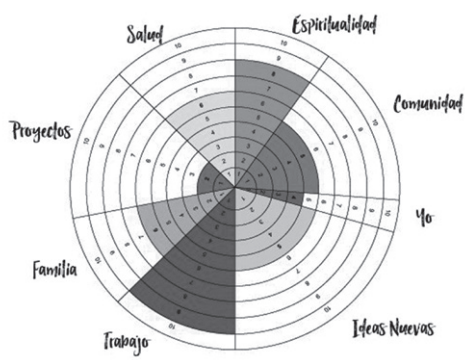


Figura 7 – Roda de Análise de Ocorrências (exemplo)

Fonte: Maiaholistics. Disponível em: <www.goo.gl/Bnri7G>. Acesso em 24 Ago 17

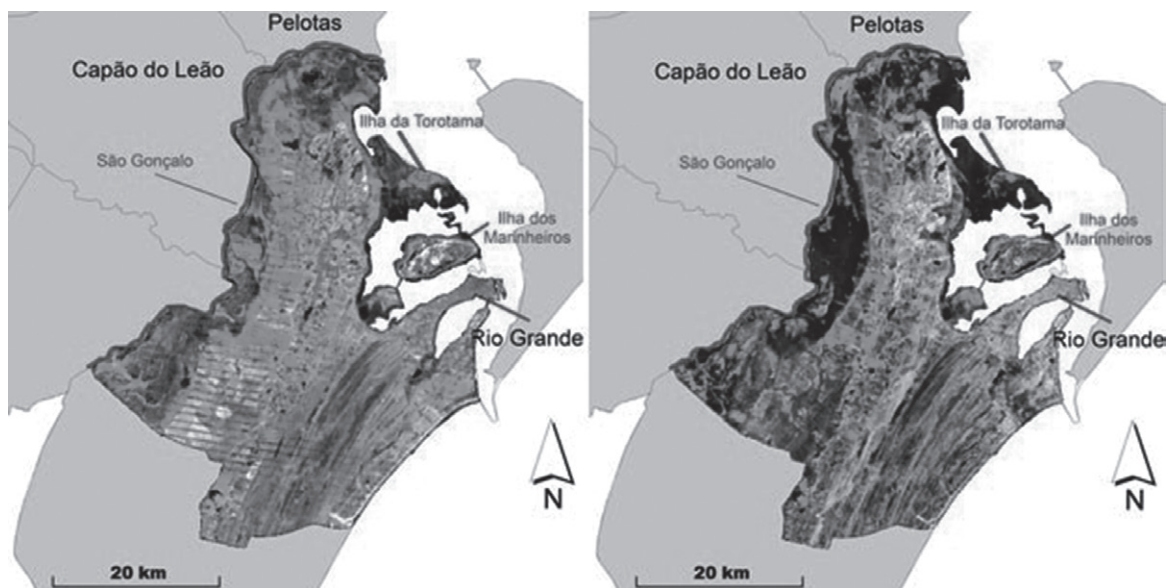


Figura 10 – Cobertura de vegetação e alagamentos (exemplo)

Fonte: G1. Disponível em: <bit.ly/21EPdG4>. Acesso em 10 de Abr 18



Figura 11 – Complexo da Maré

Fonte: O Globo. Disponível em: <www.goo.gl/RzLuMt>. Acesso em 24 Ago 17



Figura 12 – Pentágono (exemplo)

Fonte: The Space Review. Disponível em: <bit.ly/2EBoDvb>. Acesso em 10 Abr 18



Figura 13 – Divisão da Zona de ação (exemplo, Maré)

Fonte: DefesaNet. Disponível em: <www.goo.gl/XyAhKH>. Acesso em 24 Ago 17

[illegible]

Fonte: Hoje em Dia. Disponível em: <www.goo.gl/ZFFHLW>. Acesso em 16 Ago 18



Fonte: DiárioOnline. Disponível em: <www.goo.gl/TywxAK>. Acesso em 24 Ago 17



Figura 16 – Identificação de armamento ou rádio (exemplo)

Fonte: G1. Disponível em: <glo.bo/2qosozb> e <www.goo.gl/NDLKq9>. Acesso em 10 Abr 18 e 24 Ago 17



Figura 17 – Dados meteorológicos (exemplo)

Fonte: CatoléNews. Disponível em: <bit.ly/2qo9oRk>. Acesso em 10 Abr 18

Dos produtos apresentados acima, conclui-se parcialmente que a imagem, já na sua confecção, traz informações e conhecimentos que apoiam o processo de decisão do comandante. A imagem analisada e adaptada ao entendimento do cliente proporciona, de forma quase imediata, os níveis 1 e 2 da

consciência situacional, ou seja, a percepção e compreensão da situação atual.

Na continuidade do exame de situação, o assessoramento da Inteligência, em conjunto com as demais funções de combate, consegue vislumbrar o 3º estágio de SA, a projeção de um estado futuro. Neste estágio,

a IMINT também atua de forma significativa, por meio do acompanhamento ininterrupto do ARP, do acesso *on line* aos sensores embarcados em aeronaves de asa rotativa, nas câmeras de vigilância de tráfego urbano, nas fontes abertas, principalmente as mídias sociais, e na gravação das câmeras das patrulhas no terreno.

Desta forma, a IMINT fornecerá todas as ferramentas para que o Cmt desenvolva o máximo de sua consciência situacional e possa compor o seu processo de tomada de decisão.

Conclusão

Desde a segunda metade do século XX, assiste-se ao desenvolvimento da sociedade da informação e com ele se contribui. Essencialmente centrada em redes tecnológicas, a humanidade estabeleceu novas formas de relação interpessoal e internacional, com repercussões em todos os campos do Poder Nacional.

Esta revolução tecnológica teve reflexos no ambiente operacional, em suas três dimensões, a humana, a física e a informacional. Tal avanço, aliado ao aumento do espectro de atuação do Exército Brasileiro, tornou urgente o aumento da capacidade de decisão do Cmt, com ênfase na rapidez e segurança.

Seguindo nesse caminho, o objetivo deste trabalho foi mostrar como a inteligência de imagens pode ser uma ferramenta importante no ciclo decisório, atuando na busca da consciência situacional do Cmt, a qual é um pré-requisito para a tomada de decisão.

Foi abordada como assunto inicial e introdutório a íntima relação que existe entre a função de combate inteligência e a

consciência situacional do Cmt. Aquela definida como o conjunto de atividades inter-relacionadas, empregadas para assegurar a compreensão sobre o ambiente operacional, as ameaças, os oponentes, o terreno e as considerações civis (BRASIL, 2014d, p. 3-21).

Na sequência, aprofundou-se o estudo no conceito de consciência situacional, demonstrando a evolução histórica do conceito e apresentando as quatro dimensões que a constituem: “onde”, “o quê”, “quando” e “quem”. Provando-se também que a SA é adquirida na evolução das suas três fases hierárquicas, ou seja, a percepção, a compreensão e a projeção.

Destacou-se, nesta abordagem, que a SA não é a tomada de decisão e sim um componente da mesma. O ciclo decisório possui outros fatores tangíveis e intangíveis que influenciam o decisor.

Do conhecimento geral, partiu-se para o específico, ao se abordar a inteligência de imagens. Demonstrando-se como a IMINT é uma das disciplinas de inteligência, definindo seu conceito e o modo como pode ser obtida.

Foi trazido ao conhecimento do leitor o enquadramento da IMINT também como um componente da Inteligência Geográfica, tendo por finalidade analisar o dado de imagem obtido das plataformas satelitais e aéreas, em especial. Nota-se então, neste ponto, que a IMINT transborda suas atividades, desde a informação geoespacial até a produção do conhecimento de inteligência.

Para expandir a capacidade de análise, levantou-se como a inteligência de imagens é explorada na doutrina norte-americana. Verificou-se que a importância deste ramo nas operações estadunidenses é até mais ob-

servada que na brasileira. Tal fato, com certeza, se deve à maior capacidade tecnológica daquele país, o qual possui mais e melhores meios de coleta e busca.

Ainda na parte de pesquisa doutrinária nacional e estrangeira, demonstrou-se como a IMINT proporciona a segurança necessária ao dado de imagem obtido e como ela atua na busca da superioridade de informações. Enquadrada dentro da Central de Inteligência, a Célula de Imagens e Informações Geográficas atinge sua capacidade plena.


Da análise feita, conclui-se que a IMINT, somada à sua capacidade de geoinformação, faz a integração de comando, controle, computadores, comunicações, inteligência, reconhecimento e aquisição de alvos (C4/IRVA). Desta forma, ela determina e amplia a consciência situacional do Cmt, comprovando o importante elo que a mesma é no processo de aquisição plena da *situational awareness*.

Desta forma, já se havendo comprovado exaustivamente a íntima ligação da SA

com a IMINT, restou-se mostrar os produtos de imagens que podem ser utilizados em operações no amplo espectro.

Nos 12 produtos exemplificados, confirmou-se que a imagem analisada e preparada ao Cmt já proporciona de maneira quase imediata a percepção e a compreensão do ambiente operacional. A continuidade do estudo de inteligência e a atualização dos fatores de decisão levam o decisor ao nível de projeção futura do seu estado atual, finalizando a consciência situacional.

Por fim, acredita-se ter atingido o objetivo deste trabalho em identificar como a IMINT contribui para a SA do Cmt. Atingiu-se também a intenção de mostrar aos futuros comandantes as capacidades por vezes desconhecidas da IMINT, para que possa ser explorada ao máximo e não subutilizada.

Desta completa análise, podem-se extrair os itens básicos para se iniciar o planejamento de futuras missões com o uso da IMINT, da mesma forma que novos pesquisadores podem descobrir ou combinar novas potencialidades deste ramo da inteligência. 

Referências

BRASIL. Comando de Operações Terrestres. **Lista de Tarefas Funcionais**. EB70-MC-10.341, 1ª Edição, Brasília. 2016.

BRASIL. ECEME. **Formatação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**, ME 21-253. Rio de Janeiro, 2007a.

_____. **Coletânea de Instruções de Pós-Graduação da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército**, COL 140-1 / IPG. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Elaboração de Projeto de Pesquisa na ECEME**, ME 21-259. Rio de Janeiro, 2012b.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. **Doutrina Militar Terrestre**. EB20 – MF 10.102, 1ª Edição, Brasília. 2014a.

- _____. **A Força Terrestre Componente nas Operações**. EB20 – MC 10.301, 1ª Edição, Brasília. 2014b.
- _____. **Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres (PPCOT)**. EB20 – MC 10.211, 1ª Edição, Brasília. 2014c.
- _____. **Operações**. EB20 – MF 10.103, 4ª Edição, Brasília. 2014d.
- _____. **Operações de Pacificação**. EB20 – MC 10.217, 1ª Edição, Brasília. 2015a.
- _____. **Inteligência**. EB20 – MC 10.207, 1ª Edição, Brasília. 2015b.
- _____. **Inteligência Militar Terrestre**. EB20-MF-10.107, 2ª Edição, Brasília. 2015c.
- _____. **Operações**. EB70 – MC 10.223, 5ª Edição, Brasília. 2017.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina Militar de Defesa**, MD51-M-04. 2ª Edição. Brasília, 2007b.
- _____. **Operações Interagências**, MD33-M-12. Brasília, 2012a.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha, 2ª ed., Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DOMINGUEZ, C. **Can SA be defined?** In Situation Awareness: Papers and Annotated Bibliography (U). Armstrong Laboratory, Wright-Patterson AFB: OH. 1994.
- DOUTRINA MILITAR TERRESTRE EM REVISTA, Brasília, Centro de Doutrina do Exército, edição 007, Jan/Jun 2015, ISSN 2317-6350.
- ENDSLEY, M. R. **Situation awareness global assessment technique (SAGAT)**. Paper presented at the National Aerospace and Electronic Conference (NAECON). Dayton, OH. 1988.
- _____, M. R. Measurement of situation awareness in dynamic systems. **Human Factors Journal**. 37, p 32-64. 1995.
- _____, M. R., Farley, T. C., Jones, W. M., Midkiff, A. H., Hansman, R. J. **Situation awareness information requirements for commercial airline pilots (ICAT-98-1)**. Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology International Center for Air Transportation. 1998.
- EUA. US Marine Corps. **Imagery Intelligence**. MCWP 2-15.4. 2002.
- EUA. Department of the Army. **Intelligence Analysis**. FM 34-3. 1990.
- _____. **Geospatial Intelligence Handbook**. TC 2-22.7. 2011.
- FLACH, J. M. **Situation awareness: Proceed with caution**. Human Factors Journal - 37, p. 149-157. 1995.
- GREEN, M., Odom, J. V., and Yates, J. T. **Measuring situational awareness with the “Ideal**

Observer”. Proceedings of the International Conference on Experimental Analysis and Measurement of Situation Awareness, Embry-Riddle Aeronautical University Press, FL.1995.

HAMILTON, W. L. **Situation Awareness Metrics Program** (SAE Technical Paper Series No.871767). Warrendale, PA: Society of Automotive Engineers. 1987.

HARWOOD, K., Barnett, B., and Wickens, C. **Situational awareness: A conceptual and methodological framework**. In Proceedings of the Psychology in the Department of Defense Eleventh Symposium (Tech. Report No. USAFA-TR-88-1, pp. 316-320). Colorado Springs, CO: US Air Force Academy (AD-A198723). 1988.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. [S.l.]: Atlas, 2004.

MILITARY REVIEW, Ft Leavenworth, Combined Arms Center, Ed Brasileira, Set/Out 2015. ISSN 1067-0653.

SARTER, N. B. and Woods, D. D. **Situation Awareness: A critical but ill-defined phenomenon**. International Journal of Aviation Psychology, 1, 45-57. 1991.

SMITH, K., and Hancock, P. A. **The risk space representation of commercial airspace**. In Proceedings of the 8th International Symposium on Aviation Psychology, Columbus: OH. 1995.

TAYLOR, R. M. **Situation awareness rating technique (SART): the development of a tool for aircrew systems design**. In *Situational Awareness in Aerospace Operations* (Chapter 3). France: Neuillysur-Seine, NATO-AGARD-CP-478. 1990.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

O sistema de preparo como ferramenta de transformação

Uma análise dos ensinamentos colhidos para o Exército Brasileiro

Leonardo de Andrade Alvesⁱ

Carlos Otávio Macedo de Sousaⁱⁱ

Eric Carlos Correa da Cruzⁱⁱⁱ

Walker Lopes Lima^{iv}

Douglas dos Santos Leite^v

Valmar Barbosa Catunda Junior^{vi}

Introdução

A era moderna se apresenta com combates em ambiente volátil, incerto, complexo e ambíguo, nos quais as forças militares aprimoram as suas capacidades para que estejam prontas a atuar na presença de novos atores, estatais ou não, e com os novos desafios que se apresentam nesses novos tempos.

A Política Nacional de Defesaⁱ relata que o mundo vive desafios mais complexos do que os enfrentados durante o período de confrontação ideológica bipolar. O fim da Guerra Fria reduziu o grau de previsibilidade das relações internacionais vigentes desde a Segunda Guerra Mundial. A revolução tecnológica que o mundo experimenta também contribui para a alteração da natureza

dos conflitos. Com essa evolução, muda a forma de fazer política e, consequentemente, a maneira como os Estados enfrentam as novas ameaças. Estas mudanças tecnológicas influenciam diretamente a transformação dos conflitos da “Era Industrial” para a “Era do Conhecimento”.

Para fazer face aos novos desafios, os exércitos no mundo atuam nos mais diversos ambientes e possuem inimigos ou forças oponentes das mais complexas naturezas, estatais ou não estatais, o que altera o entendimento das premissas que norteiam a preparação e o adestramento de uma força militar, como afirmado abaixo:

Os conflitos armados têm sofrido alterações consideráveis ao longo dos tempos

ⁱ Maj Art (AMAN/00, EsAO/07). Atualmente, é aluno da ECEME.

ⁱⁱ Maj Inf (AMAN/00, EsAO/09). Atualmente, é aluno da ECEME.

ⁱⁱⁱ Maj Cav (AMAN/00, EsAO/08). Atualmente, é aluno da ECEME.

^{iv} Maj Inf (AMAN/02, EsAO/11). Atualmente, é aluno da ECEME.

^v Maj Inf (AMAN/01, EsAO/10). Atualmente, é aluno da ECEME.

^{vi} Maj Inf (AMAN/01, EsAO/10). Atualmente, é aluno da ECEME.

em virtude das mudanças da sociedade e do avanço tecnológico dos meios para a condução das operações militares. As mudanças experimentadas pelas sociedades e o surgimento de nova configuração geopolítica conduzem a tarefa de planejar a defesa da pátria, razão de ser das Forças Armadas (FA), a horizontes mais incertos e complexos. A atual configuração geopolítica ocasiona a inserção de novos atores estatais e não estatais no contexto dos conflitos, aumentando a importância dos aspectos não militares para resolução destes, o que leva à necessidade de geração de novas capacidades. Essa situação vem alterando gradativamente as relações de poder, o que provoca instabilidades e incertezas e suscita o aparecimento de enfrentamentos regionais e locais. (BRASIL, 2017, p. 2-1)

Em face das necessidades do combate moderno, na era da informação e das inovações, alguns exércitos têm investido em processos de transformação para se adequar às novas necessidades, e outros têm aperfeiçoado suas capacidades existentes, a fim de atender às demandas de suas vocações.

As demandas da era moderna permeiam os conflitos intraestatais, com grande presença da população civil, amparados pelo Direito Internacional Humanitário. No entanto, estas evoluções têm provocado maior participação dos exércitos na resolução de problemas internos visando à manutenção da ordem pública e da paz social de um Estado.

Neste entendimento, a fim de coletar experiências e ensinamentos que poderão ser aplicados no Sistema de Preparo do Exército Brasileiro, o presente trabalho apresenta um estudo sobre o Sistema de Pre-

paro dos Estados Unidos, maior orçamento militar² do mundo, da Espanha, uma das grandes potências militares da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da Colômbia, maior orçamento militar³ relacionado ao Produto Interno Bruto (PIB) na América do Sul, do México, país que apresenta problemas internos similares aos do Brasil, e do Chile, um dos países que possuem as Forças Armadas mais modernas e poderosas da América do Sul.⁴

O Brasil, por sua dimensão continental, apresenta peculiaridades distintas e características regionais específicas.⁵ No que se refere à expressão militar, o país é dividido em áreas de responsabilidade por comando militar de área, no total de oito. Cada área exige potencialidades especiais para emprego de acordo com a sua vocação, tanto para as situações de guerra — que são focadas para defesa da pátria — como para as situações de não guerra — nas quais predominam as operações de cooperação e coordenação com agências, enquadrando a garantia dos poderes constitucionais, a garantia da lei e da ordem, as atribuições subsidiárias, a prevenção e o combate ao terrorismo, as operações sob a égide de organismos internacionais e o apoio à política externa em tempo de paz ou crise (BRASIL, 2017, p.3-15).

Em consonância, o chefe do Estado-Maior do Exército publicou a Portaria Nr 196-EME, que aprova a diretriz para a inicialização do projeto Novo Sistema Operacional Militar Terrestre (SISOMT).⁶ De acordo com esta portaria, a Sistemática de Planejamento identificou a necessidade de aprimoramento do adestramento, para que tropas da Força Terrestre alcancem um

permanente estado de prontidão, conforme a diretriz do Comandante do Exército, visto que o ano de instrução prioriza a formação do efetivo variável, em detrimento do efetivo profissional. A portaria também constata que o SISOMT carece de estruturação para os novos desafios propostos, sendo seu funcionamento atual, na prática, decorrente da existência do Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB) e do Sistema de Preparo da Força Terrestre.

Ademais, o Comando de Operações Terrestre reitera a necessidade de atualizar o SIMEB, de aperfeiçoar o adestramento, visando a atender as demandas específicas dos comandos militares de área. Também entende que ter tropas prontas para emprego ao longo do ano é fator gerador de mudanças e que é de suma importância adequar as capacidades da Força Terrestre às atuais demandas no âmbito do Exército.⁷

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar o sistema de preparo dos países das nações amigas Estados Unidos, Espanha, México, Chile e Colômbia, a fim de coletar ensinamentos que possam contribuir para a customização do Sistema de Preparo do Exército Brasileiro.

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral deste artigo, foram formulados objetivos específicos, de forma a encadear logicamente o raciocínio teórico apresentado. São abordados os seguintes objetivos específicos: descrever os principais aspectos do sistema de preparo dos exércitos dos Estados Unidos da América, do Reino da Espanha; da Colômbia; do México; e do Chile; e relacionar os ensinamentos colhidos destes países com o Sistema de Preparo do Exército

Brasileiro. Pretende-se, ainda, fornecer subsídios para a consolidação de conhecimentos de outros exércitos que poderão ser aplicados no processo de customização do Sistema de Preparo do Exército Brasileiro.

Esta pesquisa se justifica pelo fato de que o estudo da doutrina de países amigos permite aumentar o cabedal de conhecimentos acerca dos sistemas de preparo de diversos países, acompanhar a conjuntura mundial, no que se refere à aplicação dos exércitos nas operações militares da era moderna, e identificar laços comuns entre os exércitos, além de proporcionar análise mais criteriosa acerca das capacidades daqueles países e dos ensinamentos que podem ser aproveitados no Exército Brasileiro.

Desenvolvimento

Esta seção apresenta um estudo sobre os sistemas de preparo dos exércitos dos Estados Unidos, da Espanha, do México, do Chile e da Colômbia, abordando os principais aspectos inovadores dos seus respectivos sistemas de preparo.

O sistema de preparo do Exército dos Estados Unidos

Segundo o manual *ADP 7-0 Training Units and Developing Leaders*, o Exército dos Estados Unidos da América (EUA) possui grande estrutura e alcance global. Para manter seus efetivos preparados para as missões que lhe são impostas, esta instituição utiliza um sistema de preparo eficiente e pragmático, além de adotar por missão lutar e vencer as guerras da Nação por meio de combate terrestre rápido e continuado, como parte

de uma força conjunta em toda a gama de operações militares e espectro de conflito em apoio aos comandantes. Sua atuação é majoritariamente externa ao país, o que resulta no sistema de preparo e emprego com alto nível de eficiência (USA, 212b).

“As organizações militares fornecem a infraestrutura necessária para treinar, equipar, implantar e garantir a prontidão de todas as forças do Exército” (USA, 2018b). O United States Army Forces Command (FORSCOM), diretamente subordinado ao secretário do Exército, é o órgão responsável pelo preparo coletivo das unidades militares. A partir das missões estabelecidas e das capacidades necessárias, este órgão define as unidades a serem empregadas e os objetivos e prazos para adestramento e fornece os meios necessários.⁸

Já o United States Army Training and Doctrine Command (TRADOC), também subordinado ao secretário do Exército, é responsável pelo preparo individual dos militares. Sua função é recrutar, treinar e educar os soldados do Exército, além de desenvolver líderes e doutrina, estabelecer padrões e construir o futuro Exército. Ademais, a base do treinamento fornece habilidades militares e educação profissional para todos os soldados, bem como aos membros de serviços amigos e forças aliadas, permitindo, ainda, que o Exército se expanda rapidamente em tempo de guerra.⁹

Com relação ao serviço militar, o Exército dos Estados Unidos baseia-se no oficialato ou no alistamento como soldado. Especificamente no caso do *enlisted soldier*, o cidadão pode ingressar na carreira das armas em um de seus três componentes: Reserva Mobilizável, Guarda Nacional e o Exército Regular.

O cidadão, quando ingressa na Reserva Mobilizável, pode aproveitar sua carreira civil ou diploma universitário, mesmo que ainda em curso, enquanto realiza o treinamento militar em sua cidade. Na Guarda Nacional, não há a necessidade de servir à Nação em tempo integral, podendo conciliar sua educação, no nível médio ou técnico, pois será empregado apenas em emergências domésticas.

O ingresso no Exército Regular dos EUA, de caráter voluntário, contempla cidadãos estadunidenses ou que possuam o *green card*, de ambos os sexos, na idade entre 17 e 34 anos e com o diploma do ensino médio completo. Eles devem ser aprovados em testes físicos e morais, seguido pelo preenchimento do teste vocacional, intitulado *Armed Services Vocational Aptitude Battery* (ASVAB),¹⁰ que busca a melhor alocação de acordo com a proficiência e aptidões demonstradas.

O TRADOC divide suas atividades em quatro ramos cruciais para permitir que o Exército atinja objetivos estratégicos específicos: projetar, obter, construir e aprimorar. Para gerenciar este processo, utiliza o Sistema de Gerenciamento de Treinamento Digital (DMTS), um aplicativo de *software* personalizado para implementar os conceitos de treinamento para operações de amplo espectro e otimizado para uso no nível brigada, como o mais alto escalão.

Para o preparo e a certificação do militar do Exército dos EUA, o TRADOC divide o Treinamento Militar Inicial, denominado *Initial Military Training*, em: Treinamento Básico de Combate, *Basic Combat Training* (BCT), e Treinamento Avançado Individual, *Advanced Individualized Training*.

O BCT consiste em um período de 10 semanas de treinamento básico para os recrutas recém-ingressados, voluntariamente, nas fileiras do Exército dos EUA e tem por finalidade transformar o cidadão civil em um soldado, sendo dividido em três fases distintas. Na fase 1 do BCT – *RED*, em uma visão geral, o US Army certifica-se de que todos os recrutas estão física e mentalmente preparados para o início do treinamento. Na fase 2 – *WHITE*, os recrutas realizam o treinamento básico de tiro, *Zero and Qualification Fire*, e o treinamento de combate individual. Já na fase 3 do BCT – *BLUE*, o recruta passa por instruções de todos os armamentos individuais dotados pelo Exército dos EUA.

Por fim, o recruta só concluirá o Treinamento Militar Inicial após realizar o Treinamento Avançado Individual, realizado em um dos vinte e um locais distribuídos pelo território dos EUA, oportunidade na qual recebe capacitação específica e se torna especialista, denominada *Military Occupational Specialty*. Este ciclo completo de treinamento¹¹ tem a duração de quatorze a vinte semanas, combinando o treinamento básico e o específico.

Quanto ao adestramento, o Exército dos EUA divide o treinamento militar em três domínios. O domínio institucional, *Institutional Domain*, que engloba as escolas de formação, aperfeiçoamento e especialização, e fornece o treinamento básico para as diferentes tarefas a serem realizadas dentro da força terrestre. Já o domínio operacional, *Operational Domain*, engloba os demais treinamentos militares, que ocorrem nos próprios quartelamentos, nos centros de treinamento, em centros de treinamento de mobiliza-

ção e durante operações. E o domínio do autodesenvolvimento, *Self-Development Domain*, que ocorre em programas elaborados pelo Exército, ou fora dele, para complementar o treinamento militar, seja com cursos ofertados pela Força ou, até mesmo, cursos de graduação civis.

Segundo o manual ADP-7-0, o processo de preparo continuado dos militares desenvolve-se no nível individual e por unidade. O treinamento das unidades ocorre somente no domínio operacional e customizado separadamente por organização militar, englobando o planejamento, a preparação, a execução e a avaliação. Paralelamente, ocorre o treinamento de líderes, para que sejam desenvolvidas as qualidades individuais focadas no adestramento, na instrução e na experiência (USA, 2012b).

Em relação ao treinamento individual, o alistamento militar voluntário, com atrativos financeiros relevantes, permite captar recursos humanos mais capacitados. Somente após a realização da qualificação, o militar será designado a uma organização militar. Ao eximirem as unidades deste encargo, possibilitam-se melhores condições para o adestramento coletivo.

Desta forma, verifica-se que o sistema de preparo do Exército Norte-Americano está adequado para as missões e demandas que aquela instituição recebe, evidenciando alguns pontos que podem ser estudados com profundidade para o aproveitamento no SIS-PREPARO e adaptados à realidade brasileira, tais como a centralização da Instrução Individual Básica ou a unificação da qualificação em organizações militares especializadas.

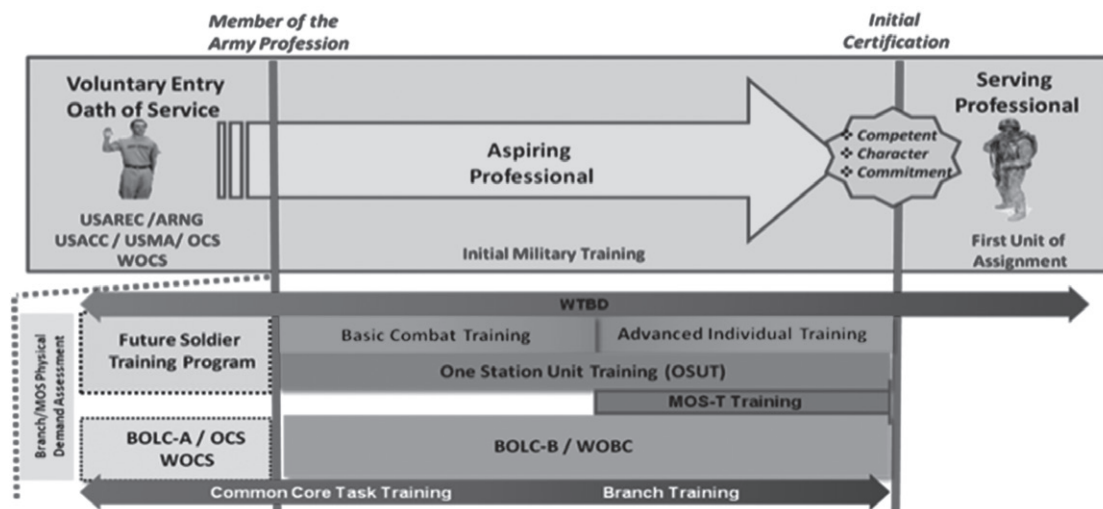


Figura 1 – Processo de formação do soldado dos EUA
Fonte: Center for initial military training (USA, 2018e)

O sistema de preparo do Exército do Reino da Espanha

O MADOC, denominado Mando de Adiestramiento y Doctrina, é o órgão central do Exército que dirige, inspeciona e coordena a gestão do conhecimento. Na Espanha, ele compreende a doutrina, material, instrução, adiestramento, preparação e avaliação. Portanto, este comando pode ser considerado o órgão de mais alto nível para o que concerne ao preparo do Exército Espanhol. (ESPANHA, 2018b).

A formação militar ocorre nas academias de oficiais, de suboficiais e nos centros de formação. O ensino abarca toda a formação do efetivo profissional do Exército Espanhol, ou seja, contempla desde a formação do soldado, passando pelas praças, até os oficiais.

O serviço militar na Espanha não é de caráter obrigatório, como no Brasil. Os voluntários, após os processos seletivos, são encaminhados para as organizações militares onde ocorre a formação básica e, após isso, são mo-

vimentados para suas futuras unidades operacionais, onde farão a instrução complementar de acordo com as suas especialidades.

As unidades operacionais não possuem encargos com a formação do soldado, do cabo e nem das praças em geral. Esta formação ocorre de forma centralizada. A instrução complementar e o emprego são realizados nas unidades operacionais, permitindo uma diferenciação entre as organizações militares que têm como missão formar, das que têm como objetivo serem empregadas na atividade fim.¹²

| | ENSEÑANZA DE FORMACIÓN | | ENSEÑANZA DE PERFECCIONAMIENTO | |
|-------------------------------|------------------------------------------------|----------------------------------------------|--------------------------------------------|----------------------------------------------------------|
| | GENERAL | ESPECÍFICA | ESPECÍFICO | NO ESPECÍFICO |
| CGETE OF (OFICIALES ARMAS) | Academia General Militar Zaragoza | Academia de Infantería Toledo | Academia de Caballería Valladolid | Academia de Artillería Segovia |
| CGETE S (SUBOF. ARMAS) | Academia General Básica de Suboficiales Talarn | Academia de Ingenieros Hoyo de Manzanares | Academia de Aviación del ET Colmenar Viejo | Academia Logística Catalunya |
| CIPET INGENIEROS POLITÉCNICOS | Escuela Politécnica Madrid | | | Escuela Militar de Montaña y Operaciones Especiales Jaca |
| CINET CUERPO DE INTENDENCIA | Academia General Militar Zaragoza | | | |
| CGETE TR (TROPÁ) | Centro de Formación de Tropas 1 Cáceres | Centro de Formación de Tropas 2 San Fernando | Centro de Formación de Tropas 3 Cáceres | Academia Logística Catalunya |

Figura 2 – Formação militar

Fonte: Informe de Situación del Ejército de Tierra (ESPANHA, 2018)



Figura 3 – Faseamento do ensino e do preparo

Fonte: Informe de Situación del Ejército de Tierra (ESPAÑA, 2018)

O adestramento geral é subdividido em dois níveis: específico e “interarmas”. O específico é destinado aos pelotões e companhias, dentro da especialidade. Os batalhões e brigadas se adestram no nível interarmas, com a participação integradora dos demais componentes. O término desta fase interarmas é coroado com exercícios conjuntos e combinados.¹³

O preparo e adestramento dos militares espanhóis, além de sistematizado e progressivo, é também cíclico. O ciclo de adestramento tem por finalidade garantir disponibilidade permanente de acordo com as demandas apresentadas ao Exército. Assim, um ciclo se desenvolve em dois anos e é dividido em quatro fases, de seis meses cada (GONZÁLEZ-VALERIO, 2018).

Segundo o Informe de Situação do Exército de Terra da Espanha,¹⁴ na primeira fase, a “Preparação I”, ocorre a instrução individual e o adestramento geral no nível específico, até o escalão subunidade, com a realização dos exercícios de, no máximo, nível companhia. No semestre subsequente,

ocorre a “Preparação II”, quando são adestradas as brigadas e batalhões, já no nível interarmas, contemplando exercícios de batalhões e de brigadas. Ao término desta fase, os batalhões e brigadas estão adestrados e certificados para cumprir missões impostas, normalmente na fase seguinte, denominada fase de resposta imediata.

A terceira e a quarta fases, embora sejam consideradas pelo Exército Espanhol como “adestramento”, podem ser enquadradas, sob parâmetros militares brasileiros, como ações de emprego. Durante a fase da resposta imediata, as unidades espanholas participam de missões internacionais, como no Mali, Afeganistão, Iraque e Líbano. Na quarta fase, chamada de Alta Disponibilidade, encontram-se as tropas que estão à disposição do comando da Força, em condições de cumprir missões diversas, como apoios a autoridades civis e às forças de segurança do Estado. Nesta fase também se encontram as tropas que regressaram do exterior e necessitam de um período de recuperação.



Figura 4 – Ciclo de preparo

Fonte: Informe de Situación del Ejército de Tierra (ESPANHA, 2018)

A distribuição das unidades pelos quatro períodos de adestramento dar-se-á de forma proporcional, a fim de que sempre existam tropas com diferentes graus de adestramento e disponibilidade. Neste sentido, em cada fase do ciclo, sempre se encontra uma brigada blindada e uma mecanizada, totalizando oito brigadas de emprego do Exército Espanhol.

Conclui-se parcialmente que o Exército Espanhol, em face dos novos desafios encontrados no seu entorno estratégico, tem procurado otimizar sua formação, adestramento e emprego de forma racionalizada e objetiva. Atualmente, conforme visto em seu ciclo de preparo, somente quatro de suas oito brigadas estão em condições de serem empregadas de imediato, proporcionando uma disponibilidade parcial de seus meios, a despeito do alto grau de adestramento. Nota-se que, assim como o Exército dos EUA, há a centralização da formação básica. No entanto, o que mais se destaca é a concepção de emprego de suas tropas, balizada por um ciclo de preparo.

O sistema de preparo do Exército da Colômbia

O sistema de preparo e treinamento do Exército Colombiano, baseado em sua

periodização e estruturação do período de instrução militar, abre amplo campo de debate acerca da utilização de centros de adestramento bem como das possibilidades de adaptações a serem propostas no Exército Brasileiro.

O sistema tem como órgão central a Diretoria de Educação e Doutrina, Jefatura de Educación y Doctrina, que tem a responsabilidade de planejar e direcionar os campos da aprendizagem, da investigação científica e tecnológica bem como regulamentar a doutrina de emprego do Exército Colombiano.

A sistemática de gestão da instrução militar ou de preparo do Exército Colombiano está fundamentada na *Directiva de Instrucción y Entrenamiento N° 005-300-7*. Esse documento regulamenta a condução da instrução dos soldados no serviço militar inicial e o adestramento das diversas frações. Além disto, estabelece os diferentes critérios para a formação dos soldados que cumprem o serviço militar obrigatório e para aqueles que cursam a Escola de Formação de Soldados. Para isto, adotam a formação básica centralizada, em centros de instrução e treinamento, desonerando suas unidades operacionais dos encargos de instrução.

Em relação à prestação do serviço militar no Exército Colombiano, observa-se a

previsão legal do serviço militar obrigatório, por meio da Lei 1.861, de 4 de agosto de 2017. Este diploma legal, entre outras regulamentações, faculta às mulheres o ingresso no serviço militar, disciplina o período de 18 meses de duração para o serviço militar e define as fases da instrução do serviço inicial em: formação militar básica, formação profissional produtiva, aplicação prática e experiência da formação militar básica. Cabe ressaltar que, após a formação militar, os soldados são destinados às diversas bases do país, podendo ser designados em qualquer arma e especialidade.

Segundo o Comando de Reclutamiento,¹⁵ durante a fase da aplicação prática, os soldados podem-se candidatar ao curso de soldados profissionais, na Escuela de Soldados Profesionales, oportunidade em que serão qualificados em funções técnicas, tais como rádio-operador, atirador de escol, técnico em explosivos e navegador, entre outras.

Conforme a *Directiva Permanente N° 300-7*, quanto à divisão das instruções dos soldados no serviço militar inicial, os períodos estão divididos em quatro diferentes níveis de treinamento, que variam entre duas e seis semanas. A primeira fase, com duração de seis semanas, de forma análoga ao período básico no Exército Brasileiro, tem objetivos voltados para o início da formação militar (COLÔMBIA, 2013b).

A segunda fase tem duração de oito semanas e é voltada para o combate em ambiente operacional específico ou de acordo com missão específica, estando enquadrados no pelotão. Esta fase é realizada nos Batallones de Entrenamiento e Reentrenamiento (BITER). A terceira fase destas semanas,

com instruções voltadas para o treinamento de apoio e de *reentrenamiento*, visa aperfeiçoar o adestramento dos soldados em cada fração bem como reforçar habilidades específicas, completando assim o ciclo de instruções, descanso e treinamento. E, por fim, inicia-se a quarta fase, com foco na adaptação à vida civil, com duração de duas semanas, encerrando o período de dezoito meses de prestação do serviço militar obrigatório.

Segundo Sarmiento e Loyola (2011), este sistema gera implicações logísticas, como alojamento e transporte, e dificultam a criação de laço tático de relacionamento entre oficiais, sargentos e soldados recrutas de uma mesma unidade, uma vez que as instruções são conduzidas por oficiais e sargentos de outras organizações militares.

A *Directiva Permanente n° 005-300-7* determina que os soldados profissionais, após sua formação e treinamento, dentro dos claros disponíveis, como enfermeiro, patrulheiro, atirador, entre outros, na medida em que se destacam e têm um bom desempenho, podem ser reaproveitados em outras atividades de menor risco e com maior relevância. Para isto, devem realizar um curso de capacitação para que possam mudar de linha de especialização, ou seja, podem se requalificar (COLÔMBIA, 2013c).

Segundo a *Directiva Permanente n° 001* (COLÔMBIA, 2013a), no que se refere à concepção de instrução, o Exército Colombiano considera ainda a finalidade de cada organização militar, sendo estas divididas em dois grupos: “exército de combate” e o “gerador de força”. O primeiro é a parcela da instituição que atenderá às demandas institucionais da Força, conforme preconizado

pela doutrina de emprego DAMASCO,¹⁶ e o segundo são aquelas unidades responsáveis pelos processos de apoio logístico, manutenção, administrativo, instrução e treinamento. Destaca-se que a divisão das unidades em operacionais e não operacionais permite a desoneração dos encargos administrativos das organizações militares operacionais, facilitando o preparo e o emprego das organizações militares vocacionadas para atividade operacional.

Do exposto, pode-se inferir que o atual sistema de preparo do Exército Nacional da Colômbia passa por uma série de reformulações que podem ser aproveitadas para customização do ano de instrução no Exército Brasileiro (EB) — atentando-se para as peculiaridades de emprego da Força Terrestre e para particularidades do território nacional —, como a centralização de instrução e a exclusão de encargos administrativos.

O sistema de preparo do Exército do México

O sistema de preparo do Exército Mexicano¹⁷ está sob a responsabilidade da 3ª Seção – Operações da Chefia do Exército, ligada ao Estado-Maior da Defesa Nacional. Este órgão faz parte da estrutura da Secretaria de Defesa Nacional (SEDENA) e atua na direção de todo o preparo e adestramento do Exército Mexicano. O sistema busca a melhoria e o aperfeiçoamento de suas capacidades operativas, estabelecendo objetivos que proporcionem aos seus quadros o aprimoramento técnico-profissional para atuar em face das demandas de sua sociedade.

Segundo Prieto (2018), este sistema de preparo passou por algumas transformações nos últimos anos pelas novas necessidades ope-

rativas do Exército Mexicano em face de seu emprego em operações de segurança interna contra a atuação do crime organizado. A Secretaria de Defesa Nacional¹⁸ reúne, sob sua coordenação, o Exército e a Força Aérea Mexicana, enquanto a Secretaria de Marinha é responsável pela Marinha de Guerra, Força Aérea Naval e do Corpo de Fuzileiros da Marinha.¹⁹

A Secretaria de Defesa Nacional²⁰ tem por missão organizar, administrar e preparar o Exército e a Força Aérea Mexicana com objetivo de defender a integridade, independência e soberania da nação. O art. 1º da Lei Orgânica do Exército e Força Aérea Mexicana define estas instituições como permanentes, com as seguintes missões: defender a integridade, a independência e a soberania da nação; garantir a segurança interna; auxiliar a população civil em casos de necessidade pública; realizar ações cívicas e obras sociais que colaborem para o progresso do país; e, em caso de desastre, auxiliar na ajuda para manutenção da ordem, auxílio das pessoas, bens e reconstrução das zonas afetadas.

Em 2017, o Governo do México aprovou uma nova Lei de Segurança Interior,²¹ que outorgou poder de polícia às Forças Armadas Mexicanas em tarefas de segurança pública, tornando-se o marco legal para emprego dos militares nessas atividades de forma definitiva.

No tocante ao Serviço Militar Nacional, o jovem designado, voluntário ou por sorteio, poderá cumprir seu serviço enquadrado nos centros de adestramento ou então nas companhias específicas de serviço militar. Conforme Prieto (2018), estes centros funcionam em algumas organizações militares ou em centros alternativos existentes ex-

clusivamente para essa atividade. Nesta situação, o conscrito é submetido ao Programa Geral de Adestramento, durante quarenta e quatro sessões, realizadas exclusivamente aos sábados e com carga horária de cinco a oito horas.

A formação militar é da seguinte forma: a 1ª fase de adestramento, que visa ao adestramento do combatente individual, semelhante à Instrução Individual Básica conduzida pelo Exército Brasileiro, tem por objetivo capacitar os militares recém-egressos com conhecimentos e habilidades básicas individuais de um combatente, forjando em cada indivíduo um sentimento de identidade institucional. Esta fase tem a duração de oito semanas e é realizada pelos soldados de forma centralizada em um dos doze centros de adestramento regionais existentes em cada Região Militar e também no Centro de Adestramento Básico Individual, destinado aos cadetes tanto do Exército quanto da Força Aérea.

Conforme Prieto (2018), após a conclusão da 1ª fase, os soldados regressam às suas respectivas unidades, onde realizam, enquadrados em suas frações, a 2ª fase de adestramento, que visa à função orgânica ou específica do militar, correspondente à instrução Individual de Qualificação do Exército Brasileiro. A 3ª fase de adestramento é destinada aos adestramentos táticos no nível unidade, e é conduzida nos centros de adestramento de cada Região Militar. Geralmente esta fase tem a duração de 30 dias e é prevista para acontecer na frequência de uma vez por ano em cada unidade. Nesta fase, as unidades são adestradas em operações de defesa nacional, combate convencional e de segurança interna.²²

A 4ª fase visa ao adestramento das armas combinadas e é conduzida no Centro Nacional de Adestramento, o qual capacita os comandantes e seus estados-maiores no planejamento e na condução de operações convencionais, particularmente ofensivas e defensivas, além de adestrar no terreno uma unidade circunstancial formada por organizações de arma-base e de apoio ao combate, semelhante a uma brigada do Exército Brasileiro. Esta fase, geralmente, tem a duração de duas semanas, segundo Prieto (2018).

Prieto (2018) afirma, ainda, que a 5ª fase se destina ao adestramento conjunto entre o Exército e a Força Aérea Mexicana, conduzida também no Centro Nacional de Adestramento. Caracteriza-se pela condução de operações aeroterrestres, nas quais a Força Aérea passa a ser enquadrada como orgânica da força terrestre, tendo a duração de duas semanas, com a periodicidade de uma vez a cada ano.

As 4ª e 5ª fases são essencialmente voltadas para verificação do adestramento nas operações de guerra convencional, que são conduzidas diretamente pela 3ª Seção da Chefia do Exército do Estado-Maior de Defesa Nacional e são divididas em uma fase preparatória e a execução de exercícios táticos no terreno. Durante a fase preparatória, ocorre a realização de adestramento dos comandantes e estados-maiores em “Jogos de Guerra”, no Centro de Adestramento Tático Computadorizado da Escola Superior de Guerra e o recebimento das diretrizes do quadro tático do exercício e das ordens de movimento, seguindo, logo após, para a execução.

Conforme Prieto (2018), o Exército Mexicano possui, ainda, centros regionais

para o adestramento de reação “tipo 1”, operações urbanas, nível pelotão; o adestramento de reação contraemboscada em veículos em movimento; e o adestramento de reação “tipo 2”, operações urbanas, nível subunidade. Estas atividades são realizadas com base na experiência adquirida nas lições aprendidas durante a execução de missões em território mexicano contra o crime organizado.

Nos últimos anos, o Exército Mexicano tem dado muita ênfase às atividades complementares em seu adestramento, particularmente quando da execução dos três primeiros níveis. O desenvolvimento destas atividades atende a importantes finalidades, como a projeção da imagem do Exército; o reforço de uma função mais humanitária e pacífica às forças militares; e o adestramento do Exército em operações do tipo contra-guerrilha, conquistando o apoio da população, base fundamental e indispensável nesse tipo de ação irregular, o que retrata a eficiência do seu sistema de preparo.

Por fim, pode-se inferir que o atual sistema de Preparo do Exército do México apresenta uma série de características que, algumas delas, podem ser aproveitadas para customização do ano de instrução no EB, principalmente nos aspectos atinentes à garantia da lei e da ordem, atentando-se para as peculiaridades de emprego da Força Terrestre nas diversas regiões do território nacional.

O sistema de preparo do Exército do Chile

A estrutura orgânica do Exército do Chile reflete a evolução modernizadora que tem sido empreendida na Força Terrestre, particularmente na última década. A organi-

zação, denominada “operacional”, permite obter maior versatilidade, multifuncionalidade e interoperabilidade, além de prover maior projeção de poder ao longo do tempo.

O Comando de Educação e Doutrina (CEDOC) é o órgão responsável pela função da matriz “preparar”. Encarrega-se de desenvolver, avaliar e manter atualizada a doutrina institucional, de instrução e treinamento, para materializar a pesquisa e experimentação para o combate, bem como cooperar na concepção da organização e equipamentos das unidades. Do mesmo modo, responde a todo o processo de ensino e treinamento para o pessoal do Exército. Isso implica a especialização e melhoria de controles e unidades bem como a retroalimentação, por meio de um sistema de lições aprendidas. As unidades subordinadas ao CEDOC são: a Divisão de Doutrina, a Divisão de Educação e Divisão de Escolas.

Segundo a Estratégia de Desenvolvimento do Exército Chileno, a visão de futuro do Exército é ser uma Força Terrestre preparada para manter e consolidar sua capacidade de lutar e agir de forma polivalente, de acordo com a missão que deve cumprir nas áreas de defesa, cooperação internacional e responsabilidade social institucional, por meio de uma instrução e treinamento institucional e conjunto, conforme previsto no programa AZIMUTE 2026 (CHILE, 2017d).

Os fatores fisiográficos e históricos e as percepções de ameaça do Chile influenciaram na concepção e na vocação das unidades militares de sua Força Terrestre. As missões do Exército do Chile abrangem as seguintes áreas: defesa; cooperação internacional; emergência nacional e proteção civil; contribuição

ao desenvolvimento nacional e às ações do Estado; e segurança e interesses territoriais.²³

Para estar pronta para o emprego, a Força Terrestre Chilena está presente em todo o território nacional com unidades que integram uma organização militar versátil, altamente profissional e segura, com a capacidade de prevalecer em uma crise ou participar na cooperação internacional. Além disso, deve estar treinada, ser projetável, sustentável e em condições de pronta resposta às necessidades que a nação impõe.²⁴

O Exército Chileno define a vocação estratégica das unidades militares, que, em diferentes regiões do país, possuem uma necessidade de formação e adestramento específica. De acordo com o *Libro de la Defensa Nacional de Chile* (CHILE, 2017c) e *Memória del Ejército de Chile* (CHILE, 2017a), as sedes da I e IV divisões de Exército são localizadas, respectivamente, nas cidades de Antofagasta e Iquique, e são compostas por grandes unidades blindadas com elevada mobilidade através do deserto do Atacama, ação de choque e poder de fogo. São vocacionadas para a defesa externa, particularmente contra a hipótese de emprego de combate convencional, e compõem-se somente de soldados profissionais altamente treinados e motivados, constituindo-se a primeira linha de defesa em caso de violação da soberania do território chileno.

Conforme o *Libro de la Defensa Nacional de Chile* (CHILE, 2017c) e *Memória del Ejército de Chile* (CHILE, 2017a), ainda, no centro do país encontram-se a II Divisão de Exército e as brigadas de Operações Especiais e de Aviação do Exército. O comando das duas primeiras localiza-se na capital Santiago, e a terceira, na cidade de Rancagua.

A II Divisão de Exército possui uma função importante no contexto de auxílio a catástrofes naturais e socorro a emergências, particularmente em caso de terremotos, que assolam o território chileno.

Quanto ao serviço militar, observa-se que, para se alistar na Força Terrestre, as condições para inscrição são: ser cidadão chileno, independente de sexo; ter entre 17 e 24 anos no momento da apresentação e possuir documentos de identificação válidos. Existe a opção de se alistar voluntariamente até que sejam completadas as vagas destinadas ao Exército. Caso esse objetivo não venha a ser atingido, proceder-se-á à convocação obrigatória (CHILE, 2018).

A opção pela estruturação da carreira militar das praças, no Exército Chileno, da graduação de cabo até suboficial, é um estímulo para os militares selecionados desde o engajamento e após o serviço militar inicial. Além disto, observa-se que a incorporação do segmento feminino como soldado conscrito é uma prática relevante, pois agrega maior qualidade às atividades da caserna, porque há funções que podem ser muito bem cumpridas pelos soldados do segmento feminino.²⁵

O período de treinamento tem a duração de um ano e seis meses. Em geral, neste período, a formação inicial destina-se aos aspectos de valores cívicos, intelectuais e físico. Na escola, são formados os cabos de armas (infantaria, cavalaria blindada, artilharia, engenharia e telecomunicações) e serviços (serviço de pessoal, material de guerra, intendência, enfermagem, finanças, aviação, armeiro, mecânico de material de engenharia, mecânico de material de telecomunicações, abastecimento, mecânico de auto, transporte e

veterinária), nas especializações que os mesmos possuíam como soldado.

O ano de instrução caracteriza-se pela centralização da formação de soldados recrutados em determinadas organizações militares. As organizações militares classificadas como profissionais, as “brigadas de pronto emprego”, são compostas basicamente por militares do efetivo profissional, que têm um programa da instrução diferenciado, ou seja, não acompanham as mesmas fases dos militares do serviço militar inicial, visto que já estão com a capacitação básica individual atingida.

Os chamados conscritos incorporam ao Exército e são formados nas unidades que compõem os regimentos das divisões de exército. O ano de instrução, para os militares que são incorporados e prestam o serviço inicial, ocorre em fases que vão capacitá-los a desempenhar funções e a ocupar cargos na Força. Inicialmente, vão ser capacitados em habilidades básicas de combate, que são capacidades individuais para atuar em combate produzindo maior dano ao inimigo. Em uma segunda fase, o militar vai receber instruções e treinamentos que irão inseri-lo em um determinado sistema de combate. Após esta fase, o militar em seu serviço inicial, já enquadrado em um sistema, será submetido ao adestramento de suas capacidades.

O tempo de preparação e adestramento do cabo, peculiar no Exército Chileno, varia de três a cinco anos, após o engajamento, para ter a oportunidade de seguir na carreira de praça, permitindo a confirmação da vocação militar do cabo. Cabe destacar que o soldado do efetivo variável não pode ser promovido a cabo, considerado a primeira graduação dos sargentos, pois este é concursado.

Nas organizações militares do Exército Chileno, o comandante não tem encargos administrativos, ficando apenas responsável pela parte de preparo e emprego do batalhão/regimento/grupo para as ações voltadas à guerra. O subcomandante, que é também o chefe do Estado-Maior, é o responsável pela administração da organização militar, incluindo a vida vegetativa, as compras e aquisições e o controle de pessoal.

Ainda neste contexto, no escopo das atividades internas das organizações militares, o Exército Chileno otimiza os agrupamentos de formação, de manutenção das instalações e da rotina administrativa da unidade conforme um sistema modular baseado no rodízio de um terço dos efetivos, de modo que todos estejam em condições de cumprir suas habilidades básicas de combate em caso de mobilização de sua organização militar para atender a qualquer uma das hipóteses de emprego.

Do exposto, pode-se concluir que o atual sistema de preparo do Exército do Chile apresenta uma série de reformulações que podem ser aproveitadas para customização do ano de instrução no EB, atentando-se para as vocações de emprego de suas grandes unidades, de acordo com as particularidades do território nacional, e para a formação centralizada e mais adequada de seu efetivo profissional, bem como para a retirada de encargos administrativos dos comandantes das organizações militares.

Considerações Finais

A divisão da estrutura de preparo, junto ao ensino, e emprego de alguns países, como

os Estados Unidos e a Espanha, é um grande facilitador da gestão dos diversos processos de seleção, da formação e do adestramento dos militares. Isto porque há a disponibilidade de recursos técnicos e humanos, das escolas do Sistema de Ensino, que permitem o desenvolvimento mais célere e estruturado das melhores práticas para o preparo bem como da tecnologia da informação relacionada ao preparo e à avaliação das competências das funções exercidas nas organizações militares.

A utilização de centros de treinamento e de adestramento, em academias ou escolas militares, prática presente em todos os países estudados neste artigo, proporciona melhor customização dos processos por centralizar a formação e o adestramento dos militares, desde o período básico até o adestramento, o que poderia ser aproveitado pelo Exército Brasileiro, com as devidas adaptações, haja vista as suas dimensões territoriais e suas particularidades.

Alguns países, como o Chile, o México, a Colômbia e a Espanha, centralizam em centros de treinamento a formação básica e descentralizam, nas organizações militares, o período da qualificação e do adestramento, bem como o emprego em situação real ou de exercício, reduzindo os encargos de formação da organização militar. Esta prática permite ao comandante concentrar seus esforços no efetivo profissional em detrimento do efetivo variável, o que pode ser objeto de estudo pelo Exército Brasileiro em algumas guarnições nas quais seja economicamente viável, por causa do deslocamento.

A racionalização do Exército de Terra da Espanha, que utiliza apenas oito brigadas, sendo quatro em condições de ser

empregadas, e do Chile, o qual possui duas divisões de efetivo profissional sempre prontas para atuar em defesa externa, reflete a preocupação destes países em possuir tropa pronta para a atividade fim, primando pela qualidade em detrimento da quantidade. No entanto, a estratégia da presença no território brasileiro inviabiliza a adoção desta sistemática pelo Exército.

A carga administrativa das organizações militares, atualmente, é um dos principais óbices para o exercício do comando de tropas operacionais. O Chile e a Colômbia possuem estruturas organizacionais que permitem ao comandante dedicar seu tempo de comando na atividade de adestramento e emprego, com foco nas atividades operacionais, delegando os encargos de ordenador de despesas. O Exército Brasileiro já está adotando procedimento similar com a criação das bases administrativas.

Cabe ressaltar que as semelhanças que existem entre o México e o Brasil proporcionam uma convergência de ideias que podem ser compartilhadas entre ambos, tendo em vista possuírem problemas internos, que envolvem o emprego das forças armadas.

Alguns países consideram as suas hipóteses de emprego para fins de preparação e adestramento. O Chile, por exemplo, de igual sorte pelas suas características físicas, possui em cada região do país uma necessidade de formação e adestramento específicos, os quais definem a vocação estratégica de cada grande unidade. Na região norte e centro-norte, o esforço operacional é maior; já em seu interior, possui grandes comandos vocacionados para as ações subsidiárias, o que evidencia o entendimento do Exército

Chileno em empregar suas tropas de acordo com as demandas.

No Chile, ainda, as brigadas de pronto emprego não recebem recrutas, sendo dotadas apenas por efetivo profissional. Desta forma, as organizações militares das brigadas fazem o adestramento específico durante todo o ano de instrução, mantendo assim o nível de adestramento de suas organizações militares em condições de emprego.

Por fim, diante do exposto, é importante ressaltar que o Exército Brasileiro

precisa ampliar estudos de viabilidade, por meio de intercâmbios, nos países citados a fim de se avaliar *in loco* se os citados ensinamentos colhidos podem atender às particularidades do seu emprego em território nacional. No entanto, cabe destacar que as mudanças exigirão algumas transformações, tanto estruturais quanto organizacionais, o que requer estudos mais pormenorizados acerca da relação custo-benefício em aplicar estas mudanças e da viabilidade orçamentária e financeira. 🌐

Referências

ALMANAQUE ABRIL, **MÉXICO**, Ed. Abril, 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa**. Aprovada pelo Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005 e atualizada em 2013. Brasília, DF, 2012a.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. Aprovada pelo Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005 e atualizada em 2013. Brasília, DF, 2012b.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **EB20-MC-10.201 Operações em ambiente interagências**. 1. ed. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **EB70-MC-10.223 Operações**. 5. ed. Brasília, DF, 2017.

COLÔMBIA. **Decreto 1.793 del 14 de septiembre de 2000**, por el cual se expide el régimen de carrera y el estatuto del personal de soldados profesionales de las Fuerzas Militares. Bogotá. 2000.

COLÔMBIA. **Directiva Permanente Nº 001 del 19 de enero de 2013**, para la activación y el funcionamiento de los Centros de Entrenamiento Básico de Brigada (CEBB). Bogotá. 2013a.

COLÔMBIA. **Directiva Permanente Nº 300-7**, de Instrucción y entrenamiento del Ejército Nacional de Colombia para los Oficiales, Suboficiales y Soldados Profesionales. 2013. Cuerpo y Anexo A: Apéndices 1 hasta 7; Anexo B: Apéndices 1 hasta 4; y Anexo C: Apéndice 1 hasta 7. Bogotá. 2013b.

COLÔMBIA, **Directiva Permanente nº 005-300-7 de 2013**. Direccionamiento para la educación y entrenamiento de oficiales, suboficiales y soldados del Ejército Nacional. 2013c.

CHARLEAUX, J. P. **Como foi a experiência do México no uso de Forças Armadas contra o crime**. Disponível em: <www.nexojornal.com.br/entrevista/2018/03/22/Como-foi-a

-experi%C3%Aancia-do-M%C3%A9xico-no-uso-de-For%C3%A7as-Armadas-contr-o-crime>. Acesso em 03 de maio de 2018.

CHILE. **AZIMUT 2026 - Estrategia de Desarrollo del Ejército de Chile**. 2017d. Disponível em: <www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiz4JiZ6oveAhVMpFkKHWBnDskQFjAAegQICBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.ejercito.cl%2Fdescargador.php%3Ffile%3D1492681855_1780573206.pdf%26path%3Ddocumentos&usg=AOvVaw3cHhigZOLMeYI_rA-NNXRJ>. Acesso em 29 de março de 2017.

_____. **El Ejército y la Fuerza Terrestre**. 2017e. Disponível em: <www.ejercito.cl/home>. Acesso em 29 de março de 2017.

_____. **Libro de La Defensa Nacional de Chile**. 2017c. Disponível em: <www.ejercito.cl/home>. Acesso em 29 de março de 2017.

_____. **Memoria del Ejército de Chile**. 2017a. Disponível em: <www.ejercito.cl/home>. Acesso em 29 de março de 2017.

_____. **Revista Educación del Ejército de Chile Nº 43**. 2017b. Disponível em: <www.ejercito.cl/home>. Acesso em 29 de março de 2017.

ESPAÑA. **Constituição do Reino da Espanha** (1978). Promulgada em 29 de dezembro de 1978. Disponível em: <www.senado.es/web/conocersenado/normas/constitucion/index.html>. Acesso em 28 de março de 2018.

_____. **Ley Orgánica 5/2005, de 17 de noviembre, de la Defensa Nacional**. Jefatura del Estado, BOE núm. 276. 18 de noviembre. 2005.

ESPAÑA. Ejército de Tierra. **Informe de Situación: Preparado, Dispuesto y Operativo**. Centro Geográfico del Ejército, 2018. Disponível em: <www.ejercito.mde.es/Galerias/Descarga_pdf/EjercitoTierra/Publicaciones/infor_mesituacionET.pdf>. Acesso em 2 de abril de 2018.

_____. **Inspección General del Ejército**. 2018c <www.ejercito.mde.es/unidades/Barcelona/ige/>. Acessado em 29 de março de 2018.

_____. **MADOC**. 2018 b. <www.ejercito.mde.es/unidades/Granada/madoc/>. Acesso em 29 de março de 2018.

ESPAÑA. Ministerio de Defensa. **Doctrina para el empleo de las Fuerzas Armadas**. Instituto Español de Estudios Estratégicos, 2018a. Disponível em: <www.ieee.es/Galerias/fichero/OtrasPublicaciones/Nacional/2018/PDC01_A_Doctrina_empleo_FAS_27feb2018.pdf>. Acesso em 29 de março de 2018.

_____. **Boletín Oficial del Estado** Nr 60 de 6 de março. 2001.

GONZALBO, F. E. **Violencia, narcotráfico y Estado**. Nueva Sociedad, Ed.220, Mar-Abr 2009.

INDEX MUNDI, **Dados sobre o México**. Disponível em: <www.indexmundi.com/mexico/>. Acesso em 02 de maio de 2018.

MANAUT, R. B. **La crisis de seguridad en México**. Nueva Sociedad, Ed.220, Mar-Abr 2009.

MÉXICO, **Ley del Servicio Militar**, 1940. Disponível em <www.sedena.gob.mx/images/stories/archivos/leyes_y_reglamentos/leyes/LEY_DEL_SERVICIO_MILITAR.pdf>. Acesso em 03 de maio de 2018.

MONSIVAÍS, C. **La crisis, el narcotráfico, la derecha medieval, el retorno del PRI feudal, la nación globalizada**, Nueva Sociedad, Ed.220, Mar-Abr 2009.

PELCASTRE, J. Forças Armadas do Chile preparam-se para ajudar civis durante desastres naturais. **Diálogos – Revista Militar Digital**. 3 agosto 2015. Disponível em: <dialogo-americas.com/pt/articles/forças-armadas-do-chile-preparam-se-para-ajudar-civis-durante-desastres-naturais>. Acesso em 09 Abr 2018.

PEREIRA, T. C. **O crime organizado transnacional e o tráfico de drogas no México**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

PRIETO, A. **Palestra proferida durante o Ciclo de Estudos Estratégicos**, na ECEME, em 25 de abril de 2018.

SARMIENTO, J. L. B.; OYOLA, R. A. H. **Formulación de los niveles de instrucción para la capacitación y especialización de los combatentes del Ejército Nacional**. 2011. Trabajo de Grado (Especialización em Docencia Universitaria) – Universidad Piloto, Bogotá, 2011.

SEDENA. **Secretaría de la Defensa Nacional**. Disponível em <www.sedena.gob.mx>. Acesso em 03 de maio de 2018.

USA. ADP 1 The Army. Headquarters, Department of the Army. Washington, DC, 2012a.

_____. **Center for initial military training (CIMIT)**. 2018e. Disponível em: <usacimt.tradoc.army.mil/About.html>. Acesso em: 12 Mar 2018.

_____. **ADP 7 - 0 Training Units and Developing Leaders**. Headquarters, Department of the Army. Washington, DC, 2012b.

USA. U.S. Army. **Go Army**. 2018d. Disponível em: <www.goarmy.com>. Acesso em: 10 Mar 2018.

_____. New DTMS improves training management, tracking Soldiers' training records. 2018c. Disponível em: <www.army.mil/article/140988/new_dtms_improves_training_management_tracking_soldiers_training_records>. Acesso em: 10 Mar 2018.

_____. **Organization**. 2018b. Disponível: <www.army.mil/info/organization/>. Acesso em: 05 Mar 2018.

_____. **TRADOC: Designing & Building the Future Army**. 2018a. Disponível em: <www.tradoc.army.mil/SitewideContent_TRADOC/Docs/TRADOCCommandOverview.pdf>. Acesso em: 05 Mar 2018.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

-
- ¹ BRASIL. Política Nacional de Defesa. Aprovada pelo Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005 e atualizada em 2013. Brasília, DF, 2012a.
- ² Disponível em: <www.sipri.org/databases/milex>. Acesso em 13 de março de 2018.
- ³ Disponível em: <www.sipri.org/databases/milex>. Acesso em 13 de março de 2018.
- ⁴ Disponível em: <www.militarypower.com.br/ranking.htm>. Acesso em 23 de junho de 2018.
- ⁵ Confirmado pela palestra do Chefe de Preparo do COTER, Gen Bda José Eduardo, na ECEME, no dia 14 de março de 2018.
- ⁶ Portaria nº 196-EME, de 1 Set 15, que aprova a Diretriz para a Inicialização do Projeto Novo Sistema Operacional Militar Terrestre SISOMT (EB20-D-10.028), publicada no Boletim do Exército nº36/2015.
- ⁷ Temas abordados na palestra do Chefe de Preparo do COTER, Gen Bda José Eduardo Pereira, na ECEME, em abril de 2018.
- ⁸ Disponível em: <www.army.mil/info/organization>. Acesso em: 05 Mar 2018.
- ⁹ Disponível em: <www.tradoc.army.mil/SitewideContent/TRADOC/Docs/TRADOCCommandOverview.pdf>. Acesso em: 05 Mar 2018.
- ¹⁰ Disponível em: <www.goarmy.com> . Acesso em 25 de junho de 2018.
- ¹¹ Disponível em: <usacimt.tradoc.army.mil/About.htm>. Acesso em 25 de junho de 2018.
- ¹² Disponível em: <www.ejercito.mde.es/Galerias/Descarga_pdf/EjercitoTierra/Publicaciones/informesituacionET.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2018.
- ¹³ Ibid.
- ¹⁴ Disponível em: <www.ejercito.mde.es/Galerias/Descarga_pdf/EjercitoTierra/Publicaciones/informesituacionET.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2018.
- ¹⁵ Disponível em: <www.reclutamiento.mil.co>. Acesso em 25 de junho de 2018.
- ¹⁶ O nome deste ambicioso projeto está inspirado na conversão, na cidade de Damasco, de Saulo de Tarso, cidadão romano, perseguidor de cristãos, no apóstolo Paulo, um doutrinador e defensor da fé, que escreveu boa parte do Novo Testamento, trinta anos depois da morte de Cristo, crendo que se havia encontrado com Jesus ressuscitado. Disponível em: <www.ejercito.mil.co/?idcategoria=424214>. Acesso em 26 de junho de 2018.
- ¹⁷ Disponível em: <www.gob.mx/sedena>. Acesso em 23 de junho de 2018.
- ¹⁸ Disponível em: <www.gob.mx/sedena/que-hacemos>. Acesso em 21 de junho de 2018.
- ¹⁹ Disponível em: <www.gob.mx/semar/que-hacemos>. Acesso em 21 de junho de 2018.
- ²⁰ Disponível em: <www.gob.mx/sedena>. Acesso em 23 de junho de 2018.
- ²¹ Disponível em: <www.dw.com/es/méxico-promulgada-la-ley-de-seguridad-interior/a-41898652>. Acesso em 26 de junho de 2018.
- ²² Disponível em: <www.gob.mx/sedena>. Acesso em 23 de junho de 2018.
- ²³ Disponível em: <www.ejercito.cl/?menu&cid=151>. Acesso 26 de junho de 2018.
- ²⁴ Disponível em: <www.ejercito.cl/home>. Acesso em 27 de junho de 2018.
- ²⁵ Disponível em: <dialogo-americas.com/es/articulos/mujeres-soldados-chilenas-desempenan-un-papel-importante-en-misiones-de-paz-de-las-naciones-unidas>. Acesso em 26 de junho de 2018.

Lend-Lease

A tábua de salvação dos Aliados na Segunda Guerra Mundial

Reis Friede*

Quando se iniciou oficialmente a Segunda Guerra Mundial na Europa, no dia 1º de setembro de 1939, a maior parte da população norte-americana, bem como a maioria dos integrantes do Congresso Nacional estadunidense, estava completamente arraigada, no âmbito das relações internacionais, a uma postura de nítida feição *isolacionista* e de completa *neutralidade* em relação a um conflito que se desenrolava no continente europeu e que, por esta razão, era considerado, restritamente, apenas como mais uma “guerra europeia”, não obstante o anterior início do expansionismo japonês sobre a Ásia, inaugurado em 1931, e fortemente ampliado a partir de 1937.

Nesse contexto, pesquisas de opinião pública, realizadas à época, indicavam que mais de 70% da população dos EUA expressavam-se de forma radicalmente contrária ao envolvimento norte-americano no conflito “europeu”.

No entanto, o então presidente norte-americano, o democrata Franklin Delano Roosevelt (1933-45), figurava, no que concerne a este tema, como uma voz isolada, ainda que de grande e reconhecida lucidez

estratégica, na exata medida em que antevia, naquele conflito, de forma completamente distinta de outras importantes lideranças americanas, uma oportunidade histórica de catapultar os EUA a uma posição hegemônica global, cabendo recordar que os EUA já se constituam, desde o início do século XX, na maior potência econômica do planeta.

Ainda assim, Roosevelt, mesmo sendo contrário ao posicionamento que pugnava pela equidistância dos EUA em relação à guerra, e diante daquela postura radical da sociedade e de grande parte dos congressistas, não vislumbrava, de imediato, nenhuma oportunidade real e politicamente factível que possibilitasse a realização de algo de grande magnitude a fim de prover um auxílio efetivo, por parte dos EUA, aos Aliados da Europa, ainda que sem o correspondente envio (e consequente envolvimento direto) de tropas norte-americanas ao solo europeu.

Por ocasião do segundo semestre de 1940, ou seja, menos de um ano após o início da guerra, a Alemanha, de forma absolutamente surpreendente para as suas próprias lideranças e, igualmente, para o assombro da maior parte do mundo civilizado, já controlava, direta ou

* Desembargador federal, professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e professor *honoris causa* da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR). (reisfriede.wordpress.com e reisfriede@hotmail.com)

indiretamente, toda a parte central e ocidental do continente europeu. Nesse contexto inicial de sucesso germânico, a França, considerada, à época, a maior potência militar continental da Europa, havia sofrido uma inusitada e humilhante derrota político-militar. Por sua vez, o Reino Unido, a segunda maior potência econômica do planeta, no âmbito de seu vasto império, resistia e figurava como o último obstáculo real à implementação do nazismo alemão sobre todo o Oeste Europeu.

Naquela época, o primeiro-ministro britânico Winston Churchill (1940-45) mantinha uma excelente e cordial relação com o presidente norte-americano, o que permitia ao estadista inglês lhe formular constantes pedidos de ajuda. Roosevelt, mais do que qualquer outro líder mundial, compreendia perfeitamente que uma eventual queda do Reino Unido para a órbita de influência alemã possibilitaria a Hitler dominar o restante da Europa, incluindo os férteis campos agrícolas ucranianos e as gigantescas extensões territoriais russas. Ademais disso, se o Reino Unido sucumbisse, a Alemanha poderia, por meio de uma provável ação coordenada com a Itália e com o Japão, estender o domínio destes países sobre o Mediterrâneo e a Ásia, respectivamente.

Nesse contexto, o presidente norte-americano encontrava-se inserido em uma posição política extremamente complexa frente à guerra, uma vez que, mesmo diante da ameaça de domínio alemão sobre o Reino Unido (e sobre o Império Britânico de modo geral), o Congresso dos EUA havia aprovado, ainda nos anos de 1930, uma lei de *neutralidade* que expressamente vedava a

comercialização de armas para nações que estivessem tecnicamente em estado de guerra, excetuando-se o caso em que houvesse pagamento *direto* e *à vista*.

Contudo, nesse exato momento histórico, o Reino Unido estava completamente *cercado, isolado*, sob constante risco de invasão e com sua economia sendo gradativamente destruída, quadro caótico decorrente, entre outros fatores, de uma inteligente combinação de contínuos ataques promovidos pela *Luftwaffe* (a força aérea alemã) sobre o território britânico, associados a persistentes tentativas de bloqueio naval às suas principais ilhas componentes (Grã-Bretanha e Irlanda). Em tais condições fáticas, era impossível ao primeiro-ministro britânico custear a compra de armamentos norte-americanos nos exatos termos da legislação vigente, exceto em prestações futuras, vale dizer, por meio de financiamento.

Foi exatamente diante dessa complexa e delicada situação que o presidente norte-americano elaborou um inteligente *artifício legal* para fornecer suprimentos (alimentos e matérias-primas, incluindo alumínio e aço de todos os tipos), blindados, aviões, armas leves e munições, caminhões e veículos de transporte (tais como caminhões e jipes), petróleo, material de construção, entre outros diversos itens, ao Reino Unido.

Não obstante tal estratégia de Roosevelt, efetivamente baseada em uma criativa hermenêutica legal, ter sido amplamente rotulada, por muitos congressistas, como uma engenhosa manobra do presidente para pôr fim ao *isolacionismo* norte-americano, posição esta que, conforme restou afirmado, era amplamente apoiada pela população estadunidense, é fato

histórico que a inovadora “concepção político-jurídica” rooseveltiana logrou-se vitoriosa em seus objetivos fundamentais.

Com efeito, em 11 de março de 1941, por meio de um inteligente expediente, construído pelo brilhantismo intelectual de Roosevelt, era finalmente aprovada no Congresso norte-americano uma nova lei (revogadora, em parte, do antigo dispositivo legal que vedava a comercialização de armas para nações que estivessem tecnicamente em estado de guerra) que possibilitava aos EUA *emprestar* (visto que se não podia *vender* a prazo) equipamentos e suprimentos (de todas as espécies) a qualquer país, especialmente ao Reino Unido, tendo como garantia de pagamento futuro os próprios territórios (e seus direitos de exploração econômica) e bases militares britânicas no exterior.

Sempre que confrontado por jornalistas sobre o novo regramento legal editado pelo Parlamento, o presidente norte-americano, de modo extremamente perspicaz, citava uma *parábola* envolvendo o hipotético episódio de um incêndio, cuja essência abarca a seguinte ideia central: “quando a casa do seu vizinho está pegando fogo, você não *vende* a ele o balde d’água (ou a mangueira), você o *empresta* para que o fogo seja apagado o mais depressa possível”.

Assim, tendo em vista o novo quadro normativo estabelecido, ainda em março de 1941, os EUA começaram a enviar volumosas quantidades de suprimentos ao Reino Unido, remessa operacionalizada pela via naval do Oceano Atlântico, o que ensejou, no plano concreto da guerra, a clássica *Batalha do Atlântico*. Decerto que tal auxílio permitiu aos britânicos reorganizar a sua indústria, reequipar suas forças armadas e municiar

seus meios combativos, tudo de acordo com as necessidades do conflito.

Nessa época, a União Soviética ainda era considerada, pelo menos em tese, uma presumida aliada da Alemanha nazista, tendo em vista a existência de um pacto de não-agressão, celebrado em 23 de agosto de 1939, denominado de *Pacto Molotov-Ribbentrop*, em alusão aos ministros dos Negócios Estrangeiros da URSS (Vyacheslav Molotov) e da Alemanha (Joachim Von Ribbentrop), respectivamente. Entretanto, tal quadro de “aliança” começaria a mudar em junho de 1941, quando da invasão alemã ao território soviético, concretizada por meio da conhecida *Operação Barbarossa*, considerada a maior operação militar da história, evento que envolveu aproximadamente mais de três milhões de soldados alemães, húngaros, romenos e italianos, e que, segundo a historiografia, alterou radicalmente a própria concepção geopolítica da Segunda Guerra Mundial.

No que concerne aos momentos iniciais da *Barbarossa*, a investida alemã revelou-se cruel e sanguinária. De fato, em menos de seis meses do início da aludida operação, os soviéticos perderam cerca de dois milhões de homens, entre mortos, feridos e capturados. Enquanto isso, o exército alemão já havia alcançado os arredores de Moscou, além de ter incorporado, ao Terceiro Reich, grandes e importantes extensões territoriais da Ucrânia (com grande parte de seu povo envolvendo-se no conflito de forma “cooperativa”, agradecendo aos “libertadores alemães”) e da Bielorrússia.

Diante de tal cenário, a União Soviética, a par de todos os acontecimentos, aparentava que sucumbiria ao domínio nazis-

ta mesmo antes do final de 1941. Na visão dos principais líderes aliados (Roosevelt e Churchill), o colapso pleno (e supostamente irreversível) do regime soviético bem como sua correspondente submissão ao Terceiro Reich eram uma simples questão de tempo. Caso isto ocorresse, haveria a consequente incorporação, ao domínio germânico, das imensas extensões territoriais, indústrias e demais riquezas (incluindo inesgotáveis matérias-primas estratégicas, como o petróleo) da URSS, quadro que estaria em perfeita sintonia com os planos arquitetados por Adolf Hitler no livro *Minha Luta* (*Mein Kampf*, em idioma alemão), texto escrito em 1925, quando ele cumpria pena na prisão de Landsberg, tendo em vista sua condenação por ter liderado o fracassado *Putsch da Cervejaria* (9 de novembro de 1923), uma tentativa de golpe de estado que ocorreu em Munique, com o expressivo apoio de parcela da sociedade alemã.

Obviamente que um eventual colapso da URSS no âmbito da *Barbarrosa* preocupava sobremaneira a liderança aliada. Em razão disto, os EUA, inicialmente por meio dos britânicos, começaram a enviar, sem uma estratégia mais elaborada e à margem de estudos mais aprofundados, um amplo auxílio financeiro e militar à URSS. Em 1942, a ajuda em questão passou a ser intensificada, bem como remetida de forma direta por meio de rotas especiais que passavam pelo Ártico, pelo atual Irã e pelo Oceano Pacífico. Como se vê, tais rotas não cortavam o Oceano Atlântico, evitando, pois, o risco iminente de haver algum tipo de ataque (de interdição naval) promovido pelos temíveis *U-Boots* alemães.

Nesse sentido, por meio do Ártico, os norte-americanos conseguiram enviar diretamente quase quatro milhões de toneladas de suprimentos. Da mesma forma, pelo chamado *corredor persa*, região onde se localiza o atual Irã, foram transportados cerca de 4,2 milhões de toneladas. E, por fim, pela rota do Pacífico, os EUA encaminharam aproximadamente 8,2 milhões de toneladas.

Nesses transportes, era enviada uma quantidade imensurável e variada de itens, exatamente como foi feito quando do auxílio ao Reino Unido. Em uma determinada ocasião, chegou-se mesmo a se conseguir uma inusitada e surpreendente transferência de uma fábrica (completamente equipada) de pneus, cujas instalações haviam sido construídas pela Ford.

Para se ter uma dimensão da magnitude da ajuda fornecida aos russos, cumpre registrar que, entre 1941 e 1945, os norte-americanos entregaram mais de 400.000 jipes e caminhões, 7.056 blindados (entre os quais mais de 4.000 tanques de combate M-4 Sherman), 35.000 motocicletas, 2.000 locomotivas, 14.795 aviões (dos quais 4.700 eram P-39 Airacobra), além de quatro milhões de toneladas de alimentos, notadamente carne enlatada, açúcar, sal e farinha, gêneros que eram distribuídos para as tropas que combatiam os alemães nas frentes de batalha.

Do mesmo modo, no período compreendido entre 1942 e 1945, os EUA remeteram um impressionante total de 18 milhões de toneladas de suprimentos aos soviéticos, o que se deu com o propósito de manter estas tropas em condições plenas de operação. Entretanto, no mesmo período, os Estados Unidos forneceram às suas próprias tropas, que

combatiam no norte da África e na Europa, uma quantidade de suprimentos apenas ligeiramente maior do que aquela fornecida aos russos: na ordem 22 milhões de toneladas.

Nota-se, claramente, um dos primeiros *equivocos estratégicos* cometidos pelos EUA na condução da guerra, erro que se traduziu na precariamente planejada (sobretudo em seus presumíveis efeitos posteriores) e reconhecidamente desproporcional entrega direta de equipamentos militares e auxílio econômico a um país dotado, à época, de indisfarçados interesses hegemônicos e expansionistas. Conforme restou consignado, houve, no episódio em questão, uma absurda e paradoxal proximidade entre os gastos realizados pelos norte-americanos com as suas próprias tropas em comparação com aqueles destinados aos efetivos da URSS. Não é desarrazoado afirmar que tal paradoxo constitui a principal razão que ensejou o surgimento, no cenário geopolítico do pós-guerra, de uma União Soviética extremamente robustecida (amplamente armada e equipada, registre-se) e dotada de uma capacidade de ameaçar e conquistar a Europa Oriental, permitindo, em última análise, que se originasse um novo desafio à paz mundial, com o início da chamada Guerra Fria (1947-91).

Como se não bastasse o mencionado desacerto americano, o Reino Unido, após o período de extraordinária adversidade experimentado no início do conflito, também passou a enviar, de variadas formas, um amplo e desproporcional auxílio à União Soviética. Assim, a partir do ano de 1943, Londres encaminhou a Moscou uma enormidade de artigos, entre os quais se destacavam: uma quantidade superior a 3.000 caças Hawker

Hurricane, 4.000 aviões de reconhecimento e transporte, 5.200 blindados, 4.000 caminhões, 15 milhões de botas, 1.700 motocicletas, 600 conjuntos completos de radares e sonares (incluindo, de forma indireta, a tecnologia destinada à produção de tais equipamentos), além de milhares de armas antitanques e antiaéreas.

Esses elevados quantitativos de materiais enviados pelos EUA e pelo Reino Unido à URSS refletiam, em certa medida, uma preocupação, que posteriormente se constatou exagerada (e, sobretudo, artificialmente ampliada), por parte dos chefes de Estado daquelas nações com uma possível vitória da Alemanha nos embates travados contra os soviéticos. Roosevelt e Churchill vislumbravam que uma eventual queda total da União Soviética diante da Alemanha nazista direcionaria o supostamente “gigantesco” poderio militar deste país (cuja dimensão, em sua essência, era superestimada) para dominar, primeiramente, o Reino Unido e, posteriormente, os Estados Unidos, o que, em verdade, nunca passou de um “cenário fantasioso”.

Ainda que muitos líderes militares dos EUA enxergassem com preocupação a magnitude do auxílio concedido, sem qualquer garantia real de *pagamento* ou *contrapartida* futura, à URSS, é fato que uma visão relativamente míope acabou por predominar em relação à presente questão, encobrendo não apenas uma inteligente manobra empregada por Stalin para, uma vez custeado pelo poderio econômico anglo-americano, compor, no futuro, uma União Soviética militar e economicamente poderosa, mas também o próprio caráter *totalitário* do regime comunista e de seus planos expansionistas,

os quais, em muitos aspectos, eram *ideologicamente* (ainda que, naquele momento histórico, não *potencialmente*) mais ameaçadores para as democracias liberais (representadas pelos EUA e pelo Reino Unido) do que o próprio regime nazista.

Não obstante, e por necessária prevalência de uma “justiça histórica”, é oportuno reconhecer a importante contribuição da própria determinação nacional da URSS no que se refere ao desenrolar dos acontecimentos históricos ora narrados, em especial o fato de os soldados soviéticos do Exército Vermelho terem lutado com extrema bravura, defendendo cada centímetro da União Soviética, cujas terras, para eles, possuem natureza sagrada, afirmação amplamente comprovada por meio do grande número de soldados e civis soviéticos mortos entre 1941 e 1945. Embora não se disponha de dados quantitativos exatos, o número de falecidos gravita em torno de 25 milhões, sendo certo que nenhum outro país sofreu tantas perdas humanas em uma guerra, quando cerca de 80% da população masculina nascida em 1924 morreram no conflito.

Contudo, mesmo diante de todo o esforço moral e motivacional do Exército Vermelho, é interessante consignar que a ajuda dos britânicos e dos americanos foi, em última análise, absolutamente fundamental, e reconhecidamente indispensável, para a manutenção da resistência dos soviéticos aos avanços alemães. Sem a esmagadora assistência material proveniente, em particular, dos EUA, o que incluía a reposição quase que instantânea dos equipamentos bélicos e víveres indispensáveis ao esforço de guerra, a vitória soviética (através de suas conquistas

em batalhas-chave, a partir de 1943, e das exitosas contraofensivas, a partir de 1944) sobre os alemães teria sido impossível.

Por oportuno, cumpre consignar que o Brasil também se revelou um grande beneficiado pelo *Lend-Lease*, recebendo mais suprimentos, inclusive, do que alguns países que estavam no epicentro da guerra, como a Bélgica e a Holanda, e ficando atrás somente do Reino Unido, da União Soviética, da França e da China.

O registro dos elevados aportes realizados pelos EUA nos países acima referidos evidencia a extrema importância do denominado *Lend-Lease* para o sucesso dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. De fato, desprovidos da ajuda norte-americana, a maior potência econômica e industrial, à época, muito provavelmente teria sido inútil toda a determinação da resistência britânica e, igualmente, todo o sangue derramado pelos soviéticos.

Cabe registrar, ademais, o modelo político-jurídico adotado para o funcionamento do *Lend-Lease*. Nesse sentido, a norma jurídica editada, interpretada em sua hermenêutica extensiva, simplesmente autorizava o governo norte-americano a realizar o *empréstimo* de armamentos, ou qualquer outro artigo de defesa, ou informação, que o presidente norte-americano julgasse necessário para a segurança nacional dos EUA. A regra em questão previa (ainda que, no caso soviético, sem nenhuma salvaguarda real) que os armamentos emprestados seriam devolvidos (ou seus respectivos valores pagos, em ouro e/ou outros ativos econômicos) após o término do conflito.

Entretanto, após o fim da guerra, apenas uma pequena parcela do material

“emprestado” pelos EUA foi efetivamente devolvida ou ressarcida economicamente, especialmente pelos soviéticos. Muitos líderes norte-americanos, de forma pouco inteligente, já não exigiam (ou mesmo sequer desejavam) mais o retorno desses armamentos, embora devessem, por obrigação legal, cobrá-los através de contrapartidas econômico-financeiras. A propósito, existiam até mesmo alguns congressistas norte-americanos — desconhecedores dos riscos que tamanho “poder de fogo”, em mãos estrangeiras, poderiam representar, no futuro, contra a própria segurança nacional estadunidense) — que, em tom coloquial, afirmavam que “emprestar *armas* é como emprestar um *chiclete*; depois de usado você não o deseja mais”.

Com efeito, muitos armamentos (de última geração e com grande poder bélico, inclusive) permaneceram nos países destinatários, excetuando-se a devolução da maioria dos navios de guerra, o que efetivamente aconteceu. A URSS, em particular, recebeu um total de US\$ 1.078 bilhão em equipamentos bélicos, quantia que, em valores históricos, equivale, aproximadamente, à metade de todo o custo do Projeto Manhattan, programa que conduziu os EUA ao “clube atômico”. Em contrapartida real, durante todo o conflito, a União Soviética enviou apenas algumas toneladas de minérios para o Tesouro americano, praticando, assim,

uma espécie de *Lend-Lease* ao “reverso” com os EUA, estipulado, entretanto, em cerca de ínfimos US\$ 2 milhões em valores históricos.

Vale frisar, por oportuno, que o suposto restante dos débitos do *Lend-Lease* foram (*formalmente*, ainda que não *efetivamente*) quitados, por meio do pagamento final de um valor de US\$ 20 bilhões, pela Rússia, ao Clube de Paris, em 2006, quinze anos após o fim da URSS, o que significou, na prática, parcela muito pouco expressiva, particularmente em face de todos os benefícios (diretos e indiretos) que aquela nação recebeu dos EUA, inclusive com transferência de tecnologia bélica sensível.

Por outro lado, embora os britânicos também tenham pagado uma reduzida parte dos bens que lhes foram enviados durante o conflito, tendo sido o restante convertido, em 1945, em um empréstimo para pagamento em parcelas e com juros baixíssimos, cuja última prestação restou adimplida já no século XXI, é fato que as transferências de todos os segredos militares ingleses (e respectivas tecnologias de ponta) para os EUA, bem como o fim do monopólio comercial com suas colônias, além do deslocamento das bases militares inglesas no hemisfério ocidental para os EUA, exigências estas incluídas nos termos da chamada “Carta do Atlântico” (1941), representaram, na prática, uma plena e amplamente satisfatória composição do *Lend-Lease* para com os britânicos. 🌐

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

A Intervenção Federal no Rio de Janeiro

*Carlos Frederico Gomes Cinelli**

*André Luiz de Souza Dias***

Uma conjuntura complexa e desafiadora

O Estado do Rio de Janeiro está localizado na região Sudeste do país, tem por capital uma cidade com o mesmo nome e população estimada em mais de 17 milhões habitantes, distribuída irregularmente por 92 municípios, em área aproximada de 44 milhões de km². Foi uma das primeiras partes do Brasil a ser colonizada pelos portugueses, testemunhou os principais acontecimentos históricos da formação da Nação e constituiu a Capital Federal até 1960, quando o poder central foi transferido para Brasília.

Soma-se ao incontestável valor histórico o fato de ser o Rio de Janeiro importante rota do turismo nacional e internacional, cujas deslumbrantes paisagens naturais e atrações são visitadas durante o ano todo. Impulsionados por variadas motivações, diversos brasileiros e estrangeiros, ao passar pelo Estado, tornam-se automaticamente vetores de divulgação da cultura nacional

em nível regional e mundial.

O Índice de Desenvolvimento Humano do Estado é semelhante ao do país, que, por sua vez, é próximo ao do bloco de nações integrantes da América do Sul. Esse valor, entretanto, reflete um posicionamento pouco acima da média mundial. Problemas recorrentes de infraestrutura, educação, mobilidade urbana e emprego aguardam solução há muito tempo. A recente realização de Grandes Eventos, como, por exemplo, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, apesar das expectativas geradas, não surtiu o efeito desejado.

No caleidoscópio de problemas que assolam o Rio de Janeiro, a questão da segurança pública ganha indesejável destaque. A sistemática degradação ganhou impulso, sobretudo, no final da década de 70 do século passado.

Em 1979, surgiu o Comando Vermelho (CV), no presídio Cândido Mendes, Ilha Grande, como resultado direto da interação de presos comuns com radicais de esquerda,

* Cel Inf (AMAN/91, EsAO/99, ECEME/08), especialista em Direito Internacional dos Conflitos Armados (Universidade de Brasília/06), com MBA em Gestão Pública (FGV/10). Atualmente, é o chefe da Seção de Comunicação Social e porta-voz do Comando Militar do Leste. Chefia também a Célula de Comunicação Social do Comando Conjunto das Operações da Intervenção Federal.

** Ten Cel Inf (AMAN/96, EsAO/04, ECEME/13), mestre em Política de Defesa e Segurança Internacional (Universidade Complutense de Madrid, Espanha/16). Atualmente, é adjunto da Seção de Comunicação Social do Comando Militar do Leste e da Célula de Comunicação Social do Comando Conjunto das Operações da Intervenção Federal

integrantes de grupos armados terroristas, que tentaram subverter a lei e a ordem do país durante o Regime Militar. O surgimento dessa primeira facção criminosa se deu, portanto, em época próxima à fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, ocorrida em 1975.

A abertura política na década de 80 permitiu a chegada ao poder de governos populistas pouco comprometidos com os desafios reais da segurança pública. Este fato, aliado ao crescimento do tráfico de drogas no continente sul-americano, resultou no desenvolvimento das capacidades dos grupos criminosos em geral. Nesse contexto, é importante destacar que a chegada de Leonel Brizola ao governo do estado, em 1983, trouxe consigo a aplicação de uma irresponsável e leviana gestão na segurança pública.

O modelo brizolista, pautado na máxima segundo a qual “polícia não poderia subir morros”, foi em realidade catastrófico. Permitiu o fortalecimento exponencial dos criminosos, além do surgimento de verdadeiras fortalezas defendidas, com reflexos negativos bastante perceptíveis na atualidade. Desta feita, a mensagem de impunidade aos narcotraficantes estava dada e se perpetuou. Os bandos então passaram a agir em todo o estado fluminense com ampla liberdade de ação.

Como resultado direto da situação do estado fluminense e de dissidências dentro do CV, surgem, em meados da década de 90 do século passado, outras duas novas facções criminosas: os Amigos dos Amigos (ADA) e o Terceiro Comando (TC). Inicialmente associados, esses dois bandos então rompem, gerando, no início do século XXI, o Terceiro Comando Puro (TCP), dissidência completamente dissociada do ADA. Nesse momento, o TC deixa de existir.

Em 2008, novos atores surgem: as “milícias”. Dotadas de *modus operandi* bastante semelhante ao das demais facções, invariavelmente passam a com elas se confundir. Nesse novo cenário, o agravamento da urbanização desordenada e a falta de políticas públicas, em especial nos setores de transportes e habitação, ajudaram a expandir a dimensão de áreas de difícil acesso, onde o poder público tem extrema dificuldade de exercer seu papel.

É possível inferir, portanto, que a perda de capacidade econômica do Estado, a relativização do combate às ações criminosas, o incremento e a sofisticação do tráfico internacional de drogas foram, em boa medida, os principais responsáveis pelas sucessivas crises na área de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro observadas nos últimos 40 anos, que desaguarão na situação caótica atual.

As Forças Armadas (FA) na garantia da lei e da ordem (GLO) em apoio à Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro

As FA, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República. Destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.¹

O Estado, dotado de território, povo e governo soberano, detém o monopólio legítimo dos meios de coerção para fazer valer a lei, a ordem e, como corolário de ambas, a segurança da população. Essa é a base

do contrato social.²

Os principais aspectos positivos do atual quadro da defesa nacional são, entre outros, FA identificadas com a sociedade brasileira, dotadas de altos índices de confiabilidade, bem como a adaptabilidade do brasileiro a situações novas e inusitadas, criando ambiente propício ao desenvolvimento de uma cultura militar pautada no conceito da flexibilidade.³

Operação de GLO é, por definição, uma operação militar determinada pelo presidente da República e conduzida pelas FA de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado. Tem por objetivo a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Ocorre em situações de esgotamento dos instrumentos previstos no art. 144 da Constituição ou em outras em que se presume ser possível a perturbação da ordem (Artigos 3º, 4º e 5º do Decreto Nº 3.897, de 24 de agosto de 2001).⁴

A decisão quanto ao emprego das FA na GLO compete exclusivamente ao presidente da República, por iniciativa própria, ou em atendimento a pedido manifestado por quaisquer dos poderes constitucionais, por intermédio dos presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados. O presidente da República, à vista de solicitação do governador de Estado ou do Distrito Federal, poderá, por iniciativa própria, determinar o emprego das FA nessa situação.

As operações de GLO se caracterizam como de “não guerra”, pois, embora empregando o Poder Militar no âmbito interno, não envolvem o combate propriamente dito, podendo, em circunstâncias especiais, representar o uso de força de forma limitada. Abrangem o emprego das FA em varia-

dos tipos de situações e atividades, em face das diversas formas com que as perturbações da ordem e as ameaças à incolumidade das pessoas e do patrimônio possam se apresentar, levando em conta o disposto no Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001, especialmente os artigos 2º, 3º, 4º e 5º.⁵

A partir da década de 90 do século passado, observa-se uma crescente participação das FA na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Como exemplo, cita-se o emprego de tropas na Operação Eco 92, em apoio à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, entre os dias 3 e 14 de junho de 1992, e nas Operações Rio I e II, desencadeadas em 1994 e 1995.

Nos primeiros anos do século XXI, novas participações das FA em operações de GLO são observadas, com o fim de proporcionar sensação de segurança prioritariamente em eventos de caráter internacional. Entretanto, é a partir de 2008 que há um grande incremento desse uso, nas mais variadas atividades, desde segurança de canteiro de obras — no escopo da Operação Cimento Social — até a garantia das eleições municipais, no contexto da Operação Guanabara.

Desde então, a participação das FA em operações de GLO é uma realidade no Estado do Rio de Janeiro. Foram realizadas as Operações Arcanjo (Complexos da Penha e do Alemão, entre 2010 e 2012) e as Operações São Francisco (Complexo da Maré, nos anos 2014 e 2015). Some-se a isso o emprego da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira (FAB) na segurança de grandes eventos, com destaque à Copa das Confederações em 2013, Copa do Mundo da FIFA em 2014 e Olimpíadas em 2016.

Em 2017, a situação de insegurança do Rio de Janeiro atinge seu apogeu, com inaceitáveis indicadores relacionados à segurança pública. Isso surgiu como resultado direto de uma grave crise política, econômica e moral no estado, que criou condições à proliferação sistêmica da corrupção em todos os níveis, gerando, entre outras mazelas, aumento do desemprego e falência de diversos setores comerciais, além do atraso e falta de pagamento do funcionalismo público.

Como reação imediata, é novamente determinado o emprego das FA em operações de GLO, desta vez com base no Decreto Presidencial de 28 de julho de 2017. Em consequência, é ativado um Comando Conjunto (C Cj) para planejar e conduzir operações empregando efetivos das três Forças. No final de 2017, outro Decreto, firmado em 29 de dezembro, assegura a continuidade dessas ações, em apoio ao Plano Nacional de Segurança Pública, até 31 de dezembro de 2018.

A Intervenção Federal

Em princípios de 2018, o aumento exponencial da violência em todo o Estado resultou na decisão de uma Intervenção Federal na área de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, formalizada por meio do Decreto Presidencial nº 9288, de 16 de fevereiro de 2018. Como interventor, foi nomeado o general de exército Walter Souza Braga Netto, cumulativamente às funções já exercidas de comandante Militar do Leste. O Rio de Janeiro passa então a ter dois governadores em exercício.

De imediato, coordenações se fizeram necessárias nas áreas jurídica, orçamentária e financeira, assim como com as secretarias (SE-

SEG, SEAP e SEDEC).⁶ Como foi concebida, a Intervenção Federal traz em si a essência do conceito das atividades interagências. O foco é a sinergia entre diferentes órgãos e setores da estrutura governamental — e alguns não-governamentais — na busca de objetivos comuns, propondo e executando respostas mais adequadas a problemas complexos. Nesse escopo, as FA, Órgãos de Segurança Pública (OSP) e demais agências trabalham em estreita cooperação, evitando duplicidade de esforços, dispersão de recursos e perda de eficácia.

Para organizar e operacionalizar as atividades, foi criado um Gabinete de Intervenção Federal (GIF/RJ) como órgão de planejamento, coordenação e controle. Além disso, o interventor federal estabeleceu assessorias de Comunicação Social, Jurídica e de Controle Interno.⁷ Essas estruturas, trabalhando harmonicamente, colocam em prática a intenção do interventor de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública, com ações emergenciais e estruturantes em diversas áreas funcionais,⁸ visando à recuperação das capacidades operativas dos OSP e à diminuição dos índices de criminalidade.

O emprego das Forças de Segurança⁹ busca, portanto, a máxima efetividade nas ações de preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio. As ações de GLO das FA transcorrem, nesse cenário, com a prevalência dos princípios da massa, da legitimidade, do engajamento seletivo e da segurança.

No contexto apresentado, as Forças de Segurança são empregadas observando os princípios de legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e seletividade, desencadeando ações dentro dos limites do Estado

de Direito e do estrito respeito às leis em vigor, com o permanente exercício da liderança em todos os níveis.

O GIF/RJ, buscando permanente sintonia com seus congêneres (SESEG, SEAP e SEDEC) e OSP, estabeleceu protocolos que buscam plena integração entre os efetivos das FA envolvidos diretamente na Intervenção e os demais órgãos estaduais inter-relacionados. Desta forma, assegura-se que o estado final desejado pelo interventor ao término do prazo estabelecido pelo Decreto Presidencial nº 9.288 seja alcançado, com

a diminuição dos índices de criminalidade, o aumento na percepção de segurança por parte da população do Rio de Janeiro e a recuperação das capacidades dos OSP como instituições de Estado.¹⁰

Para cumprir sua missão, o GIF/RJ foi organizado em duas secretarias: a Secretaria de Intervenção Federal (SIF) e a Secretaria de Administração e Finanças (SAF). A primeira é encarregada dos planejamentos e coordenações das ações específicas atinentes à Intervenção Federal, ao passo que a segunda se dedica à execução orçamentária e à administração financeira, constituindo uma Unidade Gestora da Administração Federal (**Figura 1**).

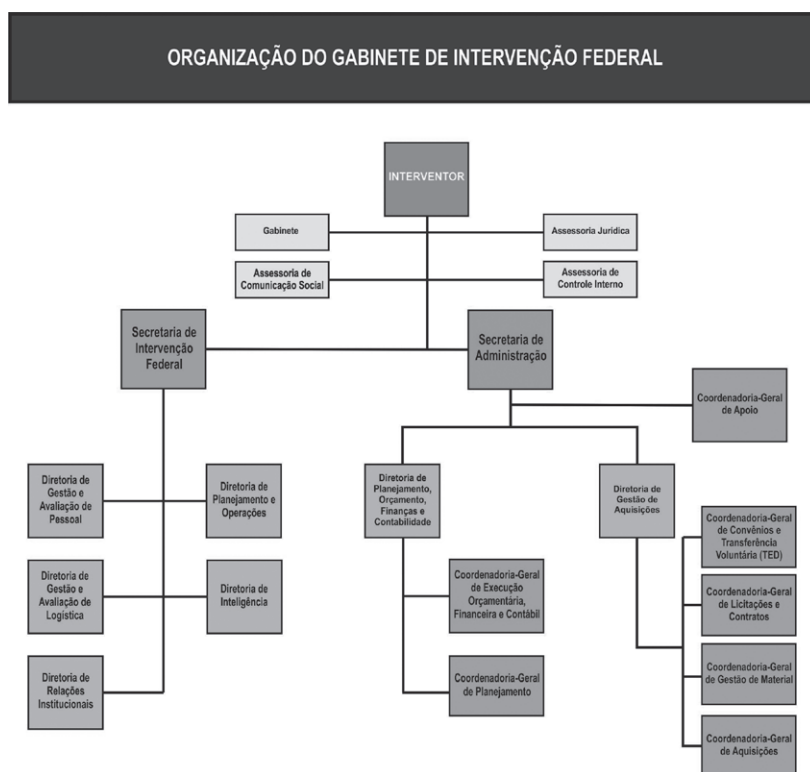


Figura 1 – Organização do Gabinete de Intervenção Federal

Fonte: Plano Estratégico da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro/2018

Atuando de forma cooperativa com as Secretarias de Governo e dos OSP do Estado do Rio de Janeiro, o GIF/RJ representa uma estrutura *ad hoc*, organizada tanto no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) quanto no Comando Militar do Leste (CML). Suas atividades orientam-se pelos seguintes princípios, crenças e valores: complementaridade; cooperação; efetividade; excelência técnica; integração; interoperabilidade; liderança situacional; e respeito à diversidade e dignidade humana.

É necessário salientar que o cargo de interventor federal equivale ao de governador do Estado do Rio de Janeiro, no que tange à segurança pública. Desta maneira,

o interventor situa-se no nível político de decisão e, em consequência, a gestão da aplicação dos recursos federais disponibilizados é de sua competência, executada pela Secretaria de Administração e Finanças do seu Gabinete.

O GIF/RJ estabelece, no nível estratégico de decisão, estreita ligação com o CML e efetiva coordenação com o Ministério da Defesa (MD), o Ministério Extraordinário da Segurança Pública (MESP) e com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR). Cabe a ele, pois, a definição dos objetivos, metas e ações do Plano Estratégico de Intervenção Federal.

Nessa arquitetura, o Comando Conjunto e as Secretarias do Estado do Rio de Janeiro se posicionam no nível decisório operacional. Ambas, por sua vez, estabelecem proativa coordenação com a Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), Agência Bra-

sileira de Inteligência (ABIN) e Guardas Municipais (GM) do Estado do Rio de Janeiro.

Finalmente, é no nível tático da Intervenção que estão as tropas das FA adjudicadas ao C Cj e os OSP do Estado do RJ (PMERJ e PCERJ).¹¹ e o CBMERJ.¹² Esses organismos são os que efetivamente executam as ações planejadas, compondo-se de acordo com as demandas específicas para cada evento.¹³

Nesse contexto, verifica-se que o CML possui papel proeminente na Intervenção Federal, pois, além do seu comandante ser o interventor, o Comando Militar de Área atua com suas tropas em todas as operações de GLO planejadas e executadas pelo C Cj. Desta maneira, fica igualmente clara a importância do C Cj como instrumento à disposição da Intervenção Federal na execução de medidas na área de segurança pública, liderando ações comunitárias e de segurança ostensiva. Os detalhes atinentes à arquitetura descrita constam da **Figura 2**.

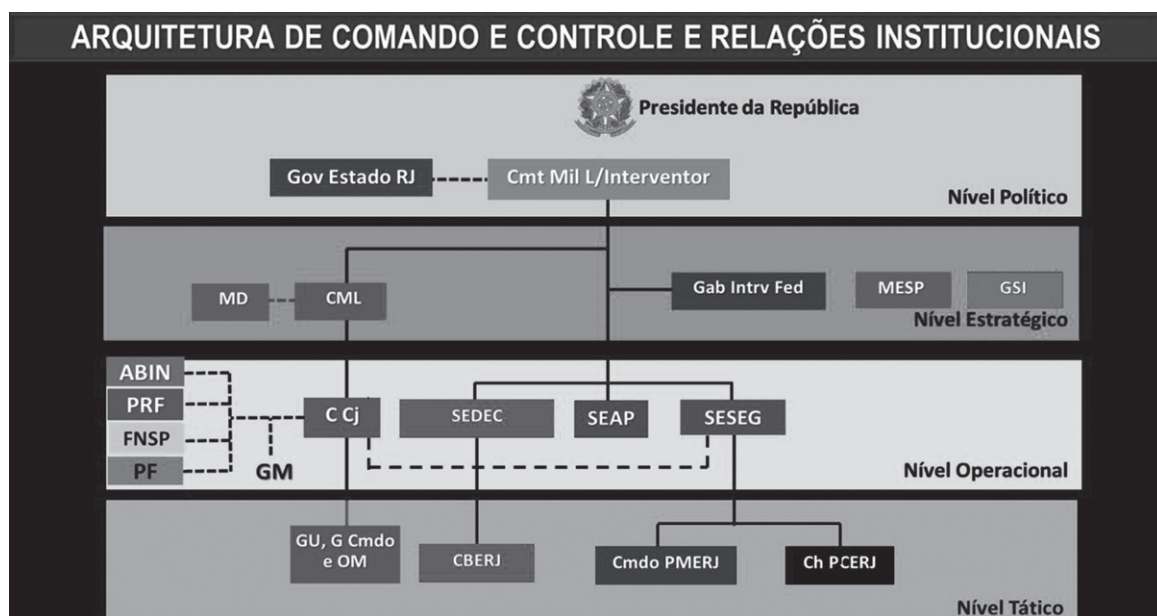


Figura 2 – Arquitetura de comando e controle e relações institucionais

Fonte: Plano Estratégico da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro/2018

Tendo seu quartel-general e principais estruturas de planejamento e comando e controle instaladas no Palácio Duque de Caxias, na cidade do Rio de Janeiro, o C Cj é, em resumo, uma força-tarefa de nível operacional, integrada pela MB, EB e FAB e com representantes das polícias civil e militar estaduais (PMERJ e PCERJ), polícias de nível federal (PF e PRF), ABIN, FNSP e GM da cidade do Rio de Janeiro, que exercem importante papel como elos entre suas corporações e as FA.

O C Cj, com estado-maior permanente integrado por militares organizados em células funcionais,¹⁴ planeja e conduz operações empregando tropas das FA com arranjos e composições variadas, em função da missão a ser cumprida. Para esse fim, são incorporadas unidades de diferentes naturezas bem como módulos especializados em determinadas tarefas. Exemplo disso são as tropas de engenharia utilizadas para a remoção de barricadas e em apoio à mobilidade dos efetivos em geral, proporcionando também grandes benefícios à população.

Em estreita relação como a SESEG, o C Cj cumpre missões apenas com tropas das FA ou apoiando operações desencadeadas por aquela Secretaria, de modo totalmente integrado. O comandante conjunto e o secretário de Estado de Segurança Pública subordinam-se, respectivamente, ao comandante Militar do Leste e ao interventor Federal, que neste caso é a mesma pessoa.

Importante destacar que as tropas das FA na Intervenção Federal têm poder de polícia ostensiva, podendo realizar prisões em flagrante, revistas de pessoas e veículos, checagem de documentação etc. O Decreto Presidencial de Garantia da Lei e da Ordem, de

13 de fevereiro de 2017, já havia assegurado essa possibilidade, cabendo ao Decreto de 16 de fevereiro somente confirmar a situação.

O planejamento e a execução das medidas relacionadas à Intervenção Federal, de caráter integrador e complementar às demais Secretarias de Governo da área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, pautam-se fundamentalmente na análise da conjuntura e no traçado de diagnóstico estratégico, apoiado em aspectos do ambiente “externo” e “interno”, em constante reavaliação. No primeiro, são elencadas oportunidades e ameaças, ao passo que, no segundo, pontos fortes e fracos.

No ambiente externo, as oportunidades são: normalidade institucional, com plena vigência do estado de direito; grande cobertura da mídia, falada e escrita, nacional e internacional; existência de sistemas e infraestruturas de segurança pública já em funcionamento; a previsão de aporte de recursos financeiros por parte do Governo Federal às ações planejadas e desenvolvidas; sensação de insegurança manifestada pela sociedade; e, por fim, credibilidade das FA, sua tradição institucional de eficiência, seriedade, honestidade e profissionalismo, em integração com os OSP do Estado.

Como ameaças, surgem: a atuação da criminalidade organizada e a violência urbana de qualquer natureza; obsolescência dos equipamentos dos OSP; eventual falta de apoio da população; possível insuficiência de recursos; baixa qualidade dos serviços essenciais, sistema de mobilidade urbana e saúde coletiva; ocorrência de fenômenos e catástrofes naturais; atraso e/ou não pagamento dos salários na segurança pública; interferências

políticas; revoltas, rebeliões e fuga de presos no sistema carcerário; crimes de grande repercussão e comoção pública; aumento dos índices de violência durante a Intervenção; e baixo índice de credibilidade dos OSP.

Sob o ponto de vista do ambiente interno, são pontos fortes: respeitabilidade institucional das FA; existência de pessoal comprometido com a missão; elevada capacidade e experiência no planejamento e desdobramento de operações militares e interagências; efetiva liderança operacional; proximidade geográfica entre as sedes das principais instituições de Segurança Pública do Rio de Janeiro; seriedade no trato da coisa pública; experiência de participação em programas e projetos governamentais e das FA em operações de GLO; culto institucional de princípios, crenças e valores baseados na ética, na moral, no patriotismo e no profissionalismo; e a disponibilidade de tropas especiais dos OSP, com alto grau de profissionalismo e adestramento.

Classificados como pontos fracos, estão: ausência de uma estrutura logística adequada nos OSP; baixa eficiência e eficácia

de desempenho dos OSP do Estado do Rio de Janeiro, assim como a deficiente gestão dos seus recursos humanos; deficiência e carência de recursos materiais e de recursos humanos mais bem formados e qualificados para o desempenho de suas funções; e necessidade de reorganização das instituições, primando pela prática de ações integradoras de coordenação e cooperação.

Por conseguinte, e com o propósito de alcançar o estado final desejado para a Intervenção Federal, o GIF/RJ estabelece cinco objetivos estratégicos: diminuição dos índices de criminalidade; recuperar a capacidade operativa dos OSP do Estado do Rio de Janeiro; articulação das instituições dos entes federativos; fortalecimento do caráter institucional da Segurança Pública e do Sistema Prisional; e melhoria da qualidade e da gestão do sistema prisional.

Passados sete meses de Intervenção Federal, significativos resultados estão consolidados e podem ser observados nos 12 gráficos que seguem, tendo por base diferentes indicadores relacionados com a segurança pública.

TIPOS DE AÇÕES

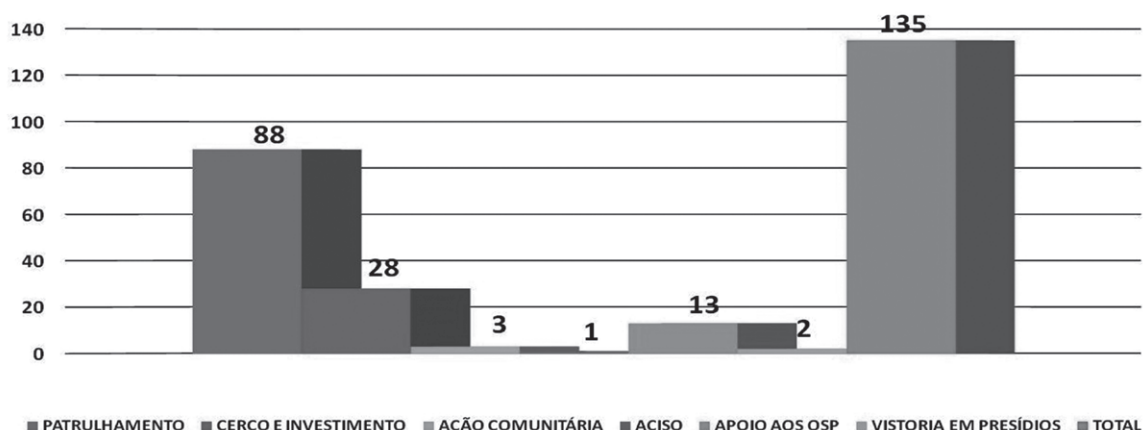


Gráfico 1 – Tipos de ações

Fonte: C Cj para as Operações de GLO no Estado do Rio de Janeiro (21/09/2018)

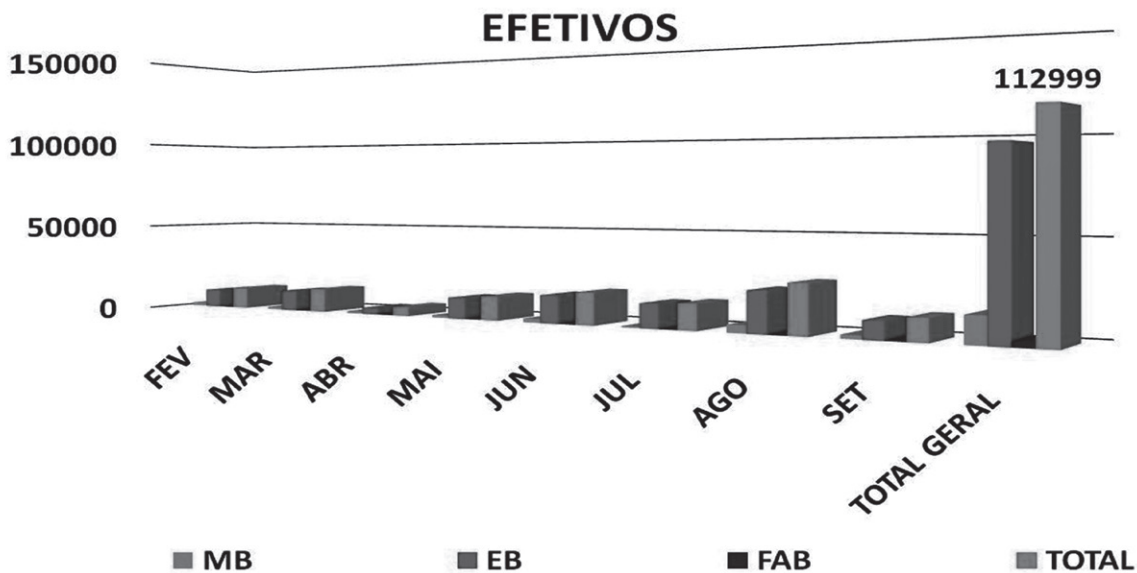


Gráfico 2 – Efetivos

Fonte: C Cj para as Operações de GLO no Estado do Rio de Janeiro (21/09/2018)

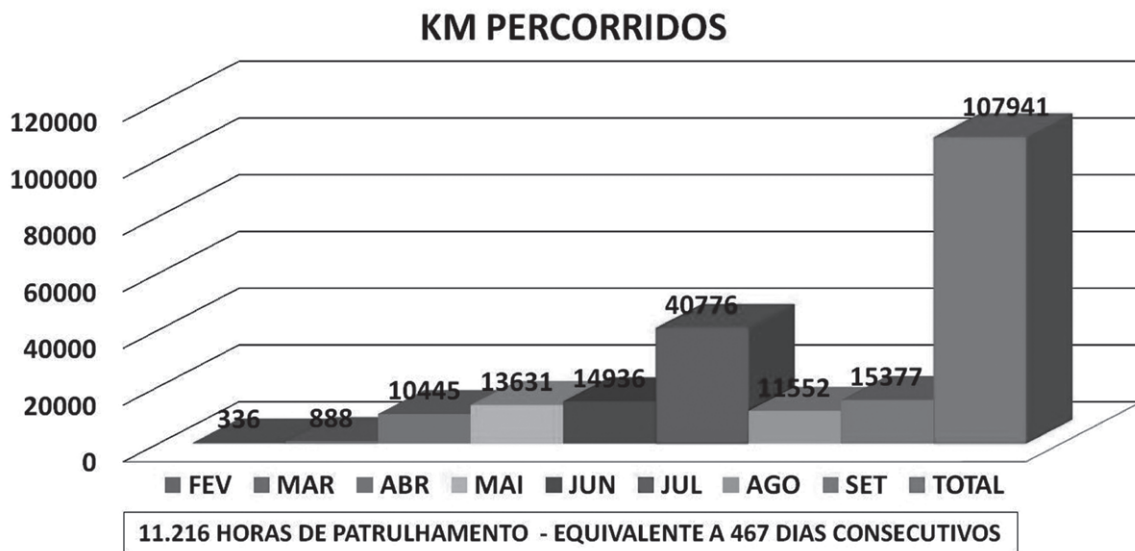


Gráfico 3 – Quilômetros percorridos

Fonte: C Cj para as Operações de GLO no Estado do Rio de Janeiro (21/09/2018).

REVISTAS POR MÊS

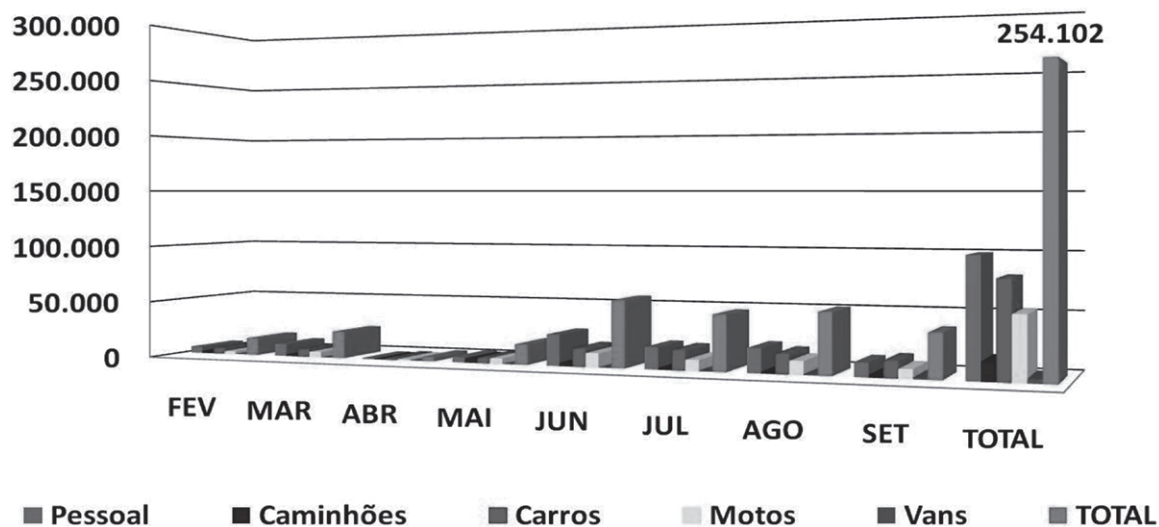


Gráfico 4 – Revistas por mês

Fonte: C Cj para as Operações de GLO no Estado do Rio de Janeiro (21/09/2018)

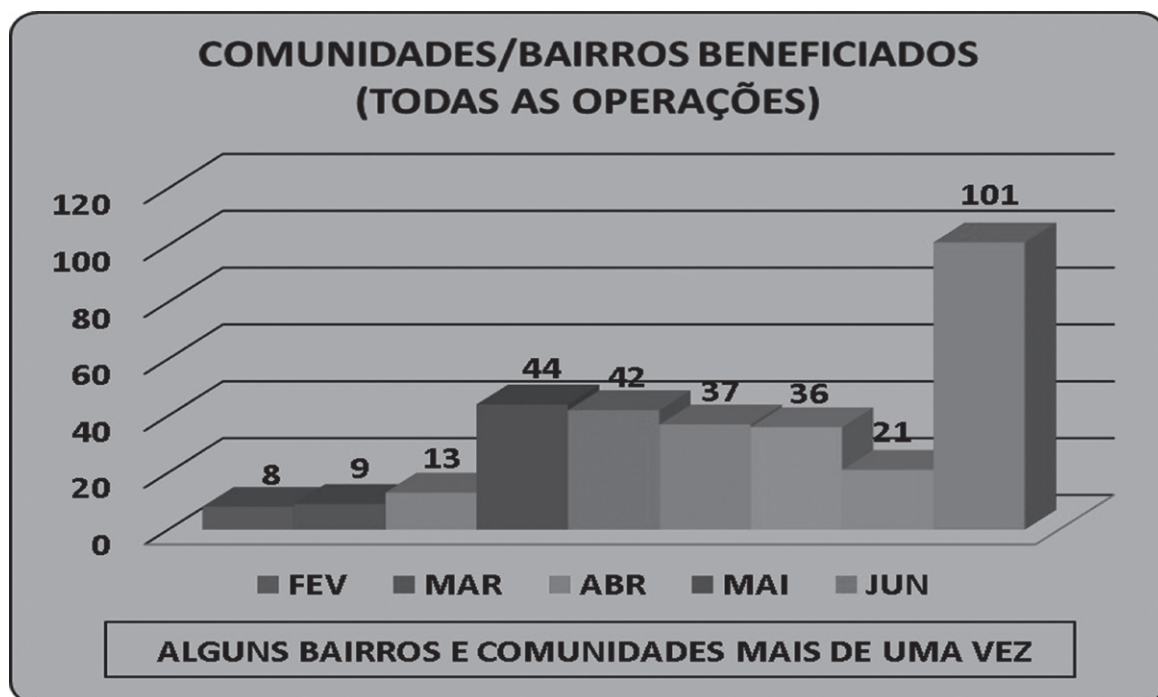


Gráfico 5 – Comunidades e bairros beneficiados (todas as ações)

Fonte: C Cj para as Operações de GLO no Estado do Rio de Janeiro (21/09/2018)

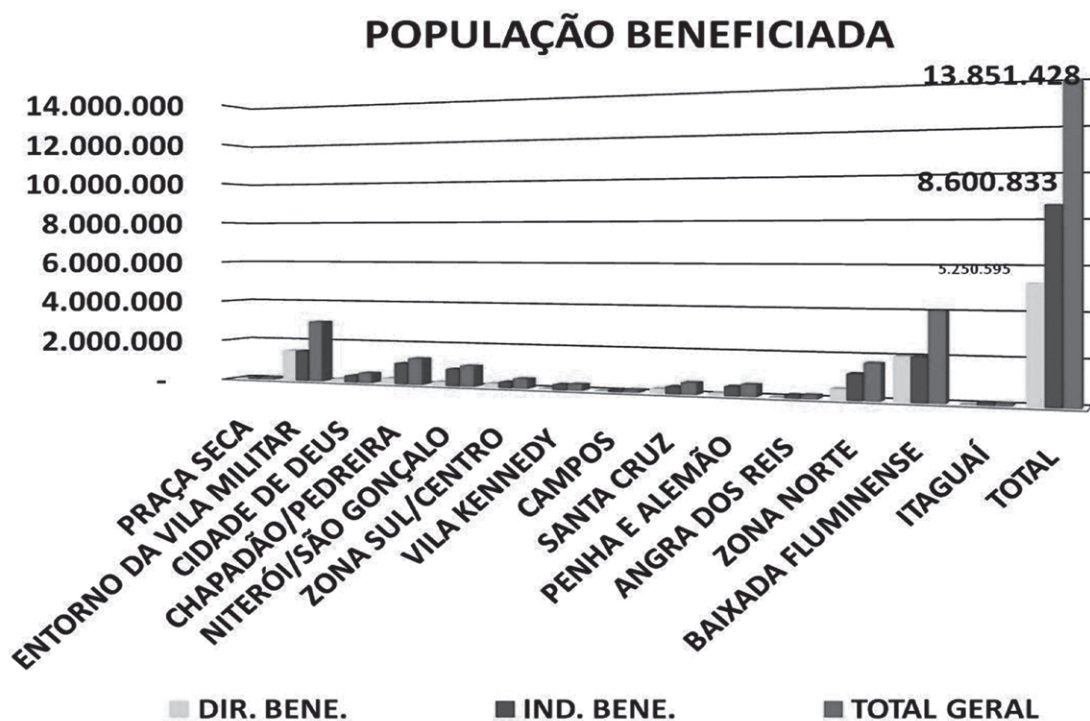


Gráfico 6 – População beneficiada

Fonte: C Cj para as Operações de GLO no Estado do Rio de Janeiro (21/09/2018)

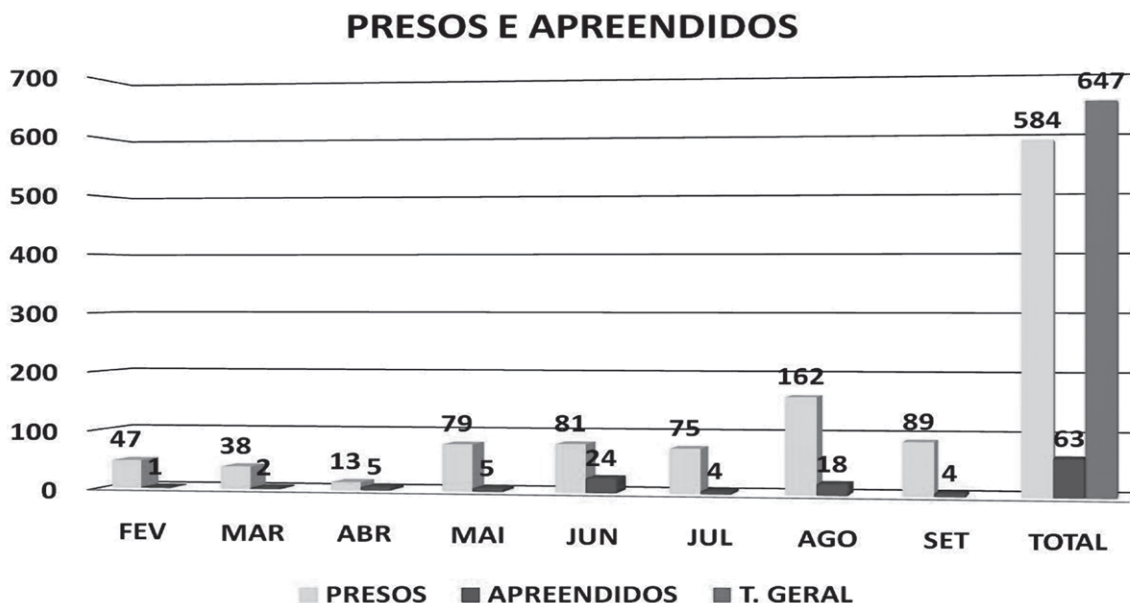


Gráfico 7 – Presos e apreendidos

Fonte: C Cj para as Operações de GLO no Estado do Rio de Janeiro (21/09/2018)

BARRICADAS REMOVIDAS

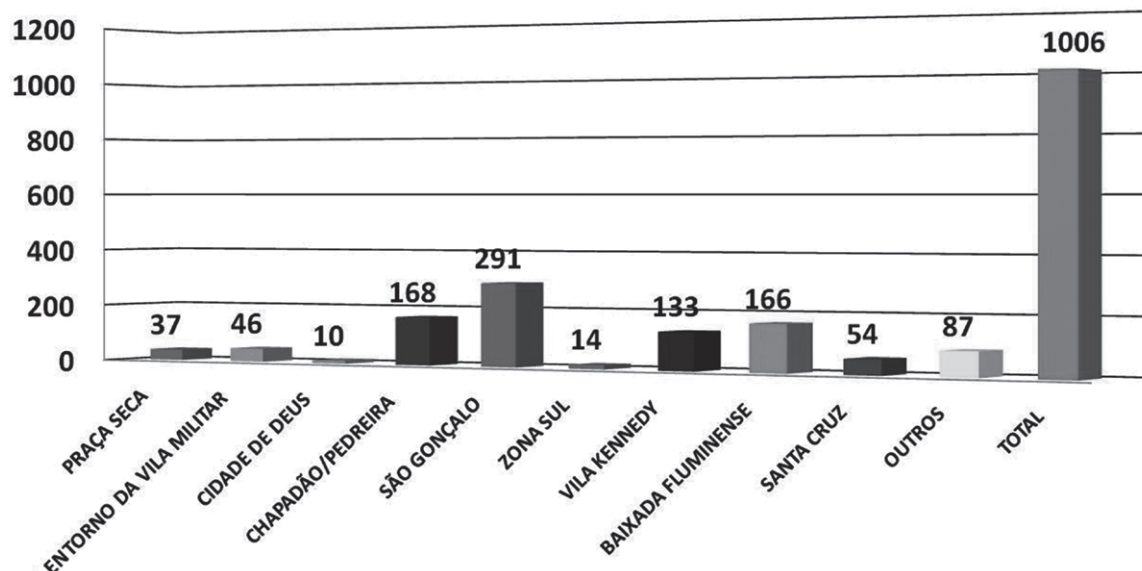


Gráfico 8 – Barricadas removidas

Fonte: C Cj para as Operações de GLO no Estado do Rio de Janeiro (21/09/2018)

APREENSÃO DE VEÍCULOS FRUTO DE ROUBOS/FURTOS

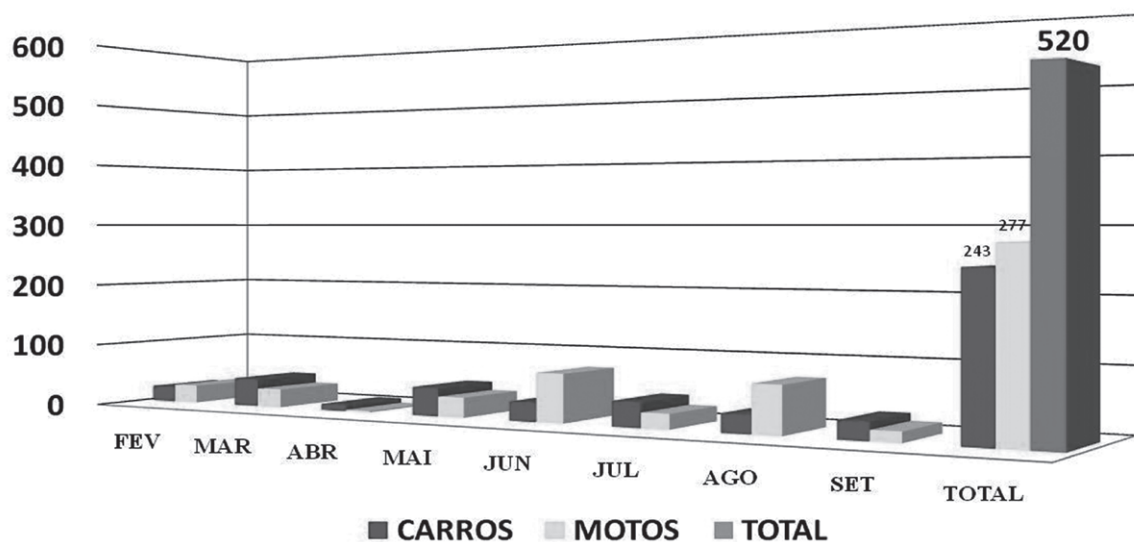


Gráfico 9 – Apreensão de veículos fruto de roubos/furtos

Fonte: C Cj para as Operações de GLO no Estado do Rio de Janeiro (21/09/2018)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORGANIZAÇÕES DO EXÉRCITO

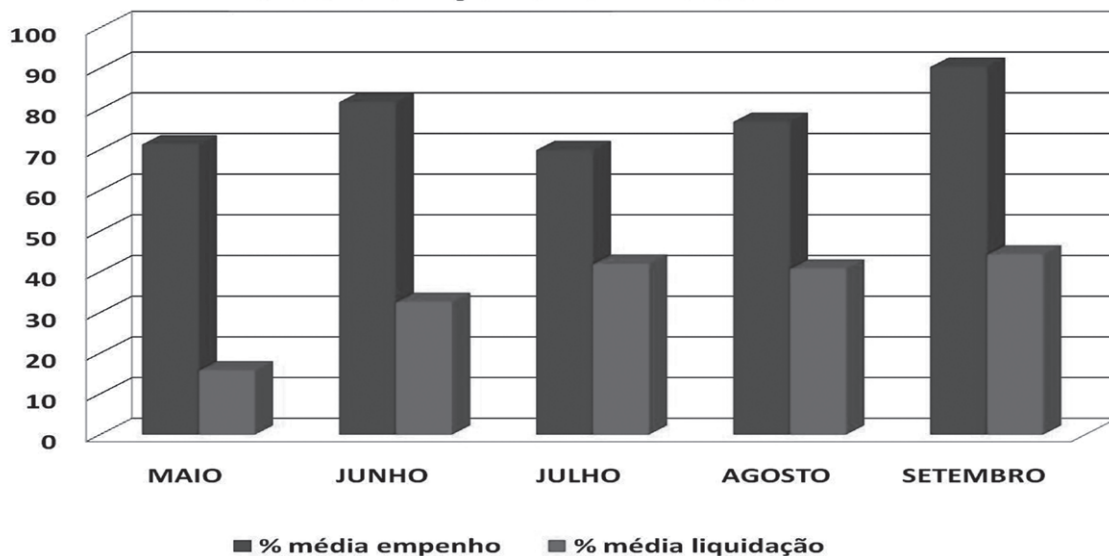


Gráfico 10 – Execução orçamentária, organizações do Exército

Fonte: Cj para as Operações de GLO no Estado do Rio de Janeiro (21/09/2018)

VALORES TANGÍVEIS DAS OPERAÇÕES

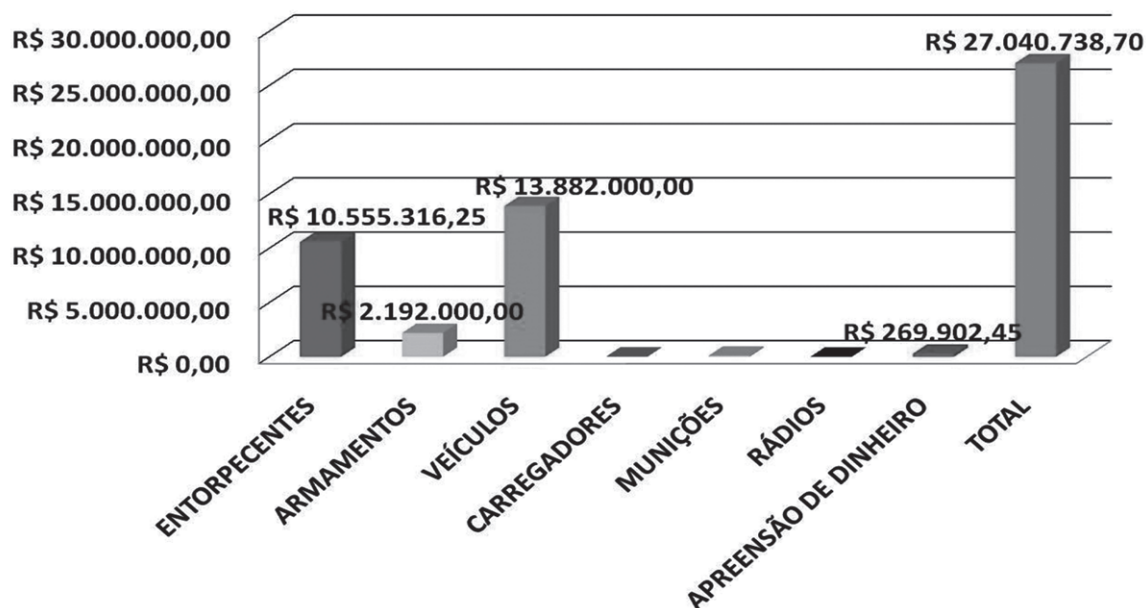


Gráfico 11 – Valores tangíveis das operações

Fonte: Cj para as Operações de GLO no Estado do Rio de Janeiro (21/09/2018)

HORAS DE VOO

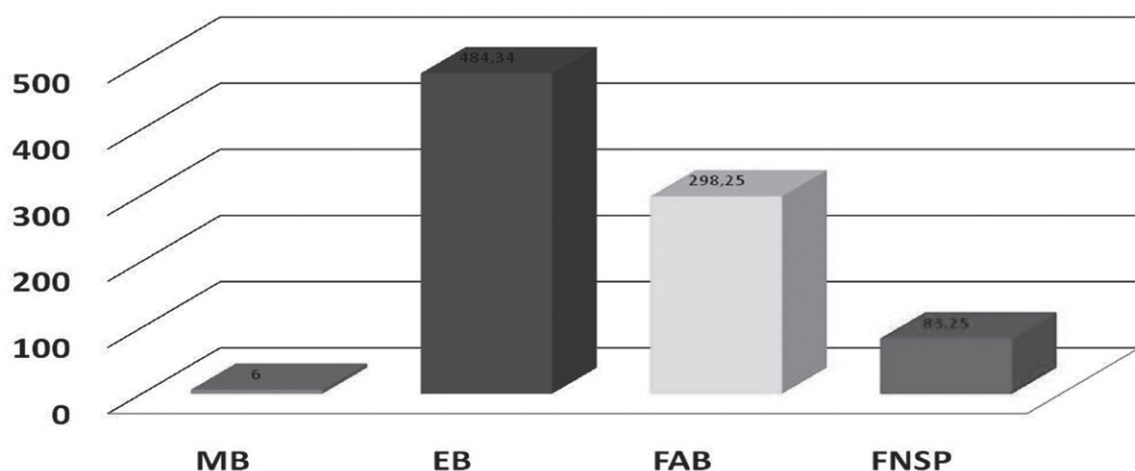


Gráfico 12 – Horas de voo

Fonte: C Cj para as Operações de GLO no Estado do Rio de Janeiro (21/09/2018)

Um importante legado de segurança ao Estado do Rio de Janeiro

A Intervenção Federal, em seu Plano Estratégico, define assim sua visão de futuro:

Ser reconhecida como resultado de um modelo de ações estratégicas adotadas no intuito de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro, com base nos resultados obtidos tanto pela recuperação sistêmica das capacidades operativas dos OSP estaduais como pela diminuição dos índices de criminalidade, refletindo em um ambiente mais seguro e estável.¹⁵

O ineditismo da decretação de uma Intervenção Federal abrangendo apenas a Segurança Pública, associado à conjuntura e às peculiaridades do cenário existente, dificulta à população uma percepção clara das mudanças propostas em horizonte temporal

diferente do médio e longo prazo. Nesse escopo, é imperativo salientar que a segurança pública representa tão somente uma dentre várias linhas de esforço a serem trabalhadas, harmônica e sinergicamente, em prol da melhoria efetiva da situação do Estado do Rio de Janeiro.

Portanto, as ações planejadas para a área da segurança pública não produzirão os efeitos desejados nem atingirão a plenitude dos seus propósitos se não houver, em paralelo, o esforço em mesmo diapasão de outros campos e áreas de atuação da estrutura do estado. Isso se refere, em particular, à infraestrutura, ao saneamento básico, ao sistema transporte, à saúde e, sobretudo, à educação.

Não obstante, a Intervenção Federal apresenta até o momento resultados bastante satisfatórios, apesar das dificuldades

de toda ordem. Isso é demonstrado pela melhora em diferentes indicadores relacionados à segurança pública, ao tempo que os índices vinculados à violência despenham sistematicamente, resultando em claro benefício, sobretudo, à expressiva parcela da população mais desassistida do estado. Não sem razão, aliás, é que a Intervenção Federal conta com maiores índices de aceitação popular exatamente nesse estrato da população fluminense, da ordem de 80%.

Ao aproximar-se de sua etapa final, a Intervenção Federal já deixa consistente legado à segurança pública, com a melhora da sensação de segurança, queda da violência e reestruturação e capacitação dos OSP. Fica, por fim, a expectativa de que governos futuros saibam aproveitar essa grande janela de oportunidade, e que de fato consigam melhorar as condições de vida e os indicadores sociais do Estado do Rio de Janeiro. 🌐

Referências

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília 1988.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**, Brasília 2013.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa**, Brasília 2013.

_____. **MD33-M-10, Garantia da Lei e da Ordem**, Brasília 2014.

_____. **MD33-M-12, Operações Interagências**, Brasília 2017.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Portaria Normativa nº 05/Gabinete de Intervenção Federal – Plano Estratégico da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro**. 1ª edição, Rio de Janeiro, 2018.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília 1988, Art. 142, *Caput*.

² Política Nacional de Defesa, Brasília 2013, números 2.1 e 2.2.

³ Estratégia Nacional de Defesa, Brasília 2013, pp. 26 e 33.

⁴ MD33-M-10, Garantia da Lei e da Ordem, Brasília 2014, pp. 14 e 15.

⁵ MD33-M-10, Garantia da Lei e da Ordem, Brasília 2014, pp. 17 e 18.

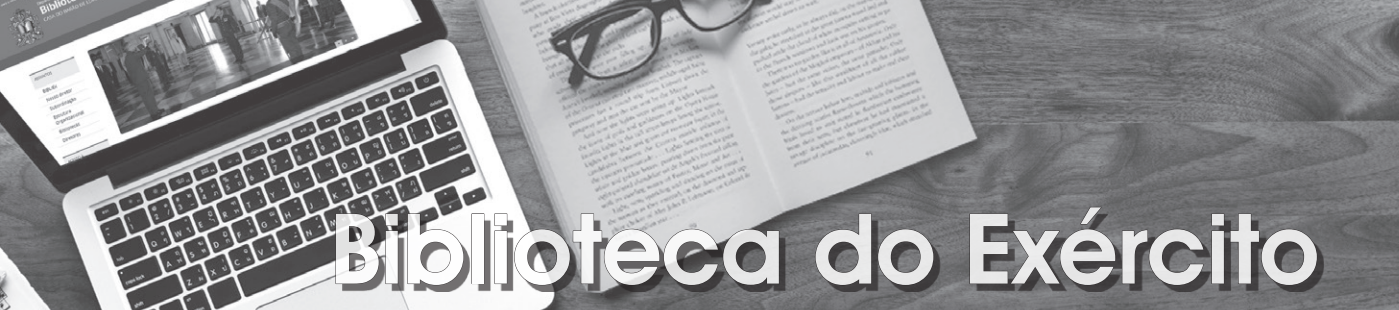
⁶ Secretaria de Estado de Segurança (SESEG); Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP); Secretaria de Estado de Defesa Civil (SEDEC).

⁷ ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Portaria Normativa nº 05/Gabinete de Intervenção Federal – Plano Estratégico da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro/2018**, p. 7.

⁸ Essas áreas são: pessoal, inteligência, operações, logística, planejamento, comunicação social, relações institucionais e administração e finanças.

⁹ Entende-se por Forças de Segurança as tropas das FA adjudicadas ao C Cj e OSP.

-
- ¹⁰ ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Portaria Normativa nº 05/Gabinete de Intervenção Federal – Plano Estratégico da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro/2018**, p. 15 e 16.
- ¹¹ PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. PCERJ – Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.
- ¹² Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.
- ¹³ ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Portaria Normativa nº 05/Gabinete de Intervenção Federal – Plano Estratégico da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro/2018**, pp. 7 a 15.
- ¹⁴ As células componentes do Estado-Maior do Comando Conjunto são: Pessoal, Inteligência, Operações, Logística, Planejamento, Comando e Controle, Comunicação Social, Assuntos Cíveis, Finanças e Justiça Militar.
- ¹⁵ ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Portaria Normativa nº 05/Gabinete de Intervenção Federal – Plano Estratégico da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro**. 1ª edição, Rio de Janeiro, 2018. p. 21.



Biblioteca do Exército

Tradição e qualidade em publicações

Seja
assinante

www.bibliex.eb.mil.br



CONSÓRCIO

PLANEJOU, LEVOU!

IMÓVEL • CARRO • MOTO • BICICLETA • SERVIÇOS

Sujeito a alteração sem aviso prévio
Consulte as normas e condições vigentes

QUEM PODE

Militares; servidores civis da administração direta e indireta da área federal; funcionários do Banco do Brasil; pensionistas, cônjuges e filhos de integrantes desses públicos; e outros mediante convênio

DIFERENCIAIS

- ✓ excelente Taxa de Administração
- ✓ alto índice de contemplação
- ✓ agilidade na liberação da carta de crédito
- ✓ grupos financeiramente equilibrados

Mais informações
0800 61 3040
www.fhe.org.br



FUNDAÇÃO
HABITACIONAL
DO EXÉRCITO





Biblioteca do Exército

Tradição e qualidade em publicações

www.bibliex.eb.mil.br

ISSN 0011-7641

